INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

GABRIELA SOBRAL MARQUES FEITOSA

O PRÊMIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE – PRMFA: ANÁLISE E PERSPECTIVAS DE UMA AÇÃO CULTURAL

Rio de Janeiro
2017

GABRIELA SOBRAL MARQUES FEITOSA

O PRÊMIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE – PRMFA:

ANÁLISE E PERSPECTIVAS DE UMA AÇÃO CULTURAL

Dissertação apresentada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como parte das exigências do Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, para a obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Profª. Drª. Ana Carmen Amorim Jara Casco

Rio de Janeiro

2017

GABRIELA SOBRAL MARQUES FEITOSA

O PRÊMIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE – PRMFA:
ANÁLISE E PERSPECTIVAS DE UMA AÇÃO CULTURAL

Dissertação apresentada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como parte das exigências do Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, para a obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Banca Examinadora

_____

Profª. Drª. Ana Carmen Amorim Jara Casco (orientadora)

_____

Profª. Drª. Maria Tarcila Ferreira Guedes (IPHAN)

_____

Profª. Drª. Renata Santos (IPHAN)

Rio de Janeiro

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda a Coordenação e professores do Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela oportunidade de estudar esta área tão bonita do conhecimento.

Agradeço à professora Ana Carmen A. Jara Casco, pela orientação desta pesquisa.

Agradeço às professoras Maria Tarcila Ferreira Guedes e Renata Santos, por aceitarem o convite para participar da minha banca de defesa.

Agradeço a toda equipe do Departamento de Articulação e Fomento pelo apoio, pelos ensinamentos e pela alegria dos dias que vivi no IPHAN. Em especial a: Luciana Vecchi Cunha, Íris Lúcia Costa, Isabella Atayde Henrique, Débora Pires, Bárbara Farias, Nilberto Júnior e Sônia Rampim Florêncio.

Agradeço a ajuda e incentivo do querido Kleber Mateus, nas incursões de acervos e bares.

Quero agradecer, imensamente, a acolhida e o carinho familiar que recebi da minha supervisora, Adélia Soares, a quem tenho como exemplo a ser seguido, e do ex-diretor do DAF, Luiz Philippe Torelly.

Dedico ainda meus agradecimentos à Maria Vitória Dutra pela amizade, pelas transformações e por todo o amor. Agradeço, ainda, a sua família, Muriel e Ivan, pela receptividade em momentos tão difíceis.

Agradeço à Giovana Ribeiro pelo apoio e pela alegria compartilhada comigo por diversas vezes.

Quero lembrar e agradecer ao Luiz Felipe Czarnobai, por ter sido minha primeira referência profissional, um amigo, e por ter transmitido ensinamentos que até hoje guardo.

Não posso deixar de agradecer a toda a minha turma de mestrado, pelo encontro intenso e pela manifestação de amor coletiva. Agradeço, porém, a alguns deles, em especial, pelos ensinamentos e por terem me transformado a partir de suas histórias: Arlan Hudson, Déborah Gouthier, Fernando Mesquita, Camila Tangerino, Ana Izabela Bertolo e Lidiane Andrade.

Agradeço a alguns antigos e bons amigos que percorrem comigo tantas histórias e falam muito sobre mim: Rodrigo Grillo, Maíra Valério, Natália Mello, Murilo Moura

e Luiza Chedieck. Pela mesma amizade, agradeço aos meus primos tão amados que, apesar da pouca idade, são essenciais a minha formação: Camille Sobral, Monique Debouteville, Sofia Sobral, Caroline Sobral e Thiago Sobral.

Agradeço a escuta e as orientações de dois grandes amigos, José e Brunno Apolônio.

Agradeço a todos da Associação de Moradores do Bairro do Pacoval, na Ilha do Marajó, que me ensinaram que outros formatos sociais são possíveis.

A minha madrinha Érika Feitosa e a minha avó Ione, que sempre estiveram presentes.

Agradeço ao Alexandre Azevedo pelo apoio.

Ao meu irmão Rafael, que, sem dúvida, é o encontro mais lindo da minha vida. O agradeço ainda por toda paciência, dedicação, aprendizagem e por me proporcionar a companhia do meu sobrinho Theo.

Agradeço ao meu pai, Carlos, por toda assistência nesta etapa e em tantas outras.

Agradeço a todos os meus familiares por terem atuado em minha formação.

Agradeço a minha avó Lizete (*in memoriam)*, que inspirou o meu caminho.

Meu maior agradecimento é a minha mãe Liza, por toda dedicação e por ter sempre acreditado em mim. Às vezes, só precisamos de alguém que acredite em nós, e é fabuloso quando esse alguém é sua mãe.

Por fim, dedico esse trabalho a todos os fazedores e fazedoras de cultura deste país.

“O inferno não são os outros, pequena Halla. Eles são o paraíso, porque um homem sozinho é apenas um animal. A humanidade começa nos que te rodeiam, e não exatamente em ti.”

A desumanização, Valter Hugo Mãe

RESUMO

As políticas públicas em cultura, no Brasil, vêm, ao longo dos anos, apresentando novas formas de organização institucional e social, isto é, modos diferenciados de pensar, gerir e atuar em relação aos meios de expressão cultural. Com vistas a buscar compreender alguns aspectos ligados a esta dinâmica, sobretudo como se desenvolve o processo de uma ação cultural específica, propomos este estudo sobre a experiência do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, concedido anualmente no Brasil, mediante edital público de prêmio, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). As iniciativas regionais apresentadas como ações de valorização e reconhecimento de manifestações culturais são avaliadas de acordo com seu valor histórico, artístico e cultural. Dentre outros aspectos, vislumbramos, principalmente, o debate sobre alguns pontos, tais como: o conhecimento sobre a trajetória histórica do referido edital, desde sua criação até seu desenvolvimento enquanto ação institucional em território nacional; seu papel como ação cultural inserida nas ações institucionais do IPHAN e, consequentemente, a atuação deste Instituto como fomentador das políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro. A fim de chegarmos a tal entendimento, buscamos fundamentar proposições e desenvolver reflexões pautadas em teorias contemporâneas que debatem acerca de ação cultural, políticas públicas, política cultural, institucionalismo, patrimônio cultural, cultura, preservação e difusão cultural relacionadas às ações comunicativas empreendidas pelo Instituto.

Palavras-chave: Ação Cultural; Comunicação Organizacional; Patrimônio Cultural; Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.

ABSTRACT

The Public policies in culture in Brazil have been presenting over the years new forms of institutional and social organization, and that means, different ways of thinking, managing and acting about cultural expression ways. In order to understand how this process is related to specifics aspects, we propose to study the experience of the Rodrigo Melo Franco de Andrade Prize, awarded annually in Brazil, an award prize supported by Institute of National Historical and Artistic Heritage (IPHAN). The actions for appreciation and recognition of cultural events are evaluated according to their historical, artistic and cultural value. Besides that, we have intention to discuss some of these points: the historical trajectory of the award, since its creation until its expantion, as an action institutional that cover all the national territory of Brasil. Its role as a cultural action promoted by IPHAN, and so, we entend to get a comprehension of the the role of the Institute whose work can encourage the preservation of the Brazilian cultural patrimony. In order to arrive at this research results, we develop some reflections based on contemporary theories that discuss cultural action, public policies, cultural policy, institutionalism, cultural heritage, culture, preservation and cultural diffusion; all of these themes related to the communicative actions undertaken by the Institute.

Keywords: Cultural Action, Organizacional Comunication; Cultural Heritage; Rodrigo Melo Franco de Andrade Award.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Nota da Imprensa 28

Figura 2 – Matéria da Imprensa 28

Figura 3 – Convite da premiação de 1994 44

Figura 4 – Capa do informativo de 1995 107

Figura 5 – Capa do informativo de 2000 116

Figura 6 – Capa da Revista de 2006 129

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Centro Nacional de Referências Culturais	CNRC
Coordenação Geral de Promoção	Cogeprom
Coordenações Regionais	CRs
Departamento de Promoção	Deprom
Departamento de Planejamento de Administração	DPA
Departamento de Identificação e Documentação	DID
Diário Oficial da União	DOU
Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	DPHAN
Gerência de Educação Patrimonial e Projetos	GDUC
Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural	IBPC
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	IPHAN
Ministério da Cultura	MinC
Ministério da Educação	MEC
Ministério da Educação e Cultura	MEC
Ministério da Educação e Saúde	MES
Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade	PRMFA
Secretaria de Assuntos Culturais	SEAC
Secretaria de Cultura	SEC
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	SPHAN
Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	SPHAN
Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	SPHAN

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 13

1 O PRÊMIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE (PRMFA) E O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN): TRAJETÓRIAS E RELAÇÕES 21

1.1 A proteção institucionalizada e o surgimento do Prêmio – 1937 até 1987 21

1.2 Os antecedentes e a consolidação do PRMFA como edital público – 1987 a 1995 25

1.3 De 1999 a 2006: Transformações administrativas e a consolidação de um modelo 51

1.4 Um recorte: o PRMFA e suas etapas 63

2 DIÁLOGO ENTRE CONCEITOS: PATRIMÔNIO CULTURAL E A CONSTITUIÇÃO DO PRMFA COMO AÇÃO CULTURAL 66

2.1 Política cultural e cultura: abordagem de conceitos 66

2.2 Um percurso sobre os conceitos de patrimônio cultural e as políticas culturais na área da preservação 68

2.2.1 Primeiros avanços conceituais, para além do patrimônio material: décadas de 1960 e 1970. 71

2.2.2 Os anos de 1980: a guinada no conceito ampliado de patrimônio 78

2.2.3 Patrimônio cultural: o conceito ampliado e novas políticas 82

2.3 Uma abordagem do PRMFA pelos conceitos de ação cultural, difusão cultural e comunicação 88

2.4 O PRMFA E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES 99

3 O PRMFA POR MEIO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS REVISTAS PRÊMIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE 103

3.1 Antecedentes 103

3.3 Informativo e Revista PRMFA, atas e editais: Análise de conteúdo sobre os anos de 1995, 2000 e 2006. 106

3.3.1 Discurso Institucional 108

CONSIDERAÇÕES FINAIS 138

REFERÊNCIAS 142

ANEXOS 152

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa apresenta um estudo sobre o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (PRMFA)[1], ação cultural circunscrita ao contexto das políticas culturais de patrimônio, promovidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)[2], e que se situa dentre as iniciativas institucionais voltadas à preservação do patrimônio cultural brasileiro, no formato de Premiação anual.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional[3], criado originalmente pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura e com sede em Brasília, capital federal brasileira. O IPHAN, considerado o principal ente institucional no Brasil, responsável pela preservação do patrimônio cultural, possui circunscrição administrativa em todo o território nacional, sendo que cada estado da federação possui sua diretoria autônoma vinculada à sede. Na acepção do art. 216 da Constituição Federal, compete ao IPHAN a missão de promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro, além de proteger, fiscalizar e estudar nosso patrimônio com vistas a fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País.

O PRMFA, segundo a versão oficial do Instituto, foi concedido, pela primeira vez, no ano de 1987, e consta na descrição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade na página virtual do IPHAN sob a seguinte forma:

> Promovido pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1987, o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade prestigia, em caráter nacional, as ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro que, em razão da originalidade, vulto ou caráter exemplar, mereçam registro, divulgação e reconhecimento público[4].

Considera-se que, neste período inicial, o Prêmio funcionava, na verdade, mais como um símbolo de reconhecimento por ações voltadas ao destaque da arte e da cultura, e, desta maneira, homenageava-se o trabalho de personalidades que atuavam nestas áreas.

---

[1] O nome Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, ao longo do texto, aparecerá de maneira abreviada pelas seguintes terminologias Prêmio, com 'P' maiúsculo; PRMFA; e Premiação (com 'P' maiúsculo).
[2] Fonte: Regimento Interno do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Acesse_o_Regimento_Interno_na_integra_aqui.pdf>. Acessado em: 20 jan. 2015.
[3] Ao longo do texto, ao nos referirmos ao IPHAN, poderemos usar a denominação Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou os termos Instituto, Instituição, ou ainda a sigla IPHAN.
[4] Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/172>. Acesso em: 12 nov. 2015.

Efetivamente, podemos dizer que o PRMFA irá assumir seu caráter como premiação pública a partir do ano de 1994, e, desde então, passou a ser promovido e divulgado à população, que pode concorrer ao Prêmio, anualmente, por meio de edital público.

A Premiação, resumidamente, é voltada aos projetos e às iniciativas de preservação do patrimônio cultural que já tenham sido realizadas tanto por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, em qualquer localidade do Brasil. Anualmente, esta ação cultural se dá pela abertura de inscrições para candidatos de todo o território nacional brasileiro e o público interessado pode participar com a apresentação de projetos e iniciativas que visem à valorização, divulgação e preservação das diversas formas de expressão do patrimônio cultural do país. Como foi possível identificar com a realização desta pesquisa, o Prêmio já passou por diversas reformulações até chegar ao formato que se apresenta hoje, com as características de edital público.

A partir da apresentação de um contexto amplo de transformações relacionadas tanto ao formato do PRMFA, como à estrutura interna do IPHAN, responsável pelo lançamento do Prêmio, esta investigação tem como objetivo não só erigir uma narrativa histórica, mas, sobretudo, tendo em vista a construção de uma análise teórico-crítica, identificar as dinâmicas que ensejaram essas transformações e se o PRMFA, de fato, estruturou-se como uma ação cultural segundo seus objetivos, voltados, entre outros aspectos, para a difusão das ações de preservação realizadas pela sociedade civil (pessoas físicas) e por instituições (pessoas jurídicas) que atuam em prol da preservação.

Além disso, a partir da análise sobre a atuação do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, e com base na análise de conceitos tais como ação cultural, políticas públicas, institucionalismo, patrimônio cultural, cultura, preservação, difusão cultural e comunicação, pretende-se investigar a dinâmica do edital e seu papel na construção da imagem institucional do IPHAN. Em relação a este particular, alguns questionamentos puderam nortear a pesquisa, dentre eles: 1) sob a perspectiva institucional, como vem se dando a construção do PRMFA enquanto ação cultural? 2) O PRMFA, enquanto ação cultural, estaria, efetivamente, construindo alicerces para que concepções plurais acerca do conceito de patrimônio cultural, inclusive àquelas desenvolvidas por agentes sociais, sejam incluídas nas políticas estatais? Isso porque, consideramos que essa discussão ganha relevância quando, pelos canais de acesso às políticas públicas, os indivíduos tomam conhecimento de seus direitos de acesso à cultura e "passam a ser, também, agentes definidores dessas políticas" (VARELLA, 2014, p.65).

A fim de chegarmos às respostas para essas questões e para que se busque alcançar os fins da pesquisa, uma das hipóteses levantadas é a de que o PRMFA acompanha uma determinada dinâmica institucional, que a partir de deslocamentos significativos na estrutura organizacional e no desenvolvimento do conceito de patrimônio cultural, confere-lhe a condição de ação cultural.

Uma vez definida esta condição, outra hipótese levantada é de que a estruturação enquanto Prêmio, dá-se, efetivamente, a partir do ano de 1994, quando são estabelecidos critérios claros de participação, diferente do que estabelece o discurso institucional.

Esses são os primeiros direcionamentos desta pesquisa que, possivelmente, permitirão destacar a ocorrência de práticas institucionais que se apresentam como relevantes para a construção de novas possibilidades de relações de interação entre Estado e as manifestações que se expressam como valores culturais de uma sociedade.

A opção pelo tema desta pesquisa deu-se em decorrência de meu ingresso, em agosto de 2014, como bolsista do Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN. À época, fui designada para atuar junto à Coordenação-Geral de Difusão e Projetos (COGEDIP), vinculada ao Departamento de Articulação e Fomento (DAF), na Sede do IPHAN em Brasília.

Naquela oportunidade, desempenhei atividades ligadas, principalmente, à assessoria de comunicação da Instituição (tendo em vista minha formação em Comunicação Social – Jornalismo), dentre as quais se destacam ações de divulgação do PRMFA e de apoio à equipe da Coordenação de Difusão do Patrimônio Cultural (CODIP), responsável pela produção do Prêmio. As atividades desenvolvidas por estes setores priorizavam a difusão do PRMFA nos meios de comunicação e, essencialmente, esta difusão começou a ser realizada por meio do envio de textos informativos (*release*, segundo linguagem técnica) sobre as principais etapas da Premiação, com destaque para informações sobre: o lançamento do edital; o prazo para inscrições de candidatos; a divulgação dos vencedores. De modo geral, o Departamento de Articulação e Fomento (DAF) tinha a intenção de ampliar a divulgação de ocorrência do Prêmio e das iniciativas premiadas em suas cidades e estados de origem.

A experiência junto à Assessoria de Comunicação do Instituto, assim como o acompanhamento das ações de divulgação do PRMFA, nos permitiu um contato mais próximo com uma dinâmica muito específica: a das práticas de divulgação e comunicação de uma ação cultural, o que, como demonstramos, favoreceu a escolha por esta temática de estudo. Portanto, como veremos, os capítulos que compõem esta dissertação estão permeados por abordagens que envolvem, justamente, os conceitos de divulgação e comunicação.

No primeiro capítulo, a pesquisa apresenta o levantamento histórico sobre o desenvolvimento organizacional do IPHAN, juntamente, com o desenvolvimento operacional do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, com base na documentação reunida nos arquivos do IPHAN que foram consultados em suas regionais específicas: Arquivo Central, localizado m Brasília (DF) e Arquivo Noronha Santos, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Para esta análise, nossa pesquisa focou em documentos administrativos relativos ao planejamento e à execução da Premiação, tais como: projetos de apresentação, nos quais eram definidas as etapas de realização; documentos de circulação interna, que definiam diretrizes e orientações para sua execução – memorandos e cartas; relatórios de resultados das edições; planejamento orçamentário do que seria gasto nas etapas de realização; na leitura e análise de instruções normativas[5], portarias[6] e editais que regulamentaram a realização do Prêmio no âmbito do Governo Federal; e atas de reunião da Comissão Nacional de Avaliação do Prêmio, que avalia os projetos inscritos na etapa final da premiação. Além dos documentos que se referem de maneira específica aos processos do PRMFA, privilegiamos a leitura de instruções e normativas administrativas que regem a estrutura organizacional do IPHAN e, também, das atas de reuniões do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, colegiado e instância decisória do IPHAN. Estes documentos são trabalhados, primordialmente, no primeiro capítulo, contudo se fazem necessários no acompanhamento dos demais capítulos, a fim de complementar informações basilares para a compreensão do contexto estudado.

Destacamos que a pesquisa realizada junto aos documentos que estão relacionados diretamente ao Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade constituiu material essencial para a identificação de aspectos relevantes atrelados aos questionamentos iniciais que conduziram nossa proposta de estudo. E, neste sentido, a coleta de informações permitiu o conhecimento sobre dados importantes, tais como datas de realização das edições da Premiação, quais foram os projetos vencedores, os tipos de categorias premiadas, o que permitiu, inclusive, construir, estruturar e dar substância à pesquisa.

---

[5] São atos administrativos expedidos por Ministros de Estado ou Chefes de Serviço com a finalidade de regulamentar normas que serão adotadas no serviço público; orientam a execução das leis, decretos e regulamentos. Disponível em: <http://legislacao.ufsc.br/glossario/>. Acesso em 04 mar. 2017.

[6] "São atos administrativos internos pelos quais os chefes de órgãos, repartições ou serviços expedem determinações gerais ou especiais a seus subordinados, ou designam servidores para funções e cargos secundários. Por portaria também se iniciam sindicâncias e processos administrativos. Em tais casos a portaria tem função assemelhada à da denúncia do processo penal. As portarias, como os demais atos administrativos internos, não atingem nem obrigam aos particulares, pela manifesta razão de que os cidadãos não estão sujeitos ao poder hierárquico da Administração Pública. Nesse sentido vem decidindo o STF. Disponível em: <http://legislacao.ufsc.br/glossario/>. Acesso em 04 mar. 2017.

A construção do segundo capítulo foi conduzida com base em uma análise conceitual que fundamentou o entendimento sobre o processo de funcionamento e como se constituiu a Premiação. Destacamos, ainda, a compreensão sobre o conceito de patrimônio cultural na perspectiva do campo institucional, ao mesmo tempo em que traçamos o percurso sobre o contexto de desenvolvimento do IPHAN, desde sua criação até os dias atuais, além da distinção entre ação cultural, política cultural e políticas públicas. Essa análise se desenvolve, essencialmente, buscando o entendimento sobre ação cultural e como sua realização pode estar apoiada por ferramentas de difusão cultural e comunicação ao buscar diálogo com a sociedade civil.

A fim de entender essas particularidades internas, ressaltamos a importância de termos estudado os conceitos de neoinstitucionalismo (ou novo institucionalismo) e comunicação organizacional, para compreendermos o papel das instituições. Esses conceitos vieram à tona a fim de favorecer, principalmente, o diálogo com os dados coletados em arquivos já referidos anteriormente.

O terceiro capítulo apresenta uma retomada da análise do Prêmio do ponto de vista de agentes que aturam no Instituto e estiveram, diretamente, ligados à ação em questão e uma leitura crítica e comparativa sobre o desenvolvimento da Premiação, trazendo, eventualmente e quando necessário, algumas informações já destacadas nos capítulos anteriores. Objetivamos, assim, apontar o papel do IPHAN, enquanto instituição, na condução do PRMFA. Para isso, consideramos importante realizar a análise de algumas edições da Premiação, que foram selecionadas de acordo com critérios particulares, tais como: datas específicas de realização das premiações, objetivos da pesquisa, documentos e material disponível nos arquivos do IPHAN que foram consultados. Notadamente, procurou-se aqui verificar como o PRMFA se desenvolveu como ação, dentro do contexto mais ampliado das políticas culturais, e se possíveis direcionamentos nestas políticas tencionaram ou provocaram mudanças nas etapas do Prêmio.

Para a sistematização das informações, optou-se pela organização dos dados a partir de um determinado recorte temporal. Neste sentido, os anos escolhidos como referência para o conhecimento de todo o contexto de realização da Premiação foram: 1995 – porque, pela primeira vez, o Prêmio é publicado no Diário Oficial da União

(DOU) como edital na modalidade concurso, ou seja, recebe um ordenamento jurídico oficial; 2000 (período em que Fernando Henrique Cardoso já havia assumido a presidência da república) – por apresentar um distanciamento temporal em relação aos anos iniciais (de forma a permitir vislumbrar mudanças ocorridas ao longo de um percurso maior de tempo) e por um fato de destaque, que foi a transferência das etapas de elaboração e execução do Prêmio da cidade do Rio de Janeiro para a capital federal, Brasília; 2006 – por ser o ano em que se encerra a primeira gestão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com amostragem de mudanças significativas na realização do Prêmio e nas áreas das políticas culturais.

A escolha por essas datas e documentos tiveram o intuito de oferecer possibilidades de leituras sobre momentos distintos na realização do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade e de concentrar a análise em materiais específicos, com a finalidade de fazer um levantamento mais seguro e atento, ao invés de dispersá-lo na grande quantidade de documentos existentes sobre a Premiação, que, nos arquivos do IPHAN, por vezes, estão dispostos de maneira desencontrada, sem seguir uma lógica que nos permita encontrar, facilmente, a informação.

Além disso, outro aspecto que influenciou na escolha das datas esteve relacionado à disponibilidade de material existente nos arquivos do IPHAN. Isto porque algumas edições apresentavam escassez de documentação, com alguns materiais, como pareceres e relatórios faltando, o que dificultava a compreensão dos seus contextos históricos. Então, a fim de proceder uma análise mais eficaz e detalhada, foram selecionadas edições cuja documentação e material informativo (tais como atas, pareceres, editais, relatórios, etc.) estivessem mais completos, questão absolutamente relevante para nossa investigação. Além dos aspectos já elencados, destacamos que, conforme nossa proposta de método de análise, foram considerados e apreciados os contextos, a dinâmica de mudanças ocorridas no Prêmio e os atores que participaram desse processo em cada um dos distintos períodos estudados.

O procedimento de análise da documentação destacou os seguintes passos: leitura dos pareceres realizados pelos jurados da Comissão Nacional de Avaliação do PRMFA; leitura de Ata de reunião da Comissão Nacional de Avaliação do PRMFA; investigação de iniciativas de divulgação; análise dos investimentos financeiros, para avaliar a representatividade dos projetos e suas reverberações na difusão e reconhecimento de ações de preservação do patrimônio cultural.

Em cada um destes recortes temporais realizou-se a análise de conteúdo acerca de materiais comunicacionais: o informativo de 1995, primeiro material comunicacional sobre a Premiação, produzido internamente e destinado ao público externo; o informativo de 2000, assim denominado no nome de capa; e a revista do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade do ano 2006, que, mesmo sendo em formato reduzido e semelhantes a informativos, são assim denominadas na sua catalogação encontrada no sítio on-line do IPHAN e pelos gestores que, à época, estiveram envolvidos na produção destes materiais (MENDES, 2017) . Os informativos de 1995 continha texto de abertura e indicativo dos premiados e o informativo de 2000 e a revista[7] de 2006 informavam os premiados de cada ano, sendo acompanhadas por textos de apresentação institucional e depoimentos dos vencedores e jurados.

Como parte da metodologia dedicada ao informativo e às revistas, destacamos como procedimento essencial a análise de conteúdo: método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia, a partir de uma mostra aleatória, ou não, dos objetos estudados, com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos. Essa técnica de investigação se vale de dados, depoimentos e documentos para chegar a deduções válidas. As fontes poderão ser reproduzidas com relação aos aspectos de um determinado contexto (FONSECA JÚNIOR, 2010). Assim, "o intercâmbio de mensagens ocorre dentro de um determinado contexto e modifica as relações estabelecidas entre duas ou mais pessoas" (FONSECA JÚNIOR, 2010, p. 291).

O trabalho se propõe a uma pesquisa híbrida, com a integração de métodos quantitativos – contagem de frequências do conteúdo manifesto – e análise qualitativa – avaliação do conteúdo latente a partir do sentido geral dos textos, do contexto onde aparecem, os meios que veiculam e/ou dos públicos aos quais se destinam (HERSCOVITZ, 2007).

Assim, desenvolvemos a análise de conteúdo do informativo e das revistas do PRFMA, por meio do estudo, também, de discursos institucionais proferidos em nome da instituição pelo ministro do Ministério da Cultura (MinC) e pelo presidente do IPHAN e, juntamente com este material, a leitura das Atas das reuniões da Comissão Nacional de Avaliação constituiu um ponto essencial para a nossa investigação.

[7] A identificação desses produtos comunicacionais ao longo do texto: Revista.

A consulta a todos esses documentos teve o intuito de mapear o desenvolvimento da Premiação ao longo do tempo, desde a época de sua criação, a fim de se obter um panorama sobre a condução institucional do Prêmio, sobre as características dos projetos participantes e, ainda, sobre outros aspectos eventualmente interessantes ao estudo. A partir deste levantamento, foi possível delinear a trajetória histórica do PRMFA, bem como identificar suas transformações estruturais ou mesmo conceituais.

Além dos materiais encontrados nos arquivos do IPHAN, outra fonte relevante para esta avaliação crítica foi a pesquisa da historiadora Maria Tarcila Ferreira Guedes (2015), esta compilou entrevistas com seis técnicos que atuaram na produção do PRMFA e uma breve análise sobre o desenvolvimento do Prêmio. A verificação desses depoimentos teve por objetivo observar e identificar dados variados e informações que não são selecionadas em meios mais formalizados em relação, por exemplo, à ação do Estado acerca das políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro sob o ponto de vista dos agentes sociais. Helena Rosa (2007) aponta que os relatos de experiências, que, em alguns contextos, deixam de ser registrados como oficiais, passam a ser respeitados ao dar vitalidade a questões marginais ou abstratas no campo da história, porque a subjetividade dos sujeitos envolvidos, quando apresentadas em suas narrativas pessoais, se torna uma possibilidade para entendermos as particularidades de uma pesquisa científica.

Para a compreensão do processo de desenvolvimento das políticas do Estado na área de difusão e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, selecionamos como leitura essencial o trabalho de Cecília Londres (2001; 2005). No que diz respeito à discussão sobre a noção de ação cultural, contemplamos o diálogo proposto como Newton Cunha (2010).

Os autores aqui citados foram referências iniciais nesta pesquisa e constituíram suporte para nossas reflexões teóricas, sendo que outras fontes foram se construindo e surgindo no decurso do estudo, já que, como sabemos, um trabalho científico de pesquisa se constrói, também, a partir do contato entre pesquisador e seu campo de investigação.

1 O PRÊMIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE (PRMFA) E O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN): TRAJETÓRIAS E RELAÇÕES

1.1 A proteção institucionalizada e o surgimento do Prêmio – 1937 até 1987

A fim de compreendermos como se estabeleceu o Prêmio, desde sua primeira configuração, é necessário recorrer a uma abordagem histórica da constituição do próprio IPHAN, com o propósito de entendermos como se articulam ações e políticas no nosso campo de estudo: o patrimônio cultural.

No ano de 1937, pelo Decreto-Lei nº 25/1937, se institui o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)[8], incorporado ao Ministério da Educação e Saúde (MES)[9] durante a gestão de Gustavo Capanema[10]. Neste período, as políticas do Estado Novo, implementadas no Governo de Getúlio Vargas (1930-1945/ 1950-1954)[11] (FAUSTO, 1994), estavam pautadas na construção e valorização do sentimento de Nação e de identidade nacional.

A criação do SPHAN surge a partir da encomenda de um anteprojeto feita por Capanema a Mário de Andrade[12], este último aceitou o pedido e o redigiu. Esse fato é responsável pela disseminação de um discurso institucional que faz da figura de Mário um personagem fundamental para o desenvolvimento das políticas de proteção do patrimônio no Brasil. Seu texto teria orientado uma visão vanguardista no momento em

[8]Ao longo de sua história, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional passou por mudanças sucessivas de siglas. À frente será dada uma explicação mais detalhada sobre a estrutura e as mudanças de denominações.

[9] Em 1953, o Ministério da Educação e Saúde (MES), passa a ser denominado como Ministério da Educação e Cultura (MEC). Fonte: Dicionário do Patrimônio Cultural. Disponível em: <http/portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/57/ministerio-da-educacao-e-cultura-1953>. Acesso em: Acesso em: 12. Jun. 2016.

[10] Formou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 1923. Nas eleições presidenciais realizadas em março de 1930 apoiou a candidatura presidencial de Getúlio Vargas, lançado pela Aliança Liberal. Foi nomeado em julho de 1934 ao cargo de ministro da Educação e Saúde, no qual permaneceria no cargo até o fim do Estado Novo, em outubro de 1945.

[11] O Getúlio Vargas governa de modo ditatorial entre os anos de 1930 e 1945, fundando o Estado Novo. Após, ser deposto, em 1945, retorna à presidência por voto popular, em 1950, mas não cumpre o mandato, suicidando-se em 1954.

[12] Mário de Andrade (1893-1945) foi um dos principais representantes do movimento modernista brasileiro. Foi, ainda, poeta, escritor, crítico de artes, musicólogo, pesquisador e fotógrafo. Esteve à frente do Departamento de Cultura de São Paulo. Foi pioneiro nos estudos do folclore brasileiro, com a realização da Missão de Pesquisas Folclóricas, em 1938, quando parte em viagens para as regiões Norte e Nordeste, catalogando e registrando manifestações culturais. Por sua atuação, foi contratado para elaborar o anteprojeto de criação do SPHAN. Fonte: Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa20650/mario-de-andrade>. Acesso em: 12. Jun. 2016.

que aborda não só a proteção dos monumentos edificados, mas, também, das manifestações culturais que contemplassem, de forma abrangente, o patrimônio cultural brasileiro. No documento do anteprojeto (ANDRADE, 2002), datado de 1936, Mário de Andrade determina que a instituição estaria voltada a preservar e proteger a arte ameríndia, a arte popular, paisagens da cultura popular, músicas e lendas. Ele ressaltou a importância da contratação de técnicos com formações em diversas áreas do conhecimento, como arqueólogos, músicos, pintores e artesãos, profissionais considerados essenciais, de acordo com o documento, para o trabalho com as questões da cultura.

As escolhas relacionadas à atuação do SPHAN tiveram, de fato, a influência de Mário de Andrade, contudo, o então diretor do órgão, Rodrigo Melo Franco de Andrade, foi que desempenhou papel fundamental, influenciando toda a forma de estruturação e organização das atividades pertinentes ao desempenho da instituição durante o período que atuou na presidência/diretoria, ao longo de 30 anos, de 1937 a 1967.

Rodrigo Melo Franco de Andrade formou-se como advogado pela Universidade do Rio de Janeiro e sempre esteve ligado aos ciclos e grupos de artistas e intelectuais, entre eles o Movimento Modernista. Ainda jovem, estudou em Paris, morando com seu tio, o intelectual e crítico cultural Afonso Arinos. Outra figura de destaque na família de Rodrigo Melo foi seu bisavô, Rodrigo José Ferreira Bretas, a primeira pessoa que biografou a vida do artista Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.

Influenciado pelos ideais do Movimento Modernista[13], o SPHAN surge muito ligado a um projeto nacionalista, conduzido por seus gestores e técnicos. A partir deste projeto político, formam-se os pilares das ações institucionais de preservação do patrimônio cultural.

Para compreendermos as mudanças ao longo da trajetória de existência do atual IPHAN, vale ressaltar que este passou por mudanças nominais e se situou de forma diferenciada dentro da administração pública federal. Em seu início, foi conhecido como

[13] Movimento artístico e intelectual de vanguarda, que ocorreu no Brasil nas primeiras décadas do século XX. O movimento Modernista ainda que influenciado pelos princípios dos valores artísticos europeus, buscou alcançar uma nova forma de ideal estético, pautado, principalmente, na valorização, do que se considerava uma consciência criadora autenticamente brasileira. Seu marco foi a Semana de Arte Moderna, em 1922, na cidade de São Paulo. O movimento tinha o objetivo de romper com padrões artísticos tradicionais europeus e as correntes artístico-literárias: o parnasianismo, o simbolismo e a arte acadêmica. Tinha como discurso a valorização da identidade brasileira. Teve como principais representantes: Heitor Villa-Lobos, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Victor Brecheret, Anita Malfatti, Di Cavalcanti.Conferir em CÂNDIDO, Antonio; Castello, José Aderaldo. *Presença da Literatura Brasileira - Modernismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, e regulamentado pela edição do Decreto nº 25, de 30 de novembro do mesmo ano. Nesse período, estava subordinado ao Ministério da Educação e Saúde. Em 1946, torna-se a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), ainda na estrutura do Ministério da Educação e Saúde, pelo Decreto Lei nº 8.534, de 02 de janeiro de1946. Em 1970, o órgão torna-se o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pelo Decreto nº 66.976, de 26 de julho de 1970, subordinado, dessa vez, ao Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em 1979, chega à condição de Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), pelo Decreto nº 89.198, de 13 de novembro de 1979, que substituiu o IPHAN, operando em conjunto com a Fundação Nacional Pró-Memória, criada pela Lei nº 6.757, sendo responsável pela operacionalização da SPHAN.

No ano de 1981 a Portaria nº 274, de 10 de abril, criou a Secretaria de Cultura como órgão central de direção superior do MEC, extinguindo as secretarias do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e de Assuntos Culturais (SEAC). Na estrutura da nova Secretaria de Cultura, aparece a Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), aprovada pela Portaria nº 383, de 10 de junho do referido ano.

Em 1985, cria-se o Ministério da Cultura pelo Decreto nº 91.144, de 15 de março[14], ao qual é transferida toda estrutura da Secretaria de Cultura (SEC). No âmbito do Ministério, a Subsecretaria se torna Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela Portaria nº 048, de 18 de junho[15].

> Esta secretaria tinha como finalidade coordenar, supervisionar e executar o inventário, a classificação, o tombamento, a conservação e a restauração de bens de valor histórico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico e artístico, bem como o tombamento e a proteção do acervo natural e paisagístico existente no país. Seu superior direto era o próprio Ministério da Cultura e, segundo o artigo 4º desta Portaria, o

[14] Fonte: IPHAN/COPEDOC (2008). Acesso em: 23 fev. 2016.
Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc_5_ProgramaGestao_m.pdf>.

[15] Na investigação, utilizamos como principal fonte para pontuar e esclarecer as mudanças administrativas e de nomenclatura da instituição o *Cadernos de Pesquisa e Documentação do IPHAN 5 – Programa de Gestão Documental do IPHAN* (IPHAN, 2008). Não encontramos alguns dos textos originais das portarias, decretos e leis. Por isso, também, não detalhamos a estrutura interna até este ano, uma vez que tais textos não foram encontrados.

> SPHAN também era o órgão supervisor da Fundação Nacional Pró-Memória e da Fundação Casa de Rui Barbosa[16] (IPHAN, 2008, p. 20).

A justificativa que se colocou para o desmembramento do MEC (então Ministério da Educação e Cultura) e a criação de dois ministérios independentes, Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Cultura (MinC) foi que, de acordo com este Decreto, se poderia estruturar mais adequadamente a política nacional de cultura e, do mesmo modo, criar aparato administrativo voltado às especificidades desta área. A esse respeito, o trecho inicial do texto diz que "os assuntos ligados à cultura nunca puderam ser objeto de uma política mais consistente, eis que a vastidão da problemática educacional atraiu sempre a atenção" (BRASIL, 1985)[17]

O Decreto nº 92.489, de 24 de março de 1986, manteve a nomenclatura Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como órgão da administração direta, subordinado ao MinC, definindo, desta vez, suas competências:

> Promover e preservar a herança cultural do país, considerando suas raízes regionais, as relações com o ecossistema e os efeitos da estratificação social; estimular a criatividade, tendo em conta a pluralidade cultural e a ação contestadora; inventariar, classificar, tombar, conservar e restaurar monumentos, obras, documentos e demais bens de valor histórico, artístico e arqueológico existentes no país; tombar e fiscalizar o comércio de obras de arte (IPHAN, 2008, p. 20).

Em 1986 pela Portaria nº 284, de 17 de julho, o órgão se constituía pela seguinte estrutura: Conselho Consultivo, Gabinete do Secretário, Consultoria Técnica, Coordenadoria de Proteção, Coordenadoria de Conservação, Coordenadoria Jurídica, Coordenadoria de Registro e Documentação, Coordenadoria do Sistema Nacional de Museus[18], Coordenadoria de Arqueologia, Coordenadoria de Programação Orçamentária e Financeira e Diretorias Regionais (IPHAN, 2008)[19].

---

[16] Fundação Casa de Rui Barbosa "tem como missão promover e preservar a pesquisa da memória e da produção literária e humanística, bem como congregar iniciativas de reflexão e debate acerca da cultura brasileira. Entre suas principais atividades se destacam a manutenção, preservação e difusão do Museu Casa de Rui Barbosa e seu jardim histórico; a formação, preservação e difusão do acervo bibliográfico e documental, com apoio de laboratórios técnicos; e o desenvolvimento de estudos e pesquisas nas áreas de documentação e preservação". Atualmente é vinculada, diretamente, ao Ministério da Cultura. Fonte: MinC. Disponível em: < http://www.cultura.gov.br/entidades-vinculadas>. Acesso em: 07 mar. 2017.

[17] Posteriormente, este decreto foi revogado pelo Decreto n°99.600, de 1990.

[18] A história institucional esteve ligada diretamente à preservação de Museus. Em 1937, o SPHAN tinha cooperação com o Museu Histórico Nacional e o Museu Nacional de Belas Artes, prevista no Decreto nº 25/1937, e, também, se comprometia a dar alicerce a outros museus que fossem criados. Em 1946, pelo Decreto-lei nº 8.534, de 02/01, ficou determinada, pela primeira vez na estrutura regimental da instituição, que cabia a então DPHAN "a coordenação e a orientação das atividades dos museus federais

Foi neste contexto estrutural e temporal que se deu o surgimento do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (PRMFA)[20]. Desde sua criação, em 1987, como marca o Instituto, o Prêmio passou por uma série de reformulações até chegar ao formato que possui nos dias atuais: ação cultural promovida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), destinadado à premiação de projetos e ações que visem à salvaguarda e à promoção do patrimônio cultural brasileiro, por meio de edital público e aberto à participação de pessoas físicas e jurídicas, de instituições públicas e privadas.

1.2 Os antecedentes e a consolidação do PRMFA como edital público – 1987 a 1995

Ao tratarmos da trajetória do PRMFA, é importante destacar alguns eventos fundamentais para a compreensão do contexto social, histórico e político em que surge, e que têm relação com o percurso pelo qual passou, ao longo do tempo, o atual IPHAN.

De acordo com a apresentação sobre o PRMFA na página virtual do IPHAN, a primeira edição ocorreu em 1987, em virtude das comemorações dos 50 anos da SPHAN. Nesta ocasião, a Comissão Organizadora do Cinquentenário da então Secretaria realizou solenidade de entrega da medalha Rodrigo Melo Franco de Andrade. Neste momento, ocorreu a entrega de medalhas a alguns funcionários da SPHAN a fim de reconhecer e destacar seus trabalhos. Do mesmo modo, foram concedidas medalhas à personalidades vinculadas à instituição ou que tivessem desenvolvido algum trabalho na área de preservação do patrimônio cultural.

A escolha dos congratulados foi realizada pela presidência da Instituição, no dia 13 de janeiro de 1987, durante a 124ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio

---

que lhe ficam subordinados, prestando assistência técnica aos demais; V – o estimulo e a orientação no país da organização de museus de arte, história, etnografia e arqueologia, quer pela iniciativa particular, quer pela iniciativa pública". O Decreto também dispõe que ficam subordinados a DPHAN o Museu da Inconfidência e do Ouro (MG), o Museu das Missões (RS) e o Museu do Ouro (MG) (IPHAN, 2008). Em 1986, a portaria nº 284 institui a Coordenadoria do Sistema Nacional de Museus com a finalidade sugerir diretrizes, métodos, estimular programas de capacitação na área, intercâmbio, pesquisas, prestar assistência técnica, mas não foram encontrados quais os museus vinculados (SILVA, 2015).

[19]As Diretorias Regionais, entre 1986 e 1989, eram: 1ª DR – Pará e Amapá; 2ª DR – Maranhão e Piauí; 3ª DR – Ceará e Rio Grande do Norte; 4ª DR – Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Território de Fernando de Noronha; 5ª DR – Bahia; 6ª DR – Rio de Janeiro e Espírito Santo; 7ª DR – Minas Gerais; 8ª DR – Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia; 9ª DR – São Paulo e Paraná; 10ª DR – Rio Grande do Sul; 11ª DR – Amazonas, Acre e Roraima; 12ª DR – Santa Catarina; 13ª DR – Sergipe.

[20] Do mesmo modo que na apresentação, o nome Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, ao longo do texto, aparecerá de maneira abreviada pelas seguintes terminologias Prêmio, com 'P' maiúsculo; PRMFA; e Premiação (com 'P' maiúsculo).

Histórico e Artístico Nacional, conduzida por Angelo Oswaldo de Araújo Santos, presidente, e com a presença do então ministro da Cultura, Celso Furtado.

Para melhor compreensão do ritual realizado, é importante esclarecer que o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, instituído pelo Decreto-lei nº. 25 de 1937 e que passou a funcionar em 10 de maio de 1938, é um órgão colegiado de decisão ao qual, neste contexto da década de 1980, cabia debater, examinar e tomar decisões relacionadas às questões de proteção do patrimônio cultural brasileiro por meio do instrumento do tombamento. Em 1987, o Conselho era regido pela Lei nº. 6.292, de 15 de dezembro de 1975, que determinava que a competência do Conselho para instituir o tombamento estava subordinada à homologação ministerial que finalizaria o procedimento (BRASIL, 1975) – à época, o único instrumento legal de proteção[21]. Nas reuniões do Conselho, convocadas por seus conselheiros e/ou por seu presidente, os participantes debatiam, apresentavam pareceres e apreciações sobre temas e matérias definidas por uma pauta.

A solenidade de entrega das medalhas Rodrigo Melo Franco de Andrade ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, no salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema[22]. O momento está registrado ao final da ata da Reunião da seguinte forma: "terminado o discurso, o Presidente do Conselho entregou ao Ministro[23] medalha cunhada com o objetivo de marcar o cinquentenário da SPHAN e homenagear o seu fundador Rodrigo Melo Franco de Andrade" (IPHAN, 1987, p.80). Foram condecorados[24] todos os

[21]Atualmente, o Conselho Consultivo é um órgão colegiado de decisão máxima do IPHAN, ao qual, cabe examinar e tomar decisões relacionadas às questões de proteção do patrimônio cultural brasileiro, aos processos de tombamento, registros dos bens culturais de natureza imaterial (e a saída de bens protegidos e obras de arte do território nacional. É presidido pelo presidente do IPHAN e composto por mais nove membros de instituições públicas e privadas e representantes da sociedade civil. Atualmente, o regimento deste Conselho é estruturado de acordo com os termos da Portaria nº486, de 29/11/2012.

[22] O prédio, inaugurado em 03 de outubro de 1945, foi construído para abrigar a sede do Ministério da Educação e Saúde. A edificação é um ícone da arquitetura moderna no Brasil. A construção deste projeto foi realizada por uma equipe de arquitetos, chefiada por Lucio Costa e composta por Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Jorge Moreira, Ernani Vasconcellos. Fonte: Portal IPHAN. Acesso em 05. fev. 2017. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3578/restauro-do-palacio-capanema-valoriza-icone-da arquitetura-moderna>.

[23] Referência ao ministro da Cultura Celso Furtado.

[24] Condecorados em 1987: Ministro da Cultura Celso Furtado; Membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Angelo Oswaldo de Araújo Santos (presidente), Gilberto Ferrez, Max Justo Guedes, Maria Conceição Beltrão, Eduardo Kneese de Mello, Gilberto Velho, Modesto Carvalhosa, José Mindlin, Francisco Iglesias, Afonso Arinos de Mello Franco, Roberto Cavalcanti de Albuquerque; Augusto Carlos da Silva Telles, consultor técnico da SPHAN; Joaquim Falcão, presidente da Fundação Nacional Pró-Memória; Cyro Correia de Oliveira Lyra, ex- conselheiro; aos Diretores Regionais: Jorge Derenji – 1ª DR, Antonio Luis Dias de Andrade – 9ª DR, Cláudio Augusto Magalhães Alves – 7ª DR, Domingos Cruz Linheiro – 3ª DR, Eduardo Furtado de Simas – 5ª DR, Fernando Lopes

conselheiros, consultores técnicos da SPHAN; o presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; o presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, Joaquim Falcão; representantes de instituições culturais e do poder público; os diretores regionais da SPHAN; e funcionários descritos como "destacados".

O texto da Ata registra o objetivo da solenidade: homenagear pessoas e conceder reconhecimento meritório às personagens ligadas ao campo do patrimônio cultural em âmbito institucional. Em algumas passagens é possível identificar o formato de informalidade, como quando Lígia Martins Costa, pesquisadora e historiadora da arte, atuante, à época, na Secretaria, é mencionada como "uma das figuras mais queridas do patrimônio" (IPHAN, 1987, p. 81) ou quando o texto registra o seguinte momento: "o Presidente agradecendo mais uma vez a presença de todos com uma taça de Champagne brindou os 50 anos da SPHAN" (IPHAN, 1987, p. 82).

Também há registros da solenidade em notas e matérias publicadas na imprensa, encontradas no arquivo Noronha Santos, dentro da sessão que documenta os 50 anos da então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Os textos registram a realização de uma festa solene para 700 convidados, entre os quais estavam os arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, o paisagista Burle Marx e antropólogo Darcy Ribeiro. De acordo com declaração de Ângelo Oswaldo, presidente da SPHAN na ocasião, ali estava "a convergência da cultural brasileira" (Ver Figura 2).

Burmeister – 6ª DR, Ivan Sarney Costa – 2ª DR, Júlio Nicolau de Barros Curtis – 10ª DR, Marco Antônio Galvão – 8ª DR (na ocasião representado por Sylvia Braga Alves de Souza), Ayrton de Almeida Carvalho (representado por Feliciano Paes de Moura e Silva); ao prefeito de São Francisco do Sul, José Schmidt; aos ex-diretores: Edgar Jacinto da Silva – 6ª DR, Roberto Machado Lacerda – 7ª DR, Glauco Campello – 6ª DR; funcionários destacados: Alda Pinto de Menezes – ex-secretária do diretor Renato Soeiro, Dora Monteiro de Alcântara – coordenadora de proteção da SPHAN, Edson de Brito Maia, chefe do arquivo da SPHAN, Francisco Lopes Filho, Lígia Martins Costa, Raphael Carneiro da Rocha – consultor jurídico da SPHAN, Pedro Alcântara, Teodoro Joels – da 6ª DR.

Figura 1 – Nota da Imprensa



STÓRIE & RICÓRDI

MUSEU MUNICIPAL DO IMIGRANTE

O cinqüentenário da SPHAN

Realizaram-se no dia 05 de maio, às 19 horas, na sede da 10ª Diretoria Regional SPHAN/PróMemória, solenidades comemorativas ao Cinquentenário de fundação da entidade nacional. Na ocasião foi entregue a medalha Rodrigo Mello Franco de Andrade a colaboradores da SPHAN e realizada a abertura de duas exposições: a "Homenagem do Museu Júlio de Castilhos ao Cinquentenário da SPHAN", com a coleção de Araújo Porto Alegre e a do Museu do Imigrante de Bento Gonçalves, "STÓRIE E RICÓRDI".

Ocorreu na mesma data a posse do novo diretor da fundação, o arquiteto Luiz Antônio Volcato Custódio, que contou com a presença do Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Dr. Ângelo Osvaldo de Araújo Santos, do Secretário Executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural, Carlos Appel, e do Secretário de Ciência e Tecnologia, Ruy Carlos Hostermann. Na data o Museu Municipal do Imigrante de Bento Gonçalves lançou conjunto de postais, tendo a solenidade com a participação do prefeito Municipal de Bento Gonçalves, Aido José Bertuol e do presidente da Fundação Casa das Artes de Bento Gonçalves, Darci Poletto, da Secretária de Educação e Cultura, Élide Pértile e do Secretário de Turismo, José Ernesto Oro.

Aido José Bertuol e Luis Volcatto Custódio

Darcy Poletto, Ângelo Araújo, Aido Bertuol e Darcy Luzatto

Fonte: Arquivo Noronha Santos – Rio de Janeiro

Figura 2 – Matéria da Imprensa



Os 50 anos da SPHAN

O MINISTRO CELSO FURTADO, ao comentar sobre a festa comemorativa dos 50 anos de fundação da SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), realizada na terça-feira, no Palácio Gustavo Capanema, no Rio, e anfitrionada pelo jornalista mineiro Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, declarou que ali se realizava, naquela noite, "a convergência da cultura brasileira". Realmente, pelas figuras presentes às festividades, viam-se os nomes mais representativos de todos os setores de atividades intelectuais e artísticas do País, provenientes de todos os Estados. Ângelo Oswaldo, na qualidade do secretário-geral da SPHAN, fez o discurso alusivo ao acontecimento, no qual ressaltou a participação do Minas no órgão, que foi fundado por um mineiro de Rodrigo Mello Franco Andrade.

Entre os presentes à festa, que reuniu mais de 700 pessoas, apenas para destacar os mais famosos, estavam Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Burle Marx, o senador Afonso Arinos de Melo Franco, d. Graciósima de Melo Franco, d. Maria do Carmo Nabuco, o ex-ministro Eduardo Portela, o vice-governador do Rio, Darcy Ribeiro (que representou Brizola), Silvio Mutal (da ONU), dom Marcos Barbosa, Carlos Scliar, Joaquim Pedro de Andrade, Marcos Villaça, Roberto Lacerda, Suzana Morais, Frederico Morais, Heloísa Aleixo Lustosa, José Midlin, Francisco Iglésias, Jorge Moreira e muitíssima gente mais. A antiquária Maria José Capanema Álvares foi quem representou a família de Gustavo Capanema, cuja memória foi também homenageada no encontro.

Fonte: Arquivo Noronha Santos – Rio de Janeiro

Após a solenidade de 1987, não há registros, na documentação atual referente ao Prêmio, localizadas nos arquivos do IPHAN, sobre a continuidade da premiação logo nos anos posteriores. Abriu-se um hiato, de 1988 a 1992, na realização do Prêmio, que só voltaria a ter uma reedição no ano de 1993, como veremos mais à frente.

É importante ressaltar que, no ano seguinte à solenidade de entrega de medalhas, ocorreu a promulgação da Constituição Federal (CF)[25] de 1988, representando uma ação marcante do chamado processo de redemocratização do Brasil, após um período de sucessivos governos militares (que se deu entre os anos de 1964 e 1985)[26].

O texto incluído na constituinte será responsável pelo ordenamento jurídico dos direitos culturais e do conceito ampliado de patrimônio cultural, que considera o patrimônio cultural de maneira mais abrangente, com valores socialmente atribuídos aos bens culturais, incluindo manifestações, edificações, sítios arqueológicos e a diversidade das expressões brasileiras.

Nessa perspectiva, os Arts 215° e 216° da Constituição propalam que:

> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.
> § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.
> § 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.
> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I – as formas de expressão;
> II – os modos de criar, fazer e viver;

[25] Promulgada em 5 de outubro de 1988 pela Assembleia Nacional Constituinte, a Constituição da República Federativa do Brasil (CF), lei fundamental e suprema do país, é reconhecida como a sétima constituição brasileira (se não considerarmos a Emenda Constitucional nº 1 como texto constitucional). A Constituição de 88, como também é conhecida, representou na época, uma transformação importante no cenário político e legislativo brasileiro, marcando o início do chamado processo de redemocratização do país, uma vez que desde o ano de 1964, o poder governamental no Brasil foi assumido pelo regime militar; e desde 1967 encontrava-se submetido às determinações dos Atos Institucionais. Dentre as inúmeras mudanças propostas com a sua promulgação, a nova Constituição, entre os artigos 193 e 232 irá tratar sobre temas relacionados às práticas e ao desenvolvimento social, com destaque para aspectos tais como: deveres do Estado, Saúde (principalmente, Seguridade Social e Sistema Único de Saúde); Educação, Cultura e Esporte; Família; Meio Ambiente; Populações Indígenas; Ciência e Tecnologia; Comunicação Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/con- stituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12/07/2015.

[26] No intermédio de 21 anos, entre 1964 e 1985, houve um período de sucessivos governos militares, que assumiram o poder governamental no Brasil, quando João Goulart, presidente eleito democraticamente, à época, foi deposto com um golpe de estado que ocorreu no Brasil em abril de 1964.

> III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
> § 1º **O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro** (grifo nosso), por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
> Revogado pelo Decreto nº 99.600, de 1990. Cria o Ministério da Cultura por desdobramento do Ministério da Educação e Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências (BRASIL, 1988).

Pontuamos tal acontecimento como circunstância relevante no âmbito estatal e que irá interferir, como veremos mais detalhadamente no segundo capítulo, na conjuntura histórica do IPHAN. No ano seguinte à promulgação da constituinte, em 1989, dá-se a primeira eleição direta[27], com a vitória de Fernando Collor de Mello, que governaria até o ano de 1992, quando renuncia ao cargo, após a abertura de um processo de impeachment contra sua gestão[28].

A historiadora Maria Tarcila Ferreira Guedes (2015) aponta, a partir de pesquisas em documentos históricos e por meio de entrevistas realizadas com pessoas ligadas à promoção do Prêmio, que, nos anos do governo de Fernando Collor de Mello, houve o desmonte dos aparatos estatais da cultura. Nesta gestão, de acordo com a autora, ocorreram inúmeros cortes de investimentos na área da cultura. O Ministério da Cultura foi dissolvido e transformado na Secretaria da Cultura, subordinada diretamente à Presidência da República (REZENDE; *et al*, 2015b)[29], e foram extintas suas vinculadas: Fundação Nacional de Artes (Funarte), a Fundação de Artes Cênicas (Fundacen), Fundação do Cinema Brasileiro (FCB), Fundação Nacional Pró-Leitura (Pró-Leitura), entre outros órgãos, todos por meio da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 (BRASIL, 1990).

Neste panorama político, também pela Lei nº 8.029, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi sucedida pelo Instituto Brasileiro de

---

[27] Após o Brasil ter passador pelo período da Ditadura Militar (1964-1985), que teve como último representante João Figueiredo, há a nomeação indireta de Tancredo Neves, que faleceu antes de tomar posse da presidência, sendo sucedido por seu vice, José Sarney, que ocupou o cargo de presidente de República, entre 1985 e 1989. Em 1990, se dá as eleições diretas.

[28] Em 1992, Fernando Collor de Mello, então presidente da República do Brasil, foi envolvido em denúncias de corrupção. Em dezembro do mesmo ano, Collor renunciou ao seu mandato, sendo substituído definitivamente por Itamar Franco.

[29] Dois anos depois, pela Lei nº. 8.490, de 19/11/1992, o MinC foi recriado.

Patrimônio Cultural (IBPC), ao qual foram transferidos o acervo, as competências e a estrutura orçamentária da SPHAN, como dita o art. II da Lei:

> É o Poder Executivo autorizado a constituir:
> II - o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC, ao qual serão transferidos as competências, o acervo e as receitas e dotações orçamentárias da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, bem como o acervo, as receitas e dotação orçamentária da Fundação a que se refere a alínea d do inciso II do artigo anterior [ou seja, a Fundação Nacional Pró-Memória], tem por finalidade a promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro nos termos da Constituição Federal especialmente em seu art. 216 (BRASIL, 1990).

Como supracitado, por sua vez, a Fundação Nacional Pró-Memória foi extinta. Ela foi um órgão público criado em 1979. Dentre as informações acerca da Fundação, sabe-se que a mesma:

> Funcionou ao lado da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), formando com ela uma organização dual, que visou dar maior dinamismo às políticas culturais voltadas para a preservação do patrimônio cultural (...). A Fundação, criada para dar agilidade ao órgão administrativo da política de proteção ao patrimônio cultural, SPHAN, gozava de relativa liberdade para a obtenção e administração de recursos, os quais podiam ser adquiridos por meio de repasses orçamentários públicos, mas também por doações provenientes de quaisquer entidades públicas ou privadas. Além disso, como fundação, a Pró-Memória podia contratar funcionários de forma mais ágil do que os órgãos públicos da administração direta.
> Essas transformações geradas no sistema federal de proteção ao patrimônio cultural tinham o objetivo de criar condições para a solução do problema da obtenção de recursos pelo IPHAN (REZENDE; *et al*, 2015a).

Com o desmonte da SPHAN/Pró-Memória, a estrutura para o provimento de recursos foi desarticulada, reduzindo a capacidade operacional e, também, a gestão de recursos "frente às próprias necessidades de preservação dos bens culturais em todo o Brasil" (GUEDES, 2015, p.17). A estrutura regimental do IBPC era composta por: Diretoria, Procuradoria Jurídica, Departamento de Planejamento de Administração, Departamento de Identificação e Documentação, Departamento de Promoção, Departamento de Proteção e as Coordenações Regionais[30]. Nesse momento, ocorre a

[30] 1ª CR – Amazonas, Acre e Roraima; 2ª CR – Pará e Amapá; 3ª DR – Maranhão e Piauí; 4ª CR Ceará e Rio Grande do Norte; 5ª CR – Pernambuco, Paraíba e Território de Fernando de Noronha; 6ª CR - Rio de Janeiro e Espírito Santo; 7ª CR – Bahia; 8ª CR – Alagoas e Sergipe; 9ª CR – São Paulo; 10ª CR – Paraná

supressão do Conselho Consultivo, que só voltaria a ser incorporado à estrutura regimental em 1991 pelo Decreto nº 335[31], de 15 de novembro de 1991 (REZENDE *et al*, 2015).

Neste panorama, não há a ocorrência do Prêmio, fato que se atribui (GUEDES, 2015) ao período de instabilidades política e desmontes da gestão Collor. Internamente ao IBPC, encontramos um documento que faz menção à realização de uma premiação, datado de abril do ano de 1991. Este documento está denominado como anteprojeto do Prêmio Memória Viva, idealizado pelos técnicos Eliane Pszczol e Mauro Jorge Cunha Chaves[32], no período em que atuaram no IBPC.

O Prêmio Memória Viva tinha como objetivo "promover e difundir, por meio de premiação, trabalhos desenvolvidos na área de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro" (CHAVES; PSZCZOL, 1991, p.01), o que daria, segundo o documento, maior visibilidade ao IBPC e às suas ações em preservação. A proposta fornecia instruções para a composição de uma Comissão Executiva, que seria presidida pelo presidente do IBPC e coordenada pelo setor de Comunicação Social – sobre o qual não são fornecidas mais especificações. Esta Comissão teria algumas atribuições, dentre elas: formar um júri "de alto nível, com notório saber na área de patrimônio cultural brasileiro", diferentemente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (CHAVES; PSZCZOL, 1991, p.01); elaborar o edital; definir sua periodização; realizar outras tarefas referentes à produção Memória Viva.

Os prêmios definidos pelo anteprojeto de 1991 (CHAVES; PSZCZOL) contemplariam um público específico de acordo com sua categorização, sendo eles: 1) Prêmio Gustavo Capanema – voltado para a rede escolar do 2º grau; 2) Prêmio Mário de Andrade – voltado para alunos de graduação; 3) **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** – voltado para profissionais graduados, categoria destinada inclusive a premiar trabalhos de pós-graduação; 4) Prêmio Aloísio Magalhães – voltado para pessoas jurídicas.

Contudo, a proposta do Prêmio Memória Viva, que previa a categoria do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, no formato pensado por Eliane Pszczol e Mauro Jorge Cunha Chaves, não se concretizou. Anexado ao anteprojeto, uma

---

e Santa Catarina; 11ª CR – Rio Grande do Sul; 12ª CR – Minas Gerais; 13ª CR – Distrito Federal, Goiás; 14ª CR – Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

[31]Acesso em: 27 out. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D335impressao.htm>.

[32] Eliane Pszczol e Mauro Jorge Cunha Chaves estavam lotados na Departamento de Promoção do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural.

correspondência de Francisco Antônio Cereto[33] a Mauro Jorge Cunha Chaves[34] indica que havia uma falta de aporte financeiro e faz ressalvas negativas quanto à iniciativa. No texto, Cereto relata que o Instituto não "deslanchou" ao ponto de investir em premiações de reconhecimento, uma vez que o próprio IBPC vinha atuando de maneira deficitária em ações de preservação.

> Pedindo minha avaliação sobre o projeto de premiação a grandes trabalhos realizados na área do Patrimônio Cultural – um tema ambicioso e que requer, logicamente, recursos para sua viabilização. Já que recursos não temos, não vejo outro caminho que não anteceder este projeto com a idealização de outros, interligados, capazes de formarem a imagem da Instituição, gerando simpatia (...). Considero um caso a se pensar, até que ponto seria de bom tom, neste momento em que a Casa ainda não deslanchou, premiarmos iniciativas que na verdade deveriam ser nossas na melhor das hipóteses, sem que estejamos cumprindo rigorosamente nossas atribuições institucionais (CERETO, 1991, p.01).

Pode-se identificar, a partir da análise dos fatos internos e documentos apresentados, que havia, nesse contexto do início da década de 1990, um cenário de indefinição e perdas operacionais significativas que representaram um abalo na imagem e credibilidade da instituição (GUEDES, 2015), apesar de tudo que se havia alcançado em termos de legislação, com o processo de ordenação jurídica e a promulgação da Constituição de 1988.

No ano de 1992, Collor renunciou à presidência da República e quem assumiu a cadeira foi o vice, Itamar Franco, que permaneceu no cargo até o final de 1993. Perante um cenário de uma, ainda, estabilização democrática e de crise desencadeada pelos acontecimentos narrados, o IBPC retomou e promoveu o Prêmio **Mérito** Rodrigo Melo Franco de Andrade, organizado pelo Departamento de Promoção[35] (Deprom) do IBPC; departamento à época, dirigido por Lúcia de Biase Bidart[36].

---

[33]Francisco Antônio Cereto é jornalista. Teve atuação em diversas frentes ligadas à área da Comunicação. Participou da produção do Boletim SPHAN/próMemória de 1984 até 1989. Atualmente, é assessor de imprensa na Superintendência do IPHAN-RJ. Algumas destas informações foram colhidas na pesquisa "Boletim SPHAN/FNPM: Um espaço de comunicação do patrimônio cultural" de Welbia Carla Dias.

[34] Técnicos do IBPC.

[35]O Departamento de Promoção (Deprom) foi instituído, como citado anteriormente, na estrutura regimental do IBPC, como um dos órgãos singulares, de acordo com o Decreto nº 335, de 11 de novembro de 1991. Composto ainda por: Diretoria, Procuradoria Jurídica, Departamento de Planejamento de Administração, Departamento de Identificação e Documentação, Departamento de Proteção e as Coordenações Regionais.

[36] Formada em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Assumiu o cargo de diretora do Departamento de Promoção do IBPC por nomeação. Como consta no Diário Oficial da União,

Em entrevista a Maria Tarcila Ferreira Guedes (2015), o técnico e arquiteto do IPHAN, Leonardo Mesentier (MESENTIER, 2015), que, em 1993, atuava no Deprom, relatou que a ideia da criação do Prêmio Mérito Rodrigo Melo Franco de Andrade, para aquele ano, foi espelhada no anteprojeto do Prêmio Memória Viva, redigido por Mauro Jorge Cunha Chaves e Eliane Pszczol em 1991. A formulação desta nova proposta não dispôs de projeto de execução documentado ou elaboração do planejamento desta ação. O objetivo do Deprom era, basicamente, conferir credibilidade à imagem institucional, que esteve comprometida com o corte de gastos, por meio de uma ação que pudesse conferir visibilidade internamente e na imprensa.

De acordo com Mesentier (2015), não havia recursos para levar a efeito a premiação de projetos e, desse modo, restringiu-se à entrega de placas laudatórias a cinco personagens que haviam contribuído para a manutenção do IBPC no início dos anos de 1990. Nesse processo, não houve comissão julgadora, divulgação de edital ou abertura de inscrição. A iniciativa foi realizada com o objetivo de "recuperar" o Instituto, "chamando a atenção da imprensa e do governo" (MESENTIER, 2015, p. 39)

> Os recursos da época para preparação do Prêmio nos permitiram comprar cinco placas laudatórias numa loja ali na Rua Gonçalves Dias. O Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade se resumiu a isso. Eu fui lá, numa loja, descobri que o cara gravava plaquinhas de prata. E aí, com esses recursos, nós partimos para dar o Prêmio Rodrigo [...]. Não houve muito debate não. Quem resolveu tudo foi a Diretora de Promoção que se chamava Lúcia de Biase. Eu sentei de um lado da mesa, ela sentou do outro. Nós dois resolvemos como nós íamos fazer e fizemos [...]. Decidimos quem seriam as pessoas homenageadas. Nós levamos os nomes ao presidente do IPHAN [Francisco Manuel de Mello Franco37], o presidente aprovou e pronto (MESENTIER, 2015. p. 39).

Assim, foram concedidas as premiações: ao Ministério do Exército (por ter apoiado um projeto de preservação de fortalezas, mais especificamente, fortificações de valor arquitetônico, histórico e artístico); à escritora Rachel de Queiroz (por ter apoiado o IPHAN em decisões do Conselho Nacional de Cultura); ao Roberto Freire, líder do Governo de Itamar Franco (por ter auxiliado a Instituição a alocar recursos financeiros);

---

nº 27, Seção II, de 09 de fevereiro de 1993. Acesso em: 13 out. 2016. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/979555/pg-2-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-09-02-1993/pdfView>.

[37] Foi presidente do IBPC entre 1993 e 1994. Tinha parentesco com Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor do SPHAN.

ao procurador Aristides Junqueira (que auxiliou a Instituição em processos judiciais); e à Fundação Roberto Marinho (por ter estabelecido parcerias na preservação do patrimônio cultural, com a divulgação). Dessa maneira, era importante ao IBPC retomar sua visibilidade e, como estratégia, realizou a premiação meritória para reforçar essa imagem junto às pessoas que, de alguma maneira, beneficiaram o Instituto na promoção dessa visibilidade.

> A ideia era fortalecer a instituição com escolha de pessoas com projeção pública na sociedade para receberem um Prêmio do IPHAN. Quando você dá um prêmio para alguém, você também se fortalece. Porque aquela pessoa, quando aceita o Prêmio, ela reconhece a sua instituição (MESENTIER, 2015, p. 37).

O formato da premiação de 1993 concerniu à entrega de placas laudatórias pelo ministro da Cultura, José Jerônimo Moscardo de Souza, aos referidos premiados acima. A cerimônia ocorreu no local onde, atualmente, se localiza a Superintendência do IPHAN na cidade do Rio de Janeiro, Avenida Rio Branco n. º 46. O espaço, à época, era destinado a abrigar o projeto *Esquina da memória*, voltado à difusão pública sobre o patrimônio cultural, com a promoção de exposições e exibição de vídeos, funcionando como um centro de informação acerca do patrimônio cultural brasileiro.

A solenidade, naquele ano de 1993, foi, como descreve Mesentier (2015), uma espécie de retomada e um momento de fortalecimento da imagem institucional. A intenção era evidenciar que a instituição ainda mantinha "presença social; com laços e relações importantes. Ali, a gente anunciava a nossa relação com o Ministério do Exército, com líderes do governo, com a Procuradoria" (MESENTIER, 2015, p. 42). Mesentier (2015) aponta que essa recuperação era a principal frente de atuação do então presidente do IBPC, Francisco Manuel de Mello Franco, que buscava reestruturar a situação orçamentária da instituição. Vale ressaltar, como vimos nos parágrafos anteriores, que a edição 1993 realizou-se a partir da indicação direta da diretora do Departamento de Promoção, sem o estabelecimento de processo de votação, critérios avaliativos, estabelecimento de categorias ou, até mesmo, participação de demais técnicos no processo decisório que não o técnico Leonardo Mesentier. Ainda assim, a realização do Prêmio Mérito Rodrigo Melo Franco de Andrade foi uma espécie de reinauguração e serviu de base para uma nova reedição no ano de 1994, quando passou por reformulações significativas, como veremos a seguir.

A fim de contextualização histórica, lembramos que, em 1994, ocorreu a eleição direta de Fernando Henrique Cardoso ao cargo de presidente da República. Neste momento, há uma mobilização dos funcionários do então IBPC pela reestruturação institucional e retomada da sigla Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

> Foram inúmeros os protestos e manifestações de intelectuais contrários a essa e outras mudanças na estrutura e nas atribuições do órgão, como por exemplo, a supressão do Conselho Consultivo e a diminuição da ação executiva da instituição. Esses críticos alegavam que o novo nome acarretava a perda da "marca" Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que ganhou legitimidade e notoriedade ao longo dos mais de cinquenta anos de sua atuação (REZENDE *et al*, 2015b).

A sigla IPHAN é restabelecida por meio da Medida Provisória nº 610, de 8 de setembro de 1994, que também determinou que o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (Ibac) voltaria a denominar-se Fundação Nacional de Artes (Funarte). Apesar da mudança, manteve-se a estrutura regimental anterior do IBPC, assim como suas competências jurídicas (REZENDE *et al*, 2015b).

É nesse panorama que se dá a realização da edição Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 1994, desta vez, sem o termo "mérito" incluído na titulação, como no ano anterior. O IPHAN passou a ser presidido pelo arquiteto Glauco Campelo, em sua estrutura, continuava coordenado pelo Deprom e, desta vez, dirigido pela arquiteta Jurema Arnaut[39]. Ela foi responsável pela reorganização e reformulação do Prêmio com o apoio e coordenação do cientista social, Sydney Solis[40].

Assim como Mesentier, Arnaut (2015), em seu depoimento a Guedes (2015), concebia a Premiação como um meio de promover a instituição, após o desmonte e o corte orçamentário nos primeiros anos da década de 1990.

> Foi um período aterrorizante, os funcionários massacrados, os contracheques vinham trazendo novas lotações para os funcionários sem que eles tivessem noção do que estava ocorrendo. Em 1993, então, creio que o resgate do Prêmio foi um pouco a tentativa de valorizar o IPHAN, mostrar o IPHAN (ARNAUT, 2015, p. 47).

[39]Jurema Arnaut é arquiteta, mestre em urbanismo e técnica do Iphan. Coordenou o Deprom, ligado ao IBPC/IPHAN, entre os anos de 1994 e 1996. À época o Instituto era presidido por Glauco Campello (1994-1999).

[40] Formado em Ciências Sociais, atuou no Deprom e organizou a edição de 1994 do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.

A proposta do Deprom para a edição de 1994 se diferenciava, em muitos aspectos, da edição anterior, como consta no depoimento de Jurema Arnaut (2015). A partir de 1994 são reconhecidos projetos em âmbito nacional e a prática de nomear personalidade deixa de ser o principal objetivo da premiação. Isso ocorreu, quando o Deprom propôs uma reformulação, com a criação de um projeto normativo para o Prêmio, este previa, de maneira objetiva, o lançamento de um edital que premiaria ações ligadas à área do patrimônio, e não à figura pessoal dos proponentes.

> O Prêmio era uma ação importante do departamento e tinha ocorrido no ano anterior com um formato que não me agradava [...]. Nos parecia importante reconhecer as ações relacionadas à preservação do patrimônio. Havia ações tão diferentes, tão singelas, outras tão espetaculares, e muitas vezes eram realizadas sem maior conhecimento, sem notícia. Não importava o tamanho delas, ou quem eram as pessoas que as desenvolviam, mas sim o quanto elas podiam contribuir para a preservação da memória, para a proteção do patrimônio (ARNAUT, 2015, p. 47).

Para Arnaut (2015), o formato que vinha sendo aplicado à premiação não era compatível com o amadurecimento das agências públicas que, desde a década de 1970, reorganizaram suas ações e medidas, visando uma estruturação mais transparente. Uma vez inserido neste contexto, o Instituto deveria abandonar características personalistas e migrar para uma concepção de serviço público, com a discussão interna de diretrizes.

O cientista social Sydney Solis, também fonte da pesquisa de Maria Tarcila Ferreira Guedes (2015), aponta que "Jurema estava querendo definir um certo andamento, uma nova direção" (SOLIS, 2015, p. 66) para a execução do PRMFA. No arquivo Central de Brasília, estas novas intenções ao formato do Prêmio apareceram em dois documentos redigidos por Solis: Premiação Rodrigo Melo Franco de Andrade – Sugestões para nova estruturação (SOLIS, 1994b) e Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – Proposta para nova estruturação (SOLIS, 1994a) – este um aperfeiçoamento do primeiro. O técnico apresenta, em ambos, um modelo de premiação a ser executado naquele ano, avaliando que uma nova conduta deveria ser adotada, diferenciando-se das edições anteriores (1987 e 1993).

> Na prática, tal premiação vem se caracterizando como instrumento político para mútua troca de prestígio e apoio, cujo caráter tem-se revelado absolutamente conjuntural e pouco produtivo, a longo prazo, para a ação patrimonial. A meu ver, o ponto nodal desta questão está no caráter vago do objetivo da premiação: "Relevantes serviços à preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro". Dentro desse conceito cabe tudo e nada se define. Não há base objetiva para a análise do

> julgador, prevalecendo, então, os determinantes de caráter político, ou os interesses e alianças dos eventuais detentores dos cargos de direção. Nota-se, porém, que esta, talvez, tenha sido a intenção subjacente da criação (e dos criadores) da premiação: Fazer política; política de alianças; política de clientela; carreira política. Esta hipótese deve ser considerada e avaliada como um dado de realidade, independentemente da opinião que se tenha sobre ela (SOLIS, 1994b, p. 2).

Para superar a política de prestígio, o técnico sugere como reorientações essenciais que a avaliação se concentre na ação em si, em seu conteúdo e não na pessoa que a promovia. Solis (1994a) não descarta a premiação de personalidades e instituições, contudo reforça que essas seriam lembradas e premiadas pela ação que desenvolveram.

> O Prêmio é atribuído à ação e não às pessoas – em virtude de sua qualidade modelar em seu campo, e à exemplaridade que possua para o conjunto das atividades de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro (SOLIS, 1994b, p. 02).

Ainda no mesmo documento, Sydney Solis enfatiza a necessidade de uma discriminação dos projetos por categorias para que, assim, não se privilegiasse apenas um tipo de bem cultural, negligenciando a pluralidade de bens que fazem parte do patrimônio cultural brasileiro. A crítica de Solis se referia à recorrente "prática da casa" (SOLIS, 1994b, p. 04) em privilegiar bens ditos consagrados, entenda-se bens materiais edificados. A categorização forçaria uma maior atenção na proposição e no apoio às ações nas áreas emergentes, ou não bem consolidadas, diversificando o escopo da ação patrimonial.

> Assim, teríamos prêmio para ações de preservação nas seguintes áreas: patrimônio edificado (incluindo-se aí, a questão urbanística); acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, artes plásticas, patrimônio tecnológico, processos culturais ("cultura viva", ou bens "intangíveis", ou seja, rituais, festas, dança, música etc.), bens naturais, bens e sítios arqueológicos (SOLIS, 1994b, p. 04).

Este escopo de orientações à execução do Prêmio foi aperfeiçoado e se desdobrou na redação de um documento final (SOLIS,1994a). Nesta proposta, foram mantidos os pontos de ação, anteriormente, definidos no *Sugestões para nova estruturação* (1994a), mas apresentados de maneira resumida e com algumas contribuições.

Vamos discriminar estes pontos de ação a partir dos conteúdos apresentados por ambos os textos (1994a; 1994b):

1) Natureza e formato do prêmio: diz respeito à definição do PRMFA como uma premiação que "buscasse reconhecer iniciativas inovadoras ou de caráter modelar em seu campo e que, uma vez destacadas, possuam exemplaridade para o conjunto de atividades de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. A premiação de tais ações deverá, ainda, cumprir o papel de reforço da imagem institucional do IBPC e da política cultural de preservação por ele coordenada" (SOLIS, 1994b, p. 01). Ainda dispunha observações quanto ao regulamento que ressaltava a delimitação do objeto da premiação e demarcação de critérios avaliativos que considerassem a relevância dos projetos para a memória, a ciência e a cultura nacional "como forma de subtrair o prêmio RMFA dos regionalismos e pressões de clientela local" (SOLIS, 1994b, p. 03).
2) Indicação de candidatos: os participantes seriam indicados por um colegiado formado pelas coordenações regionais, composto por entidades públicas e privadas, a nível municipal, estadual e regional, nos campos de preservação, patrimonial, cultura, educação, ciência e tecnologia.
3) Avaliação, julgamento e atribuição do prêmio: a escolha dos premiados se daria por seleção de uma comissão técnica, escolhida entre os funcionários do IBPC ou de profissionais ligados a instituições públicas e privadas que tivessem envolvimento com a área do patrimônio cultural. Esse colegiado analisaria e decidiria que ações premiar, com a ratificação da presidência do IBPC.
4) Evento de premiação: o evento seria o momento de encerramento do Prêmio, com a realização de um espetáculo de música ou dança, por exemplo. Sua produção ficaria a cargo do Departamento de Promoção.
5) Promoção, divulgação e mídia: enfatiza-se, neste ponto, a importância que teria para a visibilidade do Prêmio a divulgação midiática, recomendando-se a busca de co-promoção com veículos de comunicação. Com isso, pretendia-se atingir não só aquelas pessoas envolvidas com as questões patrimoniais, mas reforçar as políticas de preservação junto à sociedade civil e à opinião

pública. Para isso, promoveriam, na mídia, as ações vencedoras e a cerimônia de premiação.

6) Financiamento: tinha-se como proposta que o Instituto angariasse parcerias com a iniciativa privada, "especialmente daquela que investe na afirmação de seu prestígio empresarial" (SOLIS, 1994a, p. 03).

Os documentos citados foram redigidos no intuito de criar critérios objetivos, ao invés de princípios vagos ou indefinidos (SOLIS, 1994a, 1994b), que deveriam ser atribuídos aos mais diversos formatos de projetos e atividades preservacionistas e de fomento à cultura; e, para isso, recomendava a delimitação do objeto da premiação, sua natureza, os campos de atuação e tipos de atividades desenvolvidas circunscritas aos projetos.

As propostas redigidas, em linhas gerais, reafirmam as primeiras sugestões de reformulação e alicerçaram a redação de outra documentação: o texto Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade - Resumo do Projeto (IPHAN, 1994), apresentado e ratificado pelo Deprom como proposta final do modelo de execução da premiação.

O Resumo do Projeto (IPHAN, 1994) apresentou o PRMFA, afirmando que o mesmo seria voltado a conceder visibilidade às iniciativas "de preservação patrimonial que se destaquem por seu caráter exemplar, sua originalidade, ineditismo ou vulto" (IPHAN, 1994, s/p), como pensado nos primeiros estudos sobre sua nova estrutura. Além disso, estipulou como reconhecimento um troféu e um valor em dinheiro que, naquela edição, era de vinte e cinco mil reais a ser dividido entre os premiados. Jurema Arnaut acreditava que a entrega do valor daria visibilidade à Premiação e geraria o interesse dos participantes.

> A pessoa ganhava um troféu e um valor em dinheiro. Tínhamos a expectativa de que o troféu fosse guardado como memória do Prêmio! Para que as pessoas dissessem: "Essa organização recebeu esse prêmio! Que maravilha! ". Quanto ao dinheiro iria contribuir para que as ações pudessem ter continuidade, essa dobradinha era importante (GUEDES, 2015, p. 50).

Acerca dessas mudanças, em relação à edição de 1993, Solis (2015) relatou que essa reconfiguração do Prêmio possibilitaria a consolidação de parcerias com organizações/instituições públicas ou privadas que também atuassem na preservação dos

bens culturais. Com isso, a ideia, segundo ele, era utilizar o PRMFA como uma ação estratégica, pela qual o principal órgão de preservação do patrimônio cultural brasileiro reconhecia as iniciativas e manifestações da sociedade, ao mesmo tempo em que pretendia dar visibilidade às ações que vinha desempenhando para a promoção do patrimônio cultural. Um dos pontos a contribuírem com essa visibilidade, como consta no Resumo do Projeto (IPHAN, 1994), era a implementação de ações comunicativas, no sentido de divulgar a premiação na grande mídia (principais veículos de rádio, TV e jornais impressos).

Objetivava-se tornar o Prêmio mais conhecido diante da sociedade e, quanto às iniciativas, construir a ideia de

> Um patrimônio que se tornasse querido pela população, pois, dessa maneira, teria garantida a valoração. A valorização, não no sentido de se tornar mais valoroso comercialmente, mas valoroso no sentido de ter mais valor social e com isso criar nas pessoas o interesse pela preservação do seu conhecimento, da sua divulgação, como referência histórica para todos (SOLIS, 2015, p. 30).

As articulações internas institucionais desenvolvem-se com o objetivo de anular ou minimizar características clientelistas infringidas à premiação, de acordo com opinião dos gestores da época. A ideia era constituir um novo tipo de processo, em que a premiação não fosse meramente indicativa e restrita a um pequeno círculo de participantes, mas, sim, de reconhecimento nacional. Inclusive, trechos do texto que propõe a nova estruturação indicam essa tomada de postura, sugerindo que fosse extinto o uso do Prêmio para alianças nas diversas regiões do território nacional, muitas vezes, contempladas pelo conhecimento prévio dos jurados sobre as ações.

> Uma dada ação pode ter enorme relevância local, ou regional e não possuir – nem por objeto, nem por método – dimensão nacional, não devendo ser, portanto, nem objeto de nomeação, nem de premiação. A demarcação desses limites favorecerá sobremaneira a nomeação desses candidatos, permitindo um processo de indicação regional, bem como a avaliação e julgamento pelo "júri" nacional (SOLIS, 1994a, p.3).

O projeto do PRMFA 1994 contemplou, como estratégia de visibilidade, a articulação de publicidade nas mídias de circulação nacional, por meio de parcerias de copromoção, que funcionaram como ação comunicativa, objetivando a transmissão de conhecimento acerca do patrimônio cultural. O plano de ações para firmar cooperações

com canais de comunicação contemplava medidas bem definidas, quais foram: realização de trabalho de assessoria de imprensa; investimentos financeiros em anúncios e relações comerciais com a mídia; elaboração de projetos de financiamento, mediante patrocínios e recursos internos (IPHAN, 1994). A formulação de diretrizes e o gerenciamento de ações visando à promoção e à circulação da informação na imprensa competiam ao Deprom, com o intuito de tornar o Prêmio conhecido e divulgar o IPHAN como promotor de ações de preservação do patrimônio cultural.

Além de estipular etapas, critérios e normatizações a serem seguidas, também foram definidas categorias de premiação com a finalidade de contemplar a diversidade do campo da preservação do patrimônio cultural e definir quais tipos de ações seriam reconhecidas como representantes do patrimônio cultural brasileiro. Foi estabelecido que haveria um projeto vencedor para cada uma dessas categorias. Na prática, na edição de 1994, a discriminação de categorias tinha a finalidade de evitar que apenas um tipo de bem fosse contemplado; por exemplo, que fossem selecionados como vencedores apenas projetos de restauro ou revitalização de bens materiais (1994a). As Coordenações Regionais eram responsáveis por convocar e selecionar os projetos participantes ao prêmio final. As cinco categorias foram discriminadas da seguinte maneira (SOLIS, 1994a; 2015):

1. Preservação de Acervos Culturais Móveis e Imóveis: ações e projetos de recuperação e proteção do patrimônio cultural móvel e imóvel: arquitetônico, artístico, bens integrados e obras de arte. Seriam ações que envolvessem, por exemplo, a recuperação de imóveis ou iniciativas de proteção.
2. Gerenciamento e Pesquisa do Patrimônio Natural e Arqueológico: ações, atividades de gerenciamento ou pesquisas executadas a partir ou em um sítio arqueológico, natural ou de interesse artístico nacional. Mas não necessitavam de tombamento. A respeito desta categoria, Sydney Solis diz que interessava ao Departamento de Promoção, incentivar iniciativas no campo natural e arqueológico para que

> fossem trabalhados na perspectiva da formação documental, do seu conteúdo, ou seja, eles eram documentos que para serem preservados, precisavam ser conhecidos, divulgados, estudados e queridos pela população [...] O Patrimônio sempre teve pouco dinheiro diante de suas atribuições, então precisávamos achar um jeito de incentivar as pessoas e instituições para que se motivassem ações de preservação. E esse caso

> do patrimônio natural arqueológico foi isso (SOLIS, 2015, p. 69).

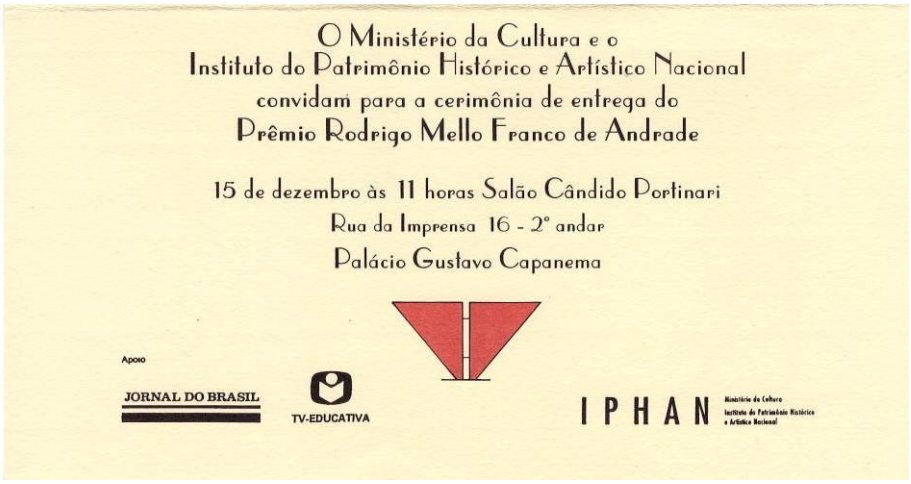
3. Educação Integrada ao Trabalho Comunitário e Valorização da Memória Nacional: visava incentivar ações que atuassem com processos pedagógicos em atividades de ensino e extensão na área do patrimônio cultural. O objetivo era difundir e divulgar o patrimônio como objeto de estudo.
4. Registro e Inventário e Pesquisa do Patrimônio Cultural: ações que atuassem na preservação e difusão de registros documentais históricos, acervos e pesquisas do patrimônio documental, a partir de iniciativas de preservação material ou proteção legal e administrativa de acervos culturais.
5. Divulgação do Patrimônio Cultural: ações de divulgação do patrimônio cultural. Estava relacionada a atividades que difundissem o patrimônio cultural por meio de seminários, eventos ou que realizassem a divulgação por meio sonoro, audiovisual, cinematográfico e outros.

A edição do PRMFA 1994, após o processo de reformulação, foi executada, primeiro, cumprindo a etapa de escolha dos projetos participantes, que eram recomendados por cada uma das 14 CRs do IPHAN – atualmente superintendências localizadas e distribuídas nos diversos estados do território brasileiro –, responsáveis por reunir as propostas locais aptas a se enquadrarem na orientação do Deprom. Era recomendado às coordenações que selecionassem cinco ações candidatas para que preenchessem cada uma das cinco categorias citadas acima. Cada CR enviava ao Deprom os projetos selecionados, regionalmente, por meio de memorando, no qual constava os projetos escolhidos e a justificativa para cada um deles. Esses indicados, posteriormente, seriam avaliados por uma Comissão de Seleção Nacional[41], formada por técnicos do Instituto e indicada pela presidência do IPHAN (GUEDES, 2015). Os jurados da Comissão Nacional, após a leitura de pareceres e avaliações, abriam a votação.

[41] Em 1994, a Comissão de Seleção Nacional se reuniu no dia 05 de dezembro. Fizeram parte Ana Maria Roland, José Nonato Duque Estrada de Barros, Cyro Ilídio Corrêa de Oliveira Lyra, Cícero Antonio Fonseca de Almeida, Carlos Botelho Martins Filho, Lia Motta, Theodoro Joels, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, José Tabacow, Evelina Grunberg, Antonio Luiz Dias de Andrade, Maria Teresa Correia Silva e Antonio Pedro Gomes de Alcântara. Estiveram ausentes a jurada Maria de Lourdes Parreiras Horta e o jurado José Leme Galvão Júnior, que tiveram seus pareceres lidos por Evelina Grunberg e Cícero Antonio Fonseca de Almeida.

Assim, o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, cujo processo se estendeu de agosto a dezembro de 1994, contou com a indicação de vinte e quatro projetos apresentados pelas seguintes Coordenações Regionais (CRs), identificadas pelas siglas dos estados das cinco regiões brasileiras: 4ª (CE e RN), 7ª (BA), 9ª (SP), 11ª (SC), 12ª (RS), 13ª (MG) e 14ª (DF, GO, RO, MS, MT) (SOLIS, 1995). O projeto realizado para 1994 contemplou os vencedores com uma premiação em dinheiro, montante repartido de maneira igualitária entre os premiados. Nesta ocasião, os contemplados foram: Coleção Miguel Ângelo de Azevedo (CE) – por organizar a coleção de fotografias do Ceará e discos de cera não reeditados em vinil ou CD, considerada a maior coleção deste tipo da América Latina; Fundação Vitae (SP) – pelo apoio à educação, à ciência e à cultura; Prefeitura de Laranjeiras/Departamento de Cultura e Turismo (SE) – pela recuperação do centro histórico de Laranjeiras e educação patrimonial junto à comunidade; Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Cachoeira do Sul (RS) – pela execução de inventário, tombamento e restauração de bens culturais do município de Cachoeira do Sul; e Fundação Cultural da Arquidiocese de Mariana (MG) – pelo agenciamento de verbas para a restauração do patrimônio histórico de Mariana. Para esta edição, foi realizada uma cerimônia com a presença do ministro da Cultura, Luiz Roberto do Nascimento Silva, da diretora do Departamento de Promoção, Jurema Arnaut, dos técnicos do IPHAN e premiados, ocorrida no dia 15 de dezembro de 1994, no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro.

Figura 3 – Convite da premiação de 1994



Fonte: Arquivo Central do IPHAN, Brasília

Sobre a edição de 1994, Sydney Solis redigiu o Relatório Final (SOLIS, 1995), documento de 12 de janeiro de 1995, em que faz um balanço e análise crítica sobre o desempenho executivo do PRMFA 1994. Os primeiros apontamentos indicam que a Comissão Nacional de Seleção necessitaria de uma composição interdisciplinar, com representantes de diferentes instâncias e associações que atuassem na área da cultura ou em instituições como secretarias municipais de cultura ou universidades.

> A Comissão de Seleção, indicada somente entre os técnicos da casa, ressentiu-se de uma regulamentação mais precisa, que orientasse seu julgamento [...]. Talvez por força de sua constituição eminentemente técnica e por abrigar apenas funcionários do IPHAN, a Comissão de Seleção Nacional não atentou para questões de natureza política, incorrendo em alguns deslizes nesta área, como por exemplo, selecionar dois indicados de uma mesma CR, em detrimento de outras não contempladas, entre outros. Este fato indica que a composição da Comissão Nacional de Seleção deva mesclar o componente técnico com o político administrativo, o técnico do IPHAN e o especialista de outras instituições (SOLIS, 1995, p. 02).

Outro apontamento deste Relatório se refere à intenção do Deprom em angariar uma ampla divulgação nos meios de comunicação. Foi acertado um projeto de divulgação em parceria com a TV Educativa do Rio de Janeiro, que divulgaria o PRMFA por meio de vinhetas, cobertura da cerimônia de premiação e produção de matérias sobre cada um dos vendedores. Solis (1995) classifica esse ponto como "o pior possível", pois apenas uma vinheta foi apresentada, não houve a cobertura do evento e a entrevista marcada com o então presidente do IPHAN, Glauco Campelo, para programa Sem Censura – caracterizado como um dos mais destacados da TV – foi deslocada para um programa de variedades sobre culinária. Por fim, a cobertura do evento não deu visibilidade aos premiados e, sim, à presença do ministro da Cultura, Luis Roberto do Nascimento Silva.

O intuito do projeto de mídia era criar uma copromoção e um maior envolvimento dos veículos TV Educativa do Rio de Janeiro[42] e Jornal do Brasil[43] como parceiros, para que divulgassem o Prêmio em todas as suas etapas. Contudo, pelo que indicou o Relatório,

[42] Era uma emissora de TV pública, fundada em 1975 e vinculada à Fundação Roquete Pinto, responsável pela veiculação nacional de programas televisivos com conteúdo educativo, era parte do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (Sinred). Foi incorporada a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em 2008, fazendo, agora, parte da TV Brasil. Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

[43] Jornal impresso de notícias jornalísticas fundado em 1891, na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, circula somente em versão on-line, mas ainda é visto como um dos principais veículos de comunicação do país.

este objetivo não foi cumprido como esperado. O Jornal do Brasil, por exemplo, havia acordado a cobertura completa do evento de premiação na editoria de cultura, o que, também, não ocorreu.

Sobre o evento, previa-se, no planejamento do Deprom, que fosse um momento de culminância de todo o processo de produção e execução do Prêmio, para que se tornasse conhecido publicamente (SOLIS, 1995).

> O desejável seria que este ato cultural funcionasse como câmara de ressonância pública para as iniciativas exemplares e preservação e para o próprio Patrimônio Cultural Brasileiro. A realização de tal evento depende, evidentemente, de um bom esquema de promoção e de financiamento (SOLIS, 1994a, p.4).

A citação registra quais ações de divulgação vinham sendo realizadas pelo IPHAN e o que estava em jogo para a instituição, no sentido de maturar suas políticas e a sua imagem junto à sociedade. O modelo de evento almejado pretendia alcançar um *status* de grande ato cultural, inspirado em duas grandes premiações da época (SOLIS, 1994b): o Prêmio Sharp[44], na área da música (hoje conhecido como Prêmio da Música Brasileira), e o Prêmio Moliére[45], o mais prestigioso na área teatral do Brasil, que ocorreu de 1963 a 1991, patrocinado pela Air France (companhia francesa de aviação).

O Relatório Final (SOLIS, 1995) indica que o evento foi prejudicado pela falta de produção profissional e de apoio financeiro, que, segundo ele, poderia ter sido sanado com os investimentos de patrocinadores ou instituição externa Dessa maneira, a "realização do evento de premiação refletiu, de certa forma, o improviso com que a organização foi obrigada a conviver" (SOLIS, 1995, p. 02).

O Relatório enfatizou, novamente, a necessidade de injeção de recursos financeiros na premiação por parte do próprio Instituto e de parceiros externos, e da formação de uma comissão organizadora interna voltada a sua promoção que fosse constituída de técnicos da área de comunicação. Além dessas e de outras recomendações, o Relatório propôs a criação de grupo de trabalho interdepartamental, a estruturação de um regulamento permanente, assim como, um grupo que acompanhasse a divulgação midiática e o desenvolvimento de propostas colaborativas com os meios de comunicação. Contudo, essas são algumas das propostas que não foram cumpridas.

---

[44] Fonte: Empresa Brasil de Comunicação. Disponível em: < http://www.ebc.com.br/cultura/2013/06/tom-jobim-sera-homenageado-na-24a-edicao-do-premio-da-musica-brasileira>. Acesso em: 27 jan. 2016.

[45] Fonte: Portal G1. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globoteatro/reportagens/noticia/2014/08/serie-premiacoes-teatrais-o-retorno- do-prestigiado-premio-moliere.html>. Acesso em: 27 jan. 2016.

A reformulação e execução do PRMFA 1994, como apresentamos, previu uma série de ações, como a realização de um projeto de apresentação e de um plano de mídia para a divulgação do Prêmio, criação de categorias de premiação, ampliação da participação com envolvimento das unidades descentralizadas (CRs) e a organização de uma cerimônia de premiação que trouxesse visibilidade ao Instituto como principal órgão de preservação do patrimônio cultural no Brasil.

O objetivo desse conjunto de ações era cumprir o papel promoção da imagem institucional do IPHAN e da política cultural por ele coordenada (SOLIS, 1994b). Guedes (2015) identifica que, a partir da gestão de Jurema Arnaut no Deprom, o PRMFA torna-se, a partir de 1994:

> Uma premiação nacional voltada para a sociedade, reconhecendo ações de empresas, instituições, grupos ou pessoas dos diversos estados do Brasil desde 1994. Participam do concurso ações estaduais, municipais, públicas ou privadas, que conferem ao patrimônio cultural efetividade em sua prática individual ou coletiva (GUEDES, 2015, p. 13).

O formato apresentado em 1994 foi instituído, oficialmente, em 1995, quando se torna um edital público regido pela Portaria nº 220, de 13 de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial e assinada pelo presidente do IPHAN, Glauco Campello, que regulamentou a realização do PRMFA.

Já o Edital, publicado no Diário Oficial (ver Anexo I), de 14 de novembro de 1995, formalizou as instruções para a candidatura dos projetos e, sobretudo, exigiu a descrição da iniciativa (ainda que o formato dos projetos ficasse submetido à livre escolha dos proponentes). O regulamento, também, passou a ser disponibilizado nas Coordenações regionais: Brasília-DF, Manaus-AM, Belém-PA, São Luís-MA, Fortaleza-CE, Rio de Janeiro-RJ, Salvador-BA, Aracaju-SE, São Paulo-SP, Curitiba- PR, Florianópolis-SC, Porto Alegre-RS e Belo Horizonte-MG. O formato do edital foi escrito na modalidade Concurso, segundo a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações), que informa:

> Artigo 22
> § 4º Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias (BRASIL, 1993).

Na referida Portaria nº 220, a premiação é descrita como

> (...) menção honrosa às ações de preservação do patrimônio Cultural Brasileiro que por sua originalidade ou ineditismo, vulto ou caráter exemplar, façam-se dignas de registro, divulgação e reconhecimento públicos (BRASIL, 1995).

Nela, também ficou instituída a premiação em dinheiro, à época no valor de cinco mil reais, abandonando as congratulações por reconhecimento e medalhas.

As orientações de 1995 constam no projeto Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – 1995 (IPHAN, 1995a), no qual está determinado que o PRMFA é voltado à empresas privadas; pessoas físicas; instituições públicas federais, estaduais e municipais; instituições privadas; associações civis; comunidades e a outras entidades envolvidas com a preservação do patrimônio cultural; excluindo projetos e ações realizados pelo próprio IPHAN ou que tivessem lhe concedido apoio financeiro.

O projeto proposto para aquele ano foi estruturado a partir de oito quesitos: 1) natureza e escopo da premiação; 2) objetivos 3) regulamentação; 4) indicação de concorrentes; 5) avaliação e atribuição do prêmio; 6) promoção e divulgação; 7) evento de premiação; 8) Financiamento; e trazia como objetivos:

> 1º - reconhecimento e divulgação de iniciativas no campo da preservação patrimonial que se façam relevantes em função de seu ineditismo, originalidade, vulto ou caráter exemplar. 2º - divulgação do patrimônio cultural brasileiro. 3º - incentivo à participação do maior número possível de parceiros públicos e privados na preservação do acervo patrimonial do país; 4º - divulgação e reforço da imagem institucional e da política cultural do IPHAN e seus parceiros (IPHAN, 1995a, p.02).

Em relação à edição anterior – 1994, foram mantidos os processos estruturais: as Coordenações Regionais (CRs) mantiveram a função de indicar as inciativas que iriam concorrer à etapa nacional, por meio da constituição de um conselho regional com profissionais da área da cultura. Após as seleções de cada CR, os projetos indicados

foram enviados à avaliação da Comissão Nacional de Avaliação, esta escolheu os vencedores de cada categoria, após reunião presencial na sede do IPHAN, no Rio de Janeiro.

A avaliação dos projetos finalistas por essa Comissão, formada por profissionais de notório saber técnico na área da cultura, deu-se mediante pareceres. Cada jurado ficou responsável por avaliar certo número de projetos e, ao final, abriu-se uma votação para a escolha dos vencedores. A formação deste colegiado e seus integrantes foi publicada, oficialmente, no Diário Oficial da União, em 4 de dezembro de 1995. A Comissão foi composta pelos seguintes membros (e suas respectivas funções): Augusto Carlos da Silva Telles, arquiteto aposentado do IPHAN; José Leme de Galvão Júnior, arquiteto lotado no Deprom/IPHAN; José Simões Belmont Pessôa, arquiteto lotado no Deprom/IPHAN; Antônio Luiz Dias Andrade, arquiteto da 9ª CR/IPHAN (Coordenação Regional de São Paulo); Jayme Zettel, arquiteto e presidente do IBPC em 1993; Myriam Andrade Ribeiro Oliveira, historiadora da arte do Departamento de Identificação e Documentação do IPHAN (DID/IPHAN); Elizabeth Carbone Baez, museóloga do Museu Castro Maya (MCM); Márcia Chuva, historiadora do DID/IPHAN; Maria Inez Turazzi, historiadora do Museu Benjamim Constant; Alaide Mariani Vanderli, socióloga do Paço Imperial (instituição museológica); Suetônio Soares Valença, filólogo e pesquisador musical; Evelina Grumberg, museóloga do Museu Imperial; Antônio José Nonato Duque Estrada, historiador da arte e técnico do IPHAN; e Luiz Fernando Rodhen, arquiteto de 12ª CR/IPHAN (Coordenação Regional Do Rio Grande do Sul); e, ainda, Glauco Campello, presidente do IPHAN e que, naquela ocasião, também, presidia a Comissão.

Os projetos vencedores foram, de acordo com a ata da reunião da Comissão julgadora, ocorrida nos dias 05 e 06 de dezembro de 1995: 1) Inventário, referência e pesquisa em acervos e processos culturais – concedido à Universidade de Caxias do Sul (RS), pelo projeto ECIRS (Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul); 2) Trabalho comunitário em educação patrimonial, resgate e valorização da memória – iniciativas integradas com setores comunitários, no campo da educação, voltados para a valorização da memória nacional e do patrimônio cultural – concedido ao Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões (AM), com a ação Museu Maguta; 3) Divulgação e difusão do patrimônio cultural – concedido a Rosemberg Cariri (CE), por resgate do audiovisual da cultura cearense; 4) Apoio institucional ou financeiro –

iniciativas de apoio institucional, como captação de recursos ou apoio financeiro recursos ou apoio financeiro – concedido ao Banco Real, pela ação sistemática no apoio e financiamento na área de patrimônio; 5) Preservação de acervos culturais móveis ou imóveis – iniciativas de preservação material ou proteção legal e administrativa – concedido ao Instituto de Estudos Brasileiros/Universidade de São Paulo, pela preservação de documentos e obras de arte; 6) Gerenciamento e pesquisa do patrimônio natural e arqueológico – iniciativas de gestão e desenvolvimento cultural em áreas consideradas como patrimônio natural ou em sítios arqueológicos – concedido à Fundação do Homem Americano (PI), pelo gerenciamento e pesquisa do patrimônio arqueológico do Parque Nacional da Capivara[46] (IPHAN, 1995b).

Após a análise das informações sobre a premiação de 1995, indicamos como mudanças em relação à realização de 1994: anúncio do edital por extrato publicado no DOU; composição da Comissão Nacional de Avaliação, com jurados de outras instituições que não só o IPHAN; e a inclusão da categoria Apoio Institucional e Financeiro.

As categorias deste ano eram: 1) Apoio institucional ou financeiro; 2) Preservação de acervos culturais móveis ou imóveis; 3) Gerenciamento e pesquisa do patrimônio natural e arqueológico ou em sítios arqueológicos; 4) Trabalho comunitário em educação patrimonial; 5) Divulgação e difusão do patrimônio cultural; e 6) Registro, inventário e pesquisa do patrimônio cultural.

A cerimônia ocorreu no Centro Cultural Banco do Brasil (RJ), no dia 18 de dezembro, com apresentação da Companhia de Dança Déborah Colker[47] e de espetáculo musical do violonista Turíbio Santos[48]. Era a primeira vez que o PRMFA se realizava em um lugar fora dos prédios institucionais.

Observamos, com este primeiro momento de remonte da trajetória do Prêmio, que os anos de 1994 e 1995 tomaram proporções relevantes como referências nesta

[46] Foi premiado um projeto por categoria, sem hierarquização, ou seja, não havia classificação, por exemplo, de 1º, 2º ou 3º lugar. Em relação ao ano anterior, foi acrescida a categoria Apoio Institucional e Financeiro, as demais mantiveram-se.

[47] Déborah Colker é dançarina e coreógrafa. Sua companhia de dança, que leva seu nome, foi fundada em 1994 e ganhou destaque na cena da dança contemporânea. Em 2001, recebeu a titulação Laurence Olivier Award, na categoria "Oustanding Achievement in Dance" (realização mais notável em dança).

[48] Importante violonista da música brasileira. Ganhou notoriedade, principalmente, por suas interpretações da obra de Heitor Villa-Lobos. Foi diretor do Museu Villa-Lobos entre os anos de 1986 e 2010. Fonte: UFRJ. Disponível em: < http://www.musica.ufrj.br/index.php?option=com_content&view=article&id=601%3Ao-guardiao-das-partituras&catid=75%3Ajornal&Itemid=73>. Acesso em: 08. Mar. 2017.

pesquisa, pois, nesse intervalo temporal, foram estabelecidos processos regulamentadores que definiram o andamento das edições posteriores e conferiram características de participação pública ao PRFMA. Os formatos delimitados nestes dois anos, porém, passaram por algumas mudanças ao longo do tempo. Iremos pontuar algumas dessas transformações.

1.3 De 1999 a 2006: Transformações administrativas e a consolidação de um modelo

Após estes primeiros anos, passamos a analisar a consolidação do Prêmio que ocorre depois sua publicação como edital público. Em 1996, foram mantidas as categorias anteriores. Porém, foi acrescida uma categoria especial, denominada de Menção Especial[49], concedida ao Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) pela Comissão de Seleção, como consta em Ata da Reunião da Comissão de Seleção do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – 1996. A Fiocruz teria recebido a Menção pelo desenvolvimento do programa de restauração do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos no Rio de Janeiro.

> A Comissão de Seleção decidiu, ainda, conferir MENÇÃO ESPECIAL, ao Departamento de Patrimônio Histórico da FIOCRUZ pelo desenvolvimento do *Programa de restauração do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos no Rio de Janeiro*, tendo apontado a exemplaridade desta ação, no campo da preservação da memória científica e cultural, em instituição federal, destacando:
> - a criação, no âmbito de uma instituição científica, de um departamento de patrimônio histórico, relacionando sua memória científica com seu patrimônio arquitetônico,
> - abrangência do programa, envolvendo todo o conjunto arquitetônico e paisagístico do Instituto Oswaldo Cruz,
> - a fundamentação do programa em pesquisas históricas e prospecções técnicas, para a adoção dos respectivos critérios de restauração;
> - o planejamento adequado e sequencialmente ordenado, face à complexidade técnica de relacionamento entre projetos de reciclagem de espaços necessários a novos usos e a preservação arquitetônica (IPHAN, 1996, p. 02).

A Menção era uma homenagem concedida à parte do processo de seleção público. Sua decisão se dava entre os membros do Conselho, e seu vencedor recebia apenas o reconhecimento e não o valor em dinheiro.

[49] Não foi encontrada documentação relacionada aos anos em que aparece a categoria Menção Especial, de modo a explicitar o processo de inserção desta categoria no Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Além disso, outro ponto de mudança do processo seletivo do Prêmio foi a determinação de que a Comissão Nacional de Avaliação não deveria ser integrada somente por técnicos do IPHAN (GUEDES, 2015). O corpo de integrantes deveria ser composto por representantes de universidades e instituições vinculadas à preservação do patrimônio cultural, instâncias formuladoras de políticas públicas de cultura, representante do Ministério da Cultura, além do presidente do IPHAN, responsável em presidir os trabalhos da Comissão Nacional de Avaliação do Prêmio.

A referida Comissão não era composta por membros fixos. A escolha dos jurados era realizada pela equipe organizadora do Prêmio, com base em indicações advindas da diretoria do Deprom ou da própria presidência da Instituição. Após essa seleção, a equipe de técnicos, responsáveis pela organização do PRMFA, consultava a disponibilidade dos indicados em participar, nos dias determinados, da votação. Após as confirmações de presença, a lista dos componentes era encaminhada ao diretor do Deprom para sua validação. Assim, os convites formais eram enviados, como memorando, aos membros da Comissão Nacional.

Contudo, no ano de 1996, esta Comissão, presidida por Jurema Arnaut, foi composta por membros externos e, ainda, por alguns técnicos da instituição. Os integrantes foram: Silvio Tendler, cineasta; Radha Abramo, curadora, historiadora da arte e jornalista, atuou como assistente na Fundação Bienal de São Paulo; Mário Brockmann Machado, cientista político; Maria Cecília Londres Fonseca, da Secretaria de Patrimônio Museus e Artes Plásticas do MinC, pesquisadora na área de patrimônio cultural; Margarida Ramos, museóloga, foi superintendente de projetos da Fundação Roberto Marinho[50]; José Laurêncio de Mello, tradutor (não identificamos a instituição ou local ao qual estava, profissionalmente, vinculado); Mauro Bondi, arquiteto e técnico do IPHAN; Augusto Ivan Freitas Pinheiro, arquiteto e pesquisador na área de patrimônio cultural, atuou na prefeitura do Rio de Janeiro como Subprefeito do Centro; Armando Strozemberg, publicitário e dono de agência de comunicação; Ana Lúcia Niemeyer, arquiteta, neta do arquiteto Oscar Niemeyer; Robério Dias, pesquisador na área de composição paisagística; Maria Cristina Bandeira de Figueiredo, técnica do IPHAN

[50] Fundação que apoia e financia iniciativas nas áreas de educação e cultura, ligada ao grupo de comunicação Rede Globo. É uma rede privada e comercial que possui canais de rádio, TV, jornal impresso e, ainda, atua no campo editorial, cinematográfico e fonográfico. “Com 118 afiliadas no Brasil, pertencentes a diversos grupos empresariais, seu sinal chega a 5.490 cidades – 98% dos municípios, alcançando uma média de 170 milhões de telespectadores brasileiros. Dona do maior complexo de televisão da América Latina.”Acesso em: 15 mai.2017. Disponível em: < http://www.robertomarinho.com.br/obra/tv-globo.htm>.

(não encontramos sua formação profissional originária); Marcus Tadeu Daniel Ribeiro, técnico do IPHAN e historiador da arte; José Antônio Nonato Duque Estrada de Barros, técnico do IPHAN e historiador da arte; Antônio Pedro Gomes de Alcântara, arquiteto; Alaide Mariani (não encontramos referência a sua área de atuação e/ou formação profissional originária).

Já as Comissões de Avaliação Regionais permaneceram compostas, somente, por representantes internos. Porém, ocorreu uma importante modificação em relação aos anos de 1994 e 1995. Anteriormente, os concorrentes ao PRMFA eram indicados pelas Comissões Regionais. Estas, por terem conhecimento local, entravam em contato com representantes de iniciativas e projetos que elas julgassem portadores de representatividade e excelência na área da preservação patrimonial, ou seja, aquelas ações que possuíssem potencialidade para vencer. Cada CR indicava até seis iniciativas, uma para cada categoria.

A partir de 1996, abandonou-se a prática de conceder às CRs o poder decisório sobre as ações que seriam levadas à Comissão Nacional. A partir de então, qualquer pessoa física, jurídica, instituição ou comunidade poderia se inscrever nas coordenações de sua região, sem precisar da indicação das Regionais (GUEDES, 2015).

A historiadora Maria Tarcila Ferreira Guedes (2015) aponta que, durante sua pesquisa, também não foi possível localizar documentos relacionados à premiação que fizessem referência ao período situado entre os anos de 1996 e 1998. Do mesmo modo, na busca por documentação que pudesse fundamentar e fornecer dados que conferissem suporte a esta pesquisa, encontramos dificuldades e não foi possível coletar mais informações além das já apresentadas. Sobre a edição de 1997, identificamos somente uma lista com os nomes dos projetos vencedores e uma indicação à categoria de menção honrosa. As informações mais precisas sobre este período foram consultadas no depoimento de Grace Elizabeth de Oliveira Cruz (2015)[51].

No ano de 1997, Luiz Bolcato Custódio[52] assumiu a coordenação da Cogeprom, sob a gestão de Carlos Heck, na presidência do IPHAN. Sob a administração deste diretor, inicia-se a transferência do Prêmio para Brasília. Algumas etapas de organização passaram a ser gerenciadas pela equipe da capital brasileira e as demais etapas do

[51] Formada em Comunicação Social. Atuou na Cogeprom e na organização do PRMFA, entre 1997 e 2006. Foi nomeada Coordenadora-Geral de Promoção do IPHAN, em 2003. Deixou o cargo em 2006, retornando ao Museu Villa-Lobos.

[52] "Luiz Bolcato Custódio, Diretor Regional do IPHAN no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (1987-1996); Diretor Nacional de Promoção do IPHAN, em Brasília (1996-1998)" (GUEDES, 2015, p. 89).

Prêmio permaneceram sob a gerência do Deprom, no Rio de Janeiro, inclusive a cerimônia de encerramento.

Já no ano seguinte, 1998, em termos administrativos, o IPHAN aprovou, pelo Decreto nº 2.807, de 21 de outubro de 1998, a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas, inalteradas desde 1990, quando havia se tornado IBPC. A estrutura básica era composta por: Diretoria, Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, Procuradoria Jurídica, Departamento de Planejamento e Administração, Departamento de Identificação e Documentação, Departamento de Proteção; Departamento de Promoção; Superintendências Regionais[53] e Unidades Especiais: Museus, Arquivo e Centros Culturais[54].

Nesta edição, foram mantidas as categorias anteriores e apareceu, novamente, uma categoria com características de homenagem a um projeto, sem que este tenha sido vencedor. Desta vez, a categoria foi nominada como Menção Honrosa, dedicada ao professor Gilmar de Carvalho, pelo reconhecimento de seu trabalho desenvolvido como artista gravador, mais precisamente com a técnica da xilogravura. Apesar de não identificarmos, durante a pesquisa, como se realizou a deliberação que inseriu a categoria Menção Honrosa ao PRMFA, na Ata de reunião da Comissão Nacional em 1998, encontramos referência à mesma.

> A sexta categoria apresentada foi a de Divulgação e Difusão. A ação premiada foi apresentada pelos Supermercados Zona Sul, do Rio de Janeiro. No entanto, a Comissão Nacional decidiu conceder menção honrosa ao Professor Gilmar de Carvalho, pela ação *Xilogravura contemporânea de extração popular de Juazeiro do Norte*, também inscrita nessa categoria, pela importância que seu trabalho apresenta como referencial para pesquisas acadêmicas e para a preservação dessa arte e técnica como forma de expressão da cultura popular (IPHAN, 1998, p. 2).

Ainda sobre a Ata da referida reunião, um fator que indicou avanços quanto à transparência dos processos decisórios foi o maior detalhamento do texto em Ata. Nesta, as observações dos jurados indicam uma sistematização e o cumprimento das normas impostas e formalizadas, anteriormente. Ainda, como registrada na reunião, outras sugestões proferidas se mostraram direcionadas ao aperfeiçoamento da ação do Prêmio.

---

[53] Apesar de no Decreto constar Superintendências Regionais, esta nomenclatura não foi adotada neste momento, mantendo-se as Coordenações Regionais, como definidas em 1991 (IPHAN, 2008).

[54] Não consta nos documentos analisados e aos quais tivemos acesso quais seriam estas Unidades Especiais: Museus, Arquivo e Centros Culturais, no ano de 1998.

> Foi sugerido ainda que as Coordenações Regionais do IPHAN, ao divulgarem o Prêmio, orientem as instituições e pessoas para que fundamentem melhor os projetos a serem inscritos, anexando informações significativas para a compreensão dos mesmos; que ao produzirem os pareceres encaminhando as ações pré-selecionadas, o façam mais detalhadamente, com uma avaliação do nível de importância daquele trabalho para a comunidade a qual ele se dirige; e, nesse sentido, que sigam o exemplo da 2ª Coordenação Regional do IPHAN, que elaborou um parecer para cada ação pré-selecionada, facilitando assim o trabalho da Comissão Nacional de Avaliação [...]. Os integrantes da Comissão foram unânimes em apontar a necessidade de uma seleção mais rigorosa no âmbito das Comissões Regionais. Este ano foram inscritas e pré-selecionadas duas ações que contrariam o Edital do Prêmio: *Recuperação do Centro Histórico de Tiradentes e Projeto Central, Bahia*, apresentadas pelas Senhoras Maria do Carmo de Melo Franco Nabuco e Maria da Conceição Beltrão, ambas integrantes do Conselho Consultivo do IPHAN. Diz o Edital no item 7.1: "É vedada, também, a participação no concurso de trabalhos realizados ou executados por servidores do quadro pessoal ou cedidos ao IPHAN, ou ainda personalidades que integram conselhos ou colegiados vinculados ao IPHAN, cônjuges, ascendentes, descendentes ou colaterais". Por essa razão, as duas ações foram impugnadas pela Comissão Nacional (IPHAN, 1998, p.12).

Após a realização desta edição, de acordo com Grace Elizabeth de Oliveira Cruz (GUEDES, 2015), houve uma cooperação da equipe da Deprom com a Procuradoria Jurídica do IPHAN para reavaliar o edital do Prêmio, com o intuito de estabelecer critérios mais rigorosos e transparentes, durante o processo avaliativo (GUEDES, 2015). Neste contexto, as comissões de avaliação, tanto regionais quanto nacional, passaram, exclusivamente, a serem formadas por jurados que não pertencessem ao quadro de funcionários do IPHAN. Somente o cargo de presidente do IPHAN continuaria a conduzir as reuniões da Comissão Nacional, assim como o superintendente ou coordenador, no âmbito das representações regionais, coordenariam as reuniões da Comissão Regional. Os critérios estabelecidos para a Comissão Nacional de Avaliação e o aperfeiçoamento das etapas do PRMFA, estendidos às Comissões Regionais, tinham o objetivo de conferir credibilidade e repercussão à premiação (GUEDES, 2015).

> Sem dúvida, estas alterações consolidaram o Prêmio junto às outras instituições em nível federal e contribuíram para aumentar sua aceitação pela sociedade. No decorrer dos anos a experiência da equipe organizadora do Prêmio e a colaboração dos jurados contribuíram para o aperfeiçoamento da premiação. Hoje é possível dizer que o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade é uma ação extremamente profissionalizada, séria e prestigiada (CRUZ, 2015, p. 92).

Foi em 1999[55] que Grace Elizabeth Cruz assumiu, como substituta, a coordenação da Cogeprom, no lugar de Luiz Bolcato Custódio. Nesse período, continuou a conduzir o Prêmio, juntamente, com a equipe da Coordenação de Promoção.

As etapas do Prêmio seguiram o modelo estrutural adotado anteriormente, entretanto houve a modificação da categoria Educação Integrada ao Trabalho Comunitário de Valorização da Memória e do Patrimônio Cultural, que passou a ser denominada como Educação Patrimonial, porém tal categoria manteve sua caraterização de premiar ações que dialogassem com práticas pedagógicas-educativas[56].

Nesse mesmo ano, o IPHAN lança o Guia Básico de Educação Patrimonial, que orientou as primeiras ações institucionais na área. Cruz (2015) relata que, em seus anos de atuação na promoção do Prêmio Rodrigo, houve uma infinidade de ações com cunho participativo e educativo. Indicou que essas mesmas iniciativas deveriam ter mais repercussão no âmbito institucional, podendo ser modelos a serem seguidos pelo Governo.

> Por meio do Prêmio Rodrigo é possível tomar conhecimento de como a sociedade brasileira tem se preocupado com seu patrimônio cultural. Muitas vezes, no interior do Brasil são desenvolvidas ações com a participação de comunidades inteiras que se dedicam e nos empolgam pela qualidade do seu trabalho. A maioria delas é exemplo para as populações dos grandes centros, que nem sempre têm uma visão participativa e uma relação de amor com a sua cultura (CRUZ, 2014, p. 93).

Outra mudança significativa foi a transferência da execução da cerimônia de encerramento e de parte do quadro técnico do Deprom, lotado no Rio de Janeiro, para a cidade de Brasília (DF)[57]. A mudança ocorreu durante o governo do presidente da

[55] Em 1999 foram apresentadas 132 ações, as premiadas foram: Paulo e Maria Cecília Geyer, Fundação de Cultura Cidade do Recife – Pernambuco, Centro de Cultura Luiz Freire – Olinda, Pernambuco, Arquiteto Paulo Ormindo de Azevedo e equipe do Projeto de Estudo do Acervo Turístico da Bahia, Padre Pedro Nunes de Almeida – Rio de Janeiro, Fundação Casa de Cultura de Marabá, do Pará.

[56]Não documentação que ateste a mudança de denominação por meio de portaria ou normativa. Esta conclusão foi feita a partir da comparação de documentação, entre as edições. Como entre 1997 e 1998 quase não há registros documentais, a análise comparativa foi feita com o ano de 1999.

[57] Não foi encontrada documentação que formalizasse essa transferência.

República Fernando Henrique Cardoso[58]. Segundo Grace Elizabeth Cruz (2015), o Deprom era o único departamento do IPHAN que, ainda, estava sediado na cidade do Rio de Janeiro e, além disso, esclarece, no depoimento a seguir, outros motivos que corroboraram para essas modificações.

> A equipe do Deprom acreditava ser importante realizar a cerimônia do Prêmio em Brasília, por se tratar de uma premiação nacional. Esta mudança daria ao Prêmio mais visibilidade e maior prestígio político, além de torna-lo menos oneroso, sobretudo no custo com passagens aéreas (CRUZ, 2015, p. 90).

A solenidade de 1999, por fim, deu-se no Teatro Nacional Claudio Santoro, no dia 17 de novembro de 1999, com concerto apresentado pelo regente Silvio Barbato[59] e pelo violonista Turíbio Santos, em homenagem aos maestros brasileiros Heitor Villa- Lobos e Claudio Santoro.

Ao longo dos anos, o PRMFA manteve características basilares, propostas e formalizadas em projetos elaborados, internamente, por gestores da instituição que implementaram a elaboração de projeto de execução, pleitearam o ordenamento jurídico de suas fases, com publicação nos diários oficiais do Estado, e, ainda outros processos de sistematização.

No ano de 2000, a quantia da premiação aumentou de R$ 6.000, 00 para R$ 14.000, 00, quando o presidente do Instituto era o antropólogo Antonio Augusto Arantes. Cruz (2015) defende que esta alteração considerável era uma reivindicação dos técnicos da então Coordenação de Promoção (Cogeprom).

> O valor era extremamente simbólico, pois durante tantos anos sem correção havia se depreciado. Para empresas e instituições de grande porte que já concorreram ao Prêmio, como Pretrobras, BNDES, Vale do Rio Doce, Fundação Getúlio Vargas, Banco Safra e Fundação Vitae, por exemplo, não havia relevância financeira; o que contava era a chancela do IPHAN para seus projetos e o reconhecimento da sociedade. Mas para instituições pequenas ou para os cidadãos que desenvolviam ações isoladamente o valor do prêmio tinha um significado expressivo, além do reconhecimento do Governo Federal (CRUZ, 2015, p. 93).

Em 2000, ainda, é instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que Constituem o Patrimônio Cultural e é criado o Programa Nacional de Patrimônio

[58] Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência da República no ano de 1995, com eleições diretas. Cumpriu dois mandatos de 4 anos, 1995-1999 e 1999-2003. Fonte: Linha do Tempo IPHAN 80 anos. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211/>. Acesso em: 03 dez. 2016.
[59] Em 1999, era regente titular da Orquestra Sinfônica do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Imaterial (PNPI), ambos pelo Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000 (BRASIL, 2000). De acordo com entendimento do IPHAN, como disponibilizado em seu *site:*

> Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial.

Estes bens seriam acautelados pela inscrição nos seguintes livros:

> I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (BRASIL, 2000, s/p).

A inscrição nos Livros dos Bens Culturais de Natureza Imaterial é que confere, legalmente, o título de Registro aos bens que serão acautelados pelo IPHAN. A ideia de registro nos livros advém dos Livros do Tombo, instituídos na criação do SPHAN. A inscrição nestes tem como "referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira" (BRASIL, 2000). Naquele ano, ficou definido que o pedido do processo de registro poderia ser feito pelo Ministro da Cultura, por instituições vinculadas ao MinC, pelas Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal, ou pela sociedade e associações civis.

Entre 2001 e 2004, não foram encontradas mudanças significativas no Prêmio, em termos operacionais, ainda que, institucionalmente, ocorressem movimentações políticas, como veremos nos próximos capítulos. Contudo, é importante elencar outras modificações na estrutura administrativa do IPHAN e acontecimentos históricos que nos auxiliarão a tecer as análises nos próximos capítulos e compreender a formação de uma ação da perspectiva institucional.

No ano de 2002, a Portaria nº 67, de 08 de abril de 2002, altera a denominação e a jurisdição das Coordenações Regionais para Superintendências Regionais[60] (IPHAN, 2008). Neste ano, também ocorrem as eleições presidenciais, com a vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT)[61], Luiz Inácio Lula da Silva. No ano seguinte, em que Lula toma posse, o Decreto nº 4.811, de 19 de agosto de 2003, dá novas providências sobre a Estrutura Regimental do IPHAN. Também em 2003, nomeia-se Maria Elisa Guimarães Costa[62] como presidente do Instituto, substituindo Carlos Henrique Heck (1999-2002); neste mesmo ano, com a entrada da nova presidente, Grace Elizabeth de Oliveira da Cruz é nomeada coordenadora oficial da área de promoção.

Costa permanece no cargo até 2004. Neste regimento, identifica-se a existência de uma Assessoria de Promoção do Patrimônio Cultural vinculada à Diretoria do IPHAN, como parte dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente. A essa assessoria competiria assistir ao Presidente na formulação de diretrizes, articulação e orientação da execução de ações visando à promoção, organização e circulação de informações do patrimônio cultural, substituindo as funções do Deprom. Além disso, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), que desde 2001 atuava de forma cooperativa com as ações do PNPI, desta vez, é inserido à estrutura do IPHAN, e o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural passa a ter, obrigatoriamente, um representante e respectivo suplente de cada uma das seguintes entidades: Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Museu Nacional e dezoito representantes da sociedade civil, designados pelo IPHAN, com

---

[60] 1ª SR - Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia; 2ª SR - Pará e Amapá; 3ª SR – Maranhão; 4ª SR - Ceará e Piauí; 5ª SR - Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Território de Fernando de Noronha; 6ª SR - Rio de Janeiro e Espírito Santo; 7ª SR – Bahia; 8ª SR - Alagoas e Sergipe; 9ª SR - São Paulo e Mato Grosso do Sul; 10ª SR- Paraná; 11ª SR - Santa Catarina; 12ª SR - Rio Grande do Sul; 13ª SR - Minas Gerais; 14ª SR - Goiás, Mato Grosso e Tocantins; 15ª SR - Distrito Federal.

[61] "O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP). O PT surgiu com a necessidade de promover mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais e artistas. Foi em um contexto político, econômico e social marcado por intensas mobilizações que o líder sindical e principal fundador do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, tornou-se um dos protagonistas da história de luta contra as injustiças existentes no País. E a primeira conquista veio com o reconhecimento oficial do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral do PT como um partido político brasileiro, em 11 de fevereiro de 1982". Fonte: sítio virtual oficial do PT. Disponível em:
< http://www.pt.org.br/nossa-historia/>. Acesso em 01. mar. 2017.

[62] Arquiteta pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez parte da Comissão Especial de Brasília no Departamento de Proteção do Iphan, entre 1996 e 1998. Membro do Conselho Técnico de preservação de Brasília do Governo do Distrito Federal (CTPB), de 1999 a 2001. Fonte: Linha do Tempo do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3526/linha-do-tempo-registra-100-anos-de-historia-da-preservacao-do-patrimonio>. Acesso em: 01. mar. 2017.

especial conhecimento nos campos de atuação do Instituto. Neste ano, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural já se configurava como órgão de decisão máxima da instituição para as questões relativas ao patrimônio brasileiro material e imaterial.

> A nova estrutura organizacional passou a ter a seguinte composição: Diretoria; Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural; Assessoria de Promoção do Patrimônio Cultural; Departamento de Planejamento e Administração; Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização; Departamento de Patrimônio Imaterial e Documentação de Bens Culturais; Departamento de Museus e Centros Culturais; Superintendências Regionais; e Unidades Especiais (museus e centros culturais) (IPHAN, 2008, p. 23).

Em 2004, a Estrutura Regimental, pelo Decreto nº 5.040, de 07 de abril de 2004, novamente, é modificada, com a revogação do Decreto nº 4.811.

> A nova estrutura organizacional ficou, então, com a seguinte composição: Diretoria; Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural; Departamento de Planejamento e Administração; Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização; Departamento de Patrimônio Imaterial; Departamento de Museus e Centros Culturais; Coordenação-Geral de Promoção do Patrimônio Cultural; Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência; Superintendências Regionais; e Unidades Especiais (museus e centros culturais) (IPHAN, 2008, p. 24).

Foi ampliado para 21 o número de Superintendências Regionais[63], e à Coordenação-Geral de Promoção e Patrimônio Cultural (Cogeprom), que substituiu a Assessoria de Promoção do Patrimônio Cultural, competia:

> I - propor diretrizes, articular e orientar a execução das ações visando a promoção do patrimônio cultural;
> II - definir e gerenciar o uso da aplicação da identidade visual do IPHAN (BRASIL, 2004).

O formato do Prêmio passa por outra mudança de categorização, no ano de 2005, com a criação da categoria Salvaguarda de Bens de Natureza Imaterial. Não encontramos normativa, portaria ou outras normas que regulamentassem a inserção desta categoria

[63] 1ª SR – Amazonas e Roraima; 2ª SR – Pará e Amapá; 3ª SR – Maranhão; 4ª SR – Ceará; 5ª SR – Pernambuco e Território de Fernando do Noronha; 6ª SR – Rio de Janeiro; 7ª SR – Bahia; 8ª SR – Sergipe; 9ª SR – São Paulo; 10ª SR – Paraná; 11ª SR – Santa Catarina; 12ª SR – Rio Grande do Sul; 13ª SR – Minas Gerais; 14ª SR – Goiás, Mato Grosso e Tocantins; 15ª SR – Distrito Federal; 16ª SR – Acre e Rondônia; 17ª SR – Alagoas; 18ª SR – Mato Grosso do Sul; 19ª SR – Piauí; 20ª SR – Paraíba e Rio Grande do Norte; 21ª SR – Espírito Santo.

Cruz (2015) esclarece que a inclusão desta categoria teve como finalidade dar destaque ao patrimônio imaterial brasileiro de forma igualitária às outras áreas do patrimônio cultural, além de divulgar as atenções que vinham sendo dadas aos bens imateriais, após a promulgação do Decreto nº 3.551 de 2000. Atestamos a ocorrência de menção a esta categoria na Ata da Reunião da Comissão Nacional de Avaliação do PRMFA 2005. Na ocasião, foi vencedor o projeto Rede Memória da Maré (RJ), do Centro de Estudo e Ações Solidárias da Maré (Cesam), com parecer apresentado pela arquiteta Lôla Medeiros, vinculada, à época, ao Programa Monumenta[64] do Ministério da Cultura. A iniciativa vencedora desenvolvia programas nos campos da educação, cultura, memória e comunicação. Uma das ações da Rede Memória, por exemplo, visava a integração das comunidades e a identificação coletiva dos moradores com o complexo carioca da Maré.

As primeiras ações inscritas na categoria foram: Festividade do Glorioso São Sebastião de Cachoeira do Arari, da Coordenação da Festividade de São Sebastião (PA); Brinquedos encantados, de José Albani (MA); Responde a Roda Outra Vez: música tradicional de Pernambuco e da Paraíba no trajeto da missão de 1938, do Núcleo de Etnomusicologia, da Universidade Federal de Pernambuco e do Laboratório de Estudos da Oralidade da Universidade Federal da Paraíba (PE); Rede Memória da Maré, do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré/CEASM (RJ); Projeto Tocadores – homem, terra, música e cordas, da Olaria Projetos de Arte e Educação (PR); Tecendo Memórias, da Prefeitura Municipal de Ivoti (RS); Brasil dos Ofícios Geraes: o homem é coração e mão, de Marlette Aparecida Resende de Menezes (MG); Projeto Sapicuá Pantaneiro, de Claudia Medeiros (MS); Registros Etnográficos no Rastro da Missão de Pesquisas Folclóricas (PB), de Maria Ignez Novas Ayala e Marcos Ayala; e Projeto Congo na Escola, do Centro Cultural Caieiras/CECAES (ES).

Sobre o projeto vencedor, foram feitas as seguintes considerações:

> Rede Memória da Maré, do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, apresentado por Lôla Medeiros, reúne quatro projetos do

[64]Foi um programa concebido no final da década 1990, com objetivo de dinamizar o processo de preservação do patrimônio histórico dos núcleos urbanos sob proteção federal, por meio de uma atuação que integrasse desde a restauração de monumentos até a capacitação de mão-de-obra. Buscou gerar condições de desenvolvimento local e garantir a manutenção e a continuidade das ações pelos próprios atores municipais. O Programa contava com ação de vários órgãos: IPHAN, Ministério da Cultura, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Unesco. Disponível em:<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/663683/Programa+Monumenta+do+Minc+10+anos_1176404435/c499d0cb-09cf-4af1-9a34-b7100c794241>. Acesso em: 05. jan. 2017.

> CEASM, que é uma organização não governamental criada em 1997 por moradores e ex-moradores da antiga favela, hoje bairro da Maré, na cidade do Rio de Janeiro. A região, que margeia a Baía de Guanabara e se localiza entre importantes vias de acesso ao Rio, como a Avenida Brasil e as linhas Vermelha e Amarela, registra o quarto pior Índice de Desenvolvimento Humano da cidade. Ali vivem 16 comunidades, cerca de 132 mil pessoas, cujo cotidiano é afetado pelo tráfico de drogas. O CEASM desenvolve programas nos campos da educação, cultura, memória e comunicação. A Rede Memória, uma das suas primeiras ações, visa à integração dessas comunidades e à identificação coletiva dos moradores com o lugar. Lôla Medeiros enfatizou que o trabalho do Centro contribui para a preservação, divulgação e valorização da história local, superando antigos preconceitos e construindo pontes para facilitar o diálogo entre as diversas realidades culturais da cidade. Portanto, o considerou merecedor do Prêmio, por seu caráter exemplar [...]. Categoria muito bem representada, segundo Jurema Machado [representante da Unesco], inclusive seguindo as recomendações da Unesco, de não serem trabalhados meramente acadêmicos, mas na linha da ação do IPHAN. Para ela, a Rede de Memória da Maré é uma ação atípica porque difunde um conceito interessante, de uma comunidade urbana sujeita à desagregação desde o início, fadada a não ter memória (IPHAN, 2005, p. 7).

Estes foram alguns dos apontamentos realizados pelos jurados, que fizeram deste projeto o primeiro a ser contemplado na categoria Salvaguarda de Bens de Natureza Imaterial.

Em 2006, o IPHAN estava estruturado pelo regimento definido em 2004, e o Prêmio, após 11 anos de existência como edital publicado no DOU, abrangeu projetos contemplados em todas as regiões do país. Tornou-se uma premiação voltada a reconhecer as inciativas da sociedade, empresas, instituições públicas e privadas que "conferem ao patrimônio cultural efetividade em sua prática individual ou coletiva" (GUEDES, 2015, p. 13).

Grace Elizabeth Cruz faz um panorama sobre a representatividade do PRMFA até a edição de 2006, que fecha a trajetória e representatividade do Prêmio naquele contexto:

> Considero o Prêmio uma ação extremamente importante para o IPHAN e para o Ministério da Cultura, não só pelo reconhecimento do que a sociedade faz em benefício da preservação cultural no Brasil. Mas, porque tem a característica de unir a instituição em torno de uma causa e de um ideal [...]. Mas, o mais importante foi criar um veículo para mostrar que a sociedade é verdadeiramente a melhor guardiã do seu bem cultural, como pregava o saudoso Aloísio Magalhães[65]. Esta é

[65] Aloísio Magalhães (Recife 1927 – Pádua/Itália 1982) foi um designer e intelectual brasileiro, atuou como idealizador da CNRC, em 1975; presidiu a Fundação Pró-Memória e a Secretaria do Patrimônio

> uma ação de governo que precisa ser preservada e valorizada. A cerimônia de entrega da premiação em Brasília é um grande sucesso (CRUZ, 2015, p. 102).

1.4 Um recorte: o PRMFA e suas etapas

As reformulações, durante a década de 1990, foram essenciais para moldar o que se tornaria o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade nas edições seguintes. O processo da Premiação, de1995 a 2006, possui um formato que vai se modificando de maneira gradual, por meio de revisões e mudanças regimentais, já descritas anteriormente. Neste tópico, nos dedicamos a uma descrição que tem por finalidade recompor as etapas do Prêmio e definir como a premiação é entendida no recorte temporal desta pesquisa. Elegemos como exemplo e modelo o processo do ano de 2006, ano em que se fecha a primeira gestão do presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva e o escopo desta análise.

A primeira etapa se deu com a publicação do concurso público, na forma de edital, com extrato publicado no Diário Oficial da União e, também, disponibilizado no portal oficial da página digital do IPHAN. As inscrições ficaram abertas por, aproximadamente, dois meses[66]. Neste período, os interessados[67] se inscreveram nas próprias Superintendências Estaduais ou enviaram, a estas, o material de seus projetos por correspondência – a inscrição era encaminhada à superintendência do estado da Federação onde o projeto havia sido executado. Como ainda ocorre na proposta dos editais mais atuais, as iniciativas inscritas ao concurso tiveram, pelo menos, uma de suas etapas ou ações desenvolvidas no ano anterior, critério estabelecido, pela primeira vez, no edital do ano de 2003. Dessa forma, se o proponente inscreveu sua iniciativa para concorrer ao Prêmio de 2006, este mesmo proponente realizou, obrigatoriamente, alguma das etapas de sua ação no ano de 2005.

Os interessados preencheram uma ficha de inscrição com informações básicas: Anexo 1 – escolha da categoria a que se destina a ação; dados pessoais do proponente (nome, endereço, meios de contato); e discriminação do material enviado. Anexo 2 – descrição do nome da ação; categoria escolhida (novamente); objetivo; objetivos

---

Histórico e Artístico Nacional, de 1979 a 1982. Redefiniu a estrutura burocrática do SPHAN e implantou novos conceitos e projetos da vertente patrimonial e da ação cultural.

[66] O concurso de 2006, como indica extrato do Diário Oficial da União, licitou o objeto Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, com abertura do edital em 12/04/2006 e fechamento do prazo de entrega das propostas em 16/06/2006. Disponível em: < http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp-?jornal=3&pagina=7&data=12/04/2006>. Acesso em: 06 dez. 2016.

[67] Pessoas físicas e jurídicas, com ou sem fins lucrativos, instituições públicas ou privadas, representantes de comunidades ou associações.

específicos; justificativa; histórico; desenvolvimento e resultados. A ficha era obtida nas superintendências regionais, no sítio on-line do IPHAN ou em folhetos, que foram distribuídos junto às universidades, secretarias estaduais e municipais de cultura, assim como em instituições ligadas à difusão cultural, juntamente com materiais de divulgação: cartazes e informativos impressos. Junto à ficha de inscrição, os proponentes enviaram os materiais de apresentação do projeto, exibidos nos mais diversos formatos e suportes, como permitiu o edital: arquivo em vídeo, arquivo em áudio, fotografias, relato do projeto em forma de dossiê, recortes de divulgação do projeto na imprensa, material gráfico e de divulgação visual, material textual ou até mesmo objetos que representavam a ação.

Após o recebimento do material pelas superintendências, foi recomendado pela Cogeprom que um técnico da superintendência ficasse responsável por organizar a etapa estadual do PRMFA e desenvolvesse as seguintes atividades: recebimento dos projetos, articulação da divulgação local e montagem da Comissão Estadual de Avaliação. Esta última foi composta pelo superintendente ou representante designado por este e quatro outros representantes ligados às áreas de conhecimento do patrimônio cultural: professores, pesquisadores, gestores de departamentos ou secretarias de patrimônio cultural, produtores culturais, entre outros. Foi vedada a participação de funcionários do IPHAN, critério aplicado rigorosamente desde o ano de 1998 (GUEDES, 2015). Foram convocadas, então, as reuniões das Comissões Regionais que apreciaram os projetos aptos a concorrerem à etapa nacional. Neste momento, os jurados locais leram e debateram suas observações sobre as propostas e votaram quais eram os indicados – sendo escolhida uma ação por categoria. O anúncio dos projetos selecionados pelas superintendências foi comunicado por envio da ata da reunião à Cogeprom.

De posse dos resultados das comissões regionais, a Cogeprom, sediada na área central do IPHAN, em Brasília, ficou responsável por concentrar todas as ações indicadas e distribuí-las entre os jurados da Comissão Nacional. A Comissão foi composta por 15 participantes, sendo obrigatório a presença de um representante do Ministério da Cultura e que o presidente da Comissão fosse o mesmo do IPHAN, ou representante por ele designado; à época, o presidente do Instituto era Luiz Fernando de Almeira, cientista social que permaneceu no cargo até o ano de 2012. Assim, eram dados os encaminhamentos e a convocação da reunião da Comissão Nacional de Avaliação, que ocorreu durante um dia de trabalho, no dia 31 de agosto de 2006. Como critérios de avaliação, as ações tinham que:

> Ter relevância para a memória e a cultura nacionais, podendo abranger qualquer área de atividades patrimoniais, em toda a pluralidade de seus objetos, tais como: bens móveis e imóveis, patrimônio imaterial, acervos arquivísticos, bibliográficos, documentais, museológicos e arqueológicos, patrimônio natural, e outros descreve o edital do Prêmio (IPHAN, 2006b, p. 01).

Nesta fase da avaliação, cada jurado fez a leitura de seu parecer, no qual foram descritas suas impressões e análises sobre a relevância do projeto, destacando, inclusive, se o candidato tinha condições, pela qualidade de seu projeto, de ser premiado. Ao final, houve a votação, dentre os projetos debatidos como relevantes, aqueles que tiveram o maior número de votos, em cada uma das categorias, foram os vencedores.

A divulgação do resultado foi feita no DOU, na imprensa e na página digital do IPHAN. Após o anúncio, a área central do IPHAN ficou responsável por promover a cerimônia de entrega, com a presença dos premiados em um local escolhido para a cerimônia. O evento foi aberto ao público externo: os interessados se dirigiram ao local da premiação para retirada de ingressos, disponibilizados na bilheteria e oferecido de acordo com a capacidade máxima de lotação. Durante a premiação, houve a entrega simbólica do valor em dinheiro e, também, das placas e certificado que registraram a atribuição do Prêmio à iniciativa. O encerramento contou com um show artístico, ritual que ocorre desde o ano de 1995.

Os dois locais que receberam por mais vezes a cerimônia do Prêmio Rodrigo foram: o Teatro Nacional de Brasília e o Centro Cultural Banco do Brasil no Rio de Janeiro, com o apoio do diretor do Centro, Claudio Cavalcante, por ser uma instituição paraestatal (GUEDES, 2015). Assim, finaliza-se o processo de realização do PRMFA.

Este primeiro capítulo objetivou um apanhado da história do Prêmio Rodrigo e das mudanças da estrutura institucional do IPHAN, pontuando momentos identificados como relevantes, a partir de documentações que nos serviram de base para a construção de uma narrativa e como fonte de informação.

2 DIÁLOGO ENTRE CONCEITOS: PATRIMÔNIO CULTURAL E A CONSTITUIÇÃO DO PRMFA COMO AÇÃO CULTURAL

2.1 Política cultural e cultura: abordagem de conceitos

Esta pesquisa não se propõe a tratar sobre todo o cenário ou percurso das políticas culturais no Brasil. Buscamos, mais precisamente, destacar alguns momentos que corresponderam ao surgimento de determinadas ações e políticas culturais de âmbito federal no campo[68] do patrimônio cultural. O entendimento de política cultural que, aqui, trazemos é:

> O conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social (CANCLINI, 2008, p. 78).

Canclini (2008) faz a ressalva: mesmo que a política cultural crie estratégias, programas e ações com diretrizes definidas e em longo prazo, esta deve trazer, em sua concepção, uma flexibilidade às mudanças que ocorrem nos conceitos da cultura. Sobre esse mesmo ponto, a autora Lia Calabre (2007) esclarece que "uma política cultural atualizada deve reconhecer a existência da diversidade de públicos, com as visões e interesses diferenciados que compõem a contemporaneidade" (CALABRE, 2007, p.11). Isso significa que as políticas culturais definem trajetos e direcionam as ações das instâncias do Estado e de atores sociais, contudo, é um conceito também sujeito às mudanças, seja pelos contextos em que se aplicam ou por mudanças em contextos mais globais. Aqui, nos propomos a traçar as diferentes realidades em que o PRMFA esteve inserido, adaptadas ao desenvolvimento e transformações no campo das práticas culturais e políticas.

[68] Compreendemos o conceito de campo, alinhadas a ideia do filósofo francês Pierre Bourdieu: São espaços delimitados, com princípios e hierarquias, construído por relações sociais e conflituosas. É um meio instrumental para análise de dominações de determinadas práticas em um espaço social; é um microcosmo social onde relações específicas se desencadeiam. Nas palavras do autor é "conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo" (1998, p.133-134). Fonte: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

Objetivamos, ainda, compreender o processo de realização da premiação sob as perspectivas internas da instituição, ou seja, entender suas interfaces enquanto ação cultural do IPHAN, não só na interação com a sociedade, mas com o próprio cenário institucional. Para isso, antes de tudo, é importante compreendermos que o entendimento sobre a cultura deixou de estar relacionado aos eventos localizados ou, somente, às expressões artísticas e intelectuais (pintura, teatro, dança, literatura etc.) (SILVA, 2001).

A abordagem do conceito de cultura será trabalhada sobre um parâmetro que abrange as áreas política, econômica e social. Essa transdisciplinaridade afeta, consequentemente, as políticas culturais que operam como um "conjunto de intervenções práticas e discursivas no campo da cultura" (BARBALHO, 2005, p.35), dialogando com demais áreas: história, sociologia, comunicação, ciência políticas e outras.

Hoje, sabemos que a ideia de patrimônio não está mais ligada tão somente às obras de arte, a prédios antigos, construções de valor histórico, ou qualquer expressão cultural de cunho apenas erudito, como projeção de conhecimento acadêmico, e que o que se constitui como patrimônio de uma sociedade deve ser encarado como um contexto muito mais complexo de manifestações (FONSECA, 2005). Assim, pode-se dizer que, ao longo do tempo, essas noções foram se modificando de acordo com os avanços políticos e sociais e ocuparam espaço nos debates e reflexões que se realizaram, sobretudo, no campo de conhecimento das Ciências Sociais.

Foi na década de 1970 e 1980 que ocorreu a "guinada antropológica no campo das ciências sociais, a partir da qual a cultura passou a ser observada como processo, e as relações cotidianas tornaram-se objetos de investigação" (CHUVA, 2012, p. 157).

Assim, segundo uma interpretação mais abrangente, essa nova perspectiva conceitual se ampliou e passou-se a analisar os conceitos e fenômenos da cultura de uma perspectiva mais ampla e plural.

> Todas as formas coletivas e socialmente arbitrárias ou artificiais com que os homens respondem às suas necessidades naturais. Isso significa que a palavra cultura abrange as relações sociais e os modos de vida material e simbólico de uma sociedade, incluindo características e valores econômicos, técnicas, estruturas políticas, comportamentos ético-morais, crenças, formas educativas e criações artísticas (CUNHA, 2010, s/p).

Por outro lado, uma política cultural não pode definir seu universo de atuação segundo o pressuposto de que cultura é tudo, ainda mais porque intervém em campos

determinados, com práticas e normas que necessitam de uma delimitação para operar. Na verdade, não se consegue traduzir a amplitude deste discurso acerca de um conceito que é tão abrangente, a ponto de não existir uma única definição capaz de dizer o que é cultura.

Por isso, aqui, nos aproximamos do entendimento de cultura de Isaura Botelho (2001), que reflete sobre a construção desse novo paradigma. Botelho, ainda que considere o conceito antropológico como um referencial, demonstra que o mesmo não pode se fechar na dimensão estanque de um discurso, pois, quando se fala de política cultural, trata-se da complexidade de atuação institucional em relação à cultura, de um modo geral.

Dessa maneira, para compreendermos as ações culturais, a dimensão da cultura que adotamos,

> refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria. Ela [a cultura] compõe um universo que gere (ou interfere em) um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais, deixando o plano antropológico relegado simplesmente ao discurso [...]. Por isso mesmo, torna-se imprescindível reconhecer os limites do campo de atuação, de forma a não serem criadas ilusões e evitando que os projetos fiquem apenas no papel, reduzidos a boas intenções (BOTELHO, 2001, p. 74-76).

2.2 Um percurso sobre os conceitos de patrimônio cultural e as políticas culturais na área da preservação

O PRMFA passa a ser estruturado e apresentado como uma ação de reconhecimento e difusão das iniciativas da sociedade e das instituições na preservação do patrimônio cultural brasileiro a partir de 1994, quando o Prêmio reconhece projetos sem se restringir à premiação de personalidades, conforme já comentamos anteriormente.

No primeiro capítulo, ao abordar a trajetória do PRMFA, também pontuamos mudanças, principalmente, no regimento administrativo. Neste segundo capítulo, nossa análise se aterá às mudanças conceituais no campo do patrimônio cultural e como elas estiveram associadas às políticas culturais da instituição, portanto, às suas ações culturais também estarão em foco. O conceito inicial que norteou as ações do Serviço do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, estava apoiado em um projeto de governo nacionalista que privilegiou, nesse momento, os monumentos materiais.

A proteção sobre estes bens estava referenciada, primordialmente, em concepções de valor estético e artístico (FONSECA, 2001). Dessa maneira, a atribuição de valores se voltava à formação de uma identidade uníssona que, muitas vezes, tinha a ver com interesses de unidades políticas (Nação/Estado) (FONSECA, 2005). Segundo discorre Lia Calabre (2007), o Governo Vargas empreendeu "o que se pode chamar de primeiras políticas públicas de cultura no Brasil" (CALABRE, 2007, p. 02), e a criação do SPHAN foi um dos principais marcos deste ordenamento dos aparatos culturais do Estado.

Nesse momento, é importante lembrar que os pressupostos de Mário de Andrade, pautados na noção de que se deveria proteger diferentes expressões e manifestações culturais, assim como edificações, sítios urbanos e obras de arte, estiveram na base da redação do anteprojeto de criação do IPHAN, em 1937.

No texto de Andrade, temos a seguinte definição:

> Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil (IPHAN, 2002, p. 272).

Na verdade, a presença de Mário de Andrade conferia certa representatividade a todo aquele cenário e atribuía significados interessantes à imagem que se buscava construir em relação ao, então, SPHAN.

> A insistente recorrência à figura de Mário de Andrade como fundador das práticas de preservação cultural no Brasil pareceu estratégica: ela empresta forte carga simbólica e concede legitimidade a todos que pleiteiam parte de sua herança (CHUVA, 2012, p. 148).

As propostas conceituais do SPHAN estiveram, de fato, naquele início, pautadas no pensamento de Mário de Andrade, mas, a conceituação que aparece no texto do anteprojeto, concebido também sob a influência de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do órgão à época, é um tanto diferente. De acordo com este texto,

> Aquilo que se denomina Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, - por ser espólio dos bens materiais móveis e imóveis aqui produzidos

> por nossos antepassados, com valor de obras de arte erudita e popular, ou vinculados a personagens e fatos memoráveis da história do país - é o documento de identidade da nação brasileira. A subsistência desse patrimônio é que comprova, melhor do que qualquer outra coisa, nosso direito de propriedade sobre o território que habitamos (ANDRADE, 1987, p. 21).

Podemos dizer que as duas redações para a criação do SPHAN influenciaram e formaram a base do texto final de criação do órgão, promulgado no Decreto Lei nº 25/1937.

No referido Decreto, em seu Capítulo I, Art. 1º, temos que:

> Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Estes pressupostos foram definidores das políticas de patrimônio. Os bens tombados passaram a ser inscritos nos Livros do Tombo. O anteprojeto descreve que estes livros "servirão para neles serem inscritos os nomes de artistas, as coleções públicas e particulares, e individualmente as obras-de-arte que ficarão oficialmente pertencendo ao patrimônio artístico nacional" (IPHAN, 2002, p. 278-279). Eles estão divididos em: Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro de Tombo Histórico, Livro de Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas (IPHAN, 2002). Dessa maneira, as diretrizes que formaram as equipes profissionais não foram, exatamente, aquelas mesmas pensadas por Mário de Andrade, cunhadas de uma perspectiva abrangente sobre os bens culturais (CHUVA, 2012).

O SPHAN estava ligado a um projeto nacionalista conduzido por gestores e técnicos com uma atuação direcionada à preservação dos bens materiais. Isso se devia, também, ao fato de que a própria formação do quadro de funcionários da instituição não era pluralizada, sendo composta, em sua maioria, por arquitetos (QUEIROZ, 2014).

De acordo com Sergio Miceli (1987), neste momento inicial, o SPHAN optou em preservar, de maneira privilegiada, as edificações representantes do barroco brasileiro – eleito como o estilo artístico da memória nacional – pois o grupo de intelectuais e modernistas que atuaram na criação do SPHAN via, neste estilo, a genuinidade da cultura brasileira. O autor ainda observa que esse mesmo grupo, composto por membros de classes elitizadas, estava à frente dos cargos de poder, como presidência e ministérios.

Assim, o momento de maior institucionalização das políticas públicas em cultura estava atrelado a uma gestão autoritária e com uma reduzida, para não dizer ausente, participação social nos processos de seleção e valoração do patrimônio.

> [...] o SPHAN é também um capítulo pouco conhecido, mas prestigioso da história contemporânea das elites brasileiras, ou melhor, a amostra refinada e reverenciada das culminâncias de seu universo simbólico e, ao mesmo tempo, o inventário, arrolado à sua imagem e semelhança, dos grandes feitos, obras e personagens do passado. A política do Patrimônio ostenta essa marca classista em tudo que lhe diz respeito. Basta consultar a lista publicada dos imóveis e monumentos tombados pelo SPHAN para nos darmos conta de que se encontram ali (sobre) representados os espécimes característicos de todas as frações da classe dirigente brasileira em seus ramos públicos e privados, leigo e eclesiástico, rural e urbano, afluente e decadente. O reverso desse tesouro tão apreciado é a amnésia da experiência dos grupos populares, das populações negras e dos povos indígenas, para citar apenas aqueles referidos pelo projeto andradino [se refere a Mário de Andrade] (MICELI, 1987, p.44).

A partir destas conceituações e do contexto de surgimento do SPHAN, formaram-se os pilares da gestão institucional no campo patrimonial. Maria Cecília Londres Fonseca (2001) identifica que a falta de diálogo com a sociedade e a ausência de movimentos sociais articulados restringiu a pluralidade de atuação da Instituição e os debates sobre patrimônio. As políticas de proteção acabavam-se voltando ao patrimônio "pedra e cal", em alusão às edificações e monumentos. Portanto, no cenário de criação do SPHAN, as ações de gestão se deram de maneira concentrada, sem um diálogo integrador com as demais instâncias sociais: atores sociais, sociedade civil organizada, comunidades, movimentos sociais e instituições culturais públicas e acadêmicas (RODRIGUES, 2006). Portanto, institucionalmente, houve uma escolha, e, neste momento, ainda não estava posta a questão da participação social, como se dá, atualmente, no Estado Democrático de Direito.

2.2.1 Primeiros avanços conceituais, para além do patrimônio material: décadas de 1960 e 1970.

Foi nos anos de 1960 que surgiram modificações na condução, por parte da instituição, sobre a questão participativa. A preservação patrimonial dos bens materiais

encontrava-se ameaçada pelos intensos processos de urbanização e avanço desenvolvimentista. Estes desencadearam processos de sobreposição dos interesses econômicos à preservação, especulação imobiliária, descaracterização e deterioração sobre os bens, dando prioridade à construção de estradas, portos e grandes empreendimentos de infraestrutura (LEAL, 2016).

Tal processo teve início ainda no governo de Juscelino Kubitschek, que governou o Brasil de 1956 a 1961, quando a ideia de crescimento do país e modernização não estava, necessariamente, compatibilizada com a proteção do patrimônio cultural (IPHAN, 1980). “Pelo contrário, parecia significar ameaças aos bens protegidos e àqueles potencialmente patrimonializáveis, sobre os quais ainda não incidiam ações sistemáticas de preservação” (LEAL, 2016, s/p). Sobre o fenômeno desenvolvimentista, que acarretou danos à preservação patrimonial, institucionalmente, algumas medidas passaram a ser tomadas para mitigar esses impactos e compatibilizar o desenvolvimento e preservação.

Leal (2016) aponta que uma das primeiras medidas significativas de mudança nas políticas da DPHAN, ainda na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, foi a promulgação da Lei nº 3.924, de 26/07/1961, conhecida como a Lei da Arqueologia. Dessa vez, o acautelamento institucional, além de investir no tombamento de monumentos, passa a agir sobre sítios arqueológicos, incluindo jazidas do período paleameríndio, por exemplo. A Lei evidencia que medidas vinham sendo adotadas para resistir aos interesses econômicos, como o de empreendimentos que pudessem ameaçar esses bens.

O Governo Militar, iniciado em 1964, por meio de um discurso nacionalista, propagandeia a ideia de um país em desenvolvimento e próspero (AZEVEDO, 2016), discurso que ganhou força com o chamado *milagre econômico*, expressão conhecida após o elevado crescimento da economia brasileira, aliado a baixas taxas de inflação, entre 1969 e 1973 (FAUSTO, 1995).

Como colocado anteriormente, a preocupação institucional estava concentrada na deterioração do patrimônio cultural urbano, causado pelo crescimento das cidades. Com isso, a contradição entre desenvolvimento e preservação começa a ser pensada pela instituição como uma questão a ser sanada. Desse modo, as políticas em patrimônio passam a ser pensadas, também, como um fator de desenvolvimento (LEAL, 2016). Esta concepção foi corroborada por parcerias com organismos internacionais, como a Unesco, que, em 1964, instala seu primeiro escritório de representação no Brasil, e, também,

pela publicação de documentos internacionais. Entre estes, se destacam a Carta de Veneza, documento resultante do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, redigido em 1964, pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). Em seu teor, a Carta entende como patrimônio cultural não só os grandes monumentos, mas, também, "obras modestas, que tenham adquirido com o tempo a significação cultural" (IPHAN, 1964, p.02) e ratifica, ainda, que "um monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa" (IPHAN, 1964, p. 02).

Outro documento que orientou as políticas patrimoniais foi as Normas de Quito, publicadas em 1967, após encontro da Organização dos Estados Americanos (OEA). As normas determinavam que "o espaço é inseparável do conceito de monumento e, portanto, a tutela do Estado pode e deve se estender ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que o encerram" (IPHAN, 1967, p. 02).

As políticas institucionais da DPHAN, a partir dos anos 1960, estavam direcionadas à proteção de sítios históricos, conjuntos arquitetônicos e a dinamizar a economia destas áreas, com a injeção de capital, incentivo ao turismo e desenvolvimento urbano (CORRÊA, 2012), na tentativa de criar estratégias que pudessem convergir o crescimento econômico, o desenvolvimento e a preservação do patrimônio.

Em 1967, com a aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade das atividades da DPHAN, assume o cargo o arquiteto Renato Soeiro que dá continuidade e impulsiona as políticas que aliam patrimônio e desenvolvimento. Em sua gestão se instituiu o Programa de Cidades Históricas (PCH).

O PCH foi implementado a partir de 1973 pelo Ministério do Planejamento (Miniplam) em cooperação com um Grupo Interministerial, formado por: MEC, representado pelo IPHAN (deixou de ser DPHAN); Coordenação Geral do Miniplam; Ministério do Interior, por meio da Superintendência do desenvolvimento do Nordeste (Sudene); e Empresa Brasileira de Turismo (Embratur).

O Programa foi elaborado com vistas à recuperação de monumentos históricos das cidades. Primeiramente, concentrou-se em municípios do Nordeste do Brasil, buscando incentivar o desenvolvimento economicamente viável, estimulado pela atividade turística. Outro de seus objetivos era descentralizar a política de preservação cultural por meio de sua execução pelos estados, aplicando recursos significativos nessa área. A gestão de Soeiro apresentou, portanto, "uma interface com outros interesses, que não se restringiam às análises estético-estilísticos" (PEREIRA, 2000, p. 06), compreendeu o trabalho da preservação em interação com as questões políticas, econômicas e sociais.

Na década de 1970, outra ação que influenciou as políticas de patrimônio foi a criação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) (CHUVA, 2009), em 1º de junho de 1975, idealizado por um grupo de intelectuais formado pelo designer Aloísio Magalhães[69], pelo ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, e pelo diplomata e então Secretário de Cultura do Distrito Federal, Wladimir Murtinho. A proposta deste projeto era aliar a ideia de cultura e desenvolvimento, mas, neste caso, pretendia-se investir na criação de produtos referenciados no artesanato brasileiro que fossem passíveis de serem reproduzidos no âmbito da indústria (FERREIRA, 2014). Além disso, tinha-se o objetivo de sistematizar um referencial "básico para a descrição e análise da dinâmica da cultura brasileira" (IPHAN, 1980, p.24), com o foco em projetos e ações que proporcionassem o desenvolvimento das comunidades e que trabalhassem com a cultura popular e o artesanato – as chamadas tecnologias patrimoniais. Diferenciava-se, assim, da ideia desenvolvimentista dos grandes investimentos em obras e, exclusivamente, aliada ao turismo. A proposta do CNRC era integrar comunidade e o patrimônio por ela criado e valorado.

O projeto do CNRC avançou, principalmente, pelos esforços e relações políticas de Aloísio Magalhães. Passou a ter o envolvimento do Ministério da Indústria e Comércio, que se articulou a outras instâncias Governo Federal (Secretaria de Planejamento da Presidência da República; Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPEA; Ministério da Educação e Cultura; Ministério do Interior; Ministério das Relações Exteriores), à Caixa Econômica Federal, à Fundação Universidade de Brasília e à Fundação Cultural do Distrito Federal.

As frentes de trabalho adotadas foram sistematizadas em:

a) adequação às condições específicas do contexto cultural do país;
b) abrangência e flexibilidade na descrição dos fenômenos que se processa em tal contexto, e na vinculação dos mesmos às raízes culturais no Brasil;
c) explicitação do vínculo entre o embasamento cultural brasileiro e a prática das diferentes artes, ciências e tecnologias, objetivando a percepção e o estímulo, nessas áreas, de adequadas alternativas regionais

[69]Aloísio Magalhães (Recife 1927 – Pádua/Itália 1982) foi um designer e intelectual brasileiro, atuou como idealizador da CNRC, em 1975; preside a Fundação Pró-Memória e o IPHAN, de 1979 a 1981.

> d) Criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, entidade jurídica de direito privado, dotado de personalidade jurídica própria (IPHAN, 1980, p.116).

A partir de uma atuação que valorizou as expressões populares, os processos de pesquisa de manifestações culturais, desenvolvidos pelo CNRC, passaram a ser operados de acordo com as dinâmicas locais, levando em conta os processos históricos e o entendimento da valoração das comunidades sobre sua prática cultural.

A criação do CNRC foi, portanto, um momento relevante, uma vez que proporcionou, no âmbito do Estado, que outras conceituações acerca do patrimônio se tornassem possíveis e corroborassem para modernizar as ações estatais do patrimônio cultural (QUEIROZ, 2014). Modernização esta que, como vimos, iniciou-se na gestão de Soeiro, ainda que suas particularidades e adoção de linhas de atuação institucional fossem diferenciadas (PEREIRA, 2009).

O Centro passou a trabalhar com a noção de bem cultural. Segundo relato de Aloísio Magalhães (IPHAN, 1980), havia uma prevalência à valoração estética do patrimônio arquitetônico, aos bens móveis e imóveis ligados ao passado histórico. Tal concepção deveria incluir outras acepções da cultura.

> Existe uma vasta gama de bens – procedentes sobretudo do fazer – que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação das políticas econômica e tecnológica. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade. Além disso, é deles e de sua reiterada presença que surgem expressões de síntese de valor criativo que se constitui o objeto de arte (IPHAN, 1980, p. 25).

Há, portanto, uma mudança paradigmática, pois, a partir de então, tem-se a compreensão de que os bens culturais estão inseridos na dinâmica cultural. Esta dinâmica admite que a fruição e a divulgação de informações e de conhecimento possibilitem trocas, debates, a pluralidade de expressões e a reconfiguração dos conceitos que envolvam as relações socioculturais (RUBIM, 2007).

O conceito de bem cultural contempla a diversidade de manifestações culturais: bens móveis, atividades populares, artesanais e expressões diversas; além disso, compreende a dinamicidade que esses bens possuem pela valoração e apropriação das próprias comunidades que os usufruem. Estas atuariam no processo de identificação,

preservação e reconhecimento do seu patrimônio cultural (IPHAN, 1980). As ações empreendidas pelo CNRC afetaram o andamento das políticas culturais.

> A nova prática estava voltada para representações que configurassem uma "identidade" da região para seus habitantes, observando-se a dinâmica cultural ali existente, a forma de utilização e ocupação dos territórios, de uso e valorização de recursos, os modos de viver, fazeres, saberes, crenças e hábitos das comunidades (QUEIROZ, 2014, p. 54).

O Centro, guiado por esta nova conceituação, realizou diversos projetos, dentre os quais, destacamos: Artesanato Indígena no Centro-Oeste, Tecelagem Popular no Triângulo Mineiro, Etnomusicologia na Área Nordestina, Cerâmica de Tracuhaém, Construção de Brasília, Levantamento Ecológico de Cultura de Lagoas Mundaú e Manguaba, Educação e Cultura no Brasil de 1922 a 1945 e Estudo Multidisciplinar do Caju.

Com o desenvolvimento e institucionalização das atividades do CNRC, o Governo Federal determinou a fusão entre o IPHAN e o CRNC (em decorrência da atuação desses órgãos ligados às questões do patrimônio), inaugurando, dentro do Ministério da Educação e Cultura, duas novas entidades: a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a Fundação Nacional Pró-Memória, ambas presididas por Aloísio Magalhães.

A determinação ocorreu, oficialmente, no dia 26/11/1979, quando o Congresso Nacional aprovou a instituição da Pró-Memória por meio da Lei nº 6.757. O objetivo era otimizar a gestão integrada do patrimônio cultural brasileiro, passando as responsabilidades de preservação à Secretária e a operacionalização de recursos à Fundação, à qual cabia, de acordo com o ministro da Educação e Cultura, à época, Eduardo Portella[70]:

> Empreender um conjunto de ações integradas e organicamente estruturadas no âmbito dos bens do acervo cultural brasileiro, propiciando à comunidade nacional melhor conhecimento, maior participação e adequado uso desses bens. A Pró-Memória deverá atuar de forma descentralizadora e ágil como elemento catalisador de

[70] Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife e Doutor em Letras. Complementou seus estudos superiores de Filosofia e Literatura em Madri, Paris e Roma.Crítico Literário, professor de Cultura Brasileira na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fundador da revista e editora "Tempo brasileiro". Foi ministro da Educação e Cultura entre 1979 e 1980. Fonte: Ministério da Educação. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13486>. Acesso em: 15 de nov. 2016.

> energias, recursos humanos, metodológicos e financeiros, interagindo com organismos regionais, públicos e privados, interligando problemas comuns e distinguindo os peculiares dentro da heterogeneidade e dos níveis de especificidade do mosaico cultural brasileiro (IPHAN, 1980, p.120).

As políticas que se empreenderam nestas décadas (60, 70) indicam uma aproximação da instituição com conceitos que legitimam as expressões culturais e uma mudança nas ações e programas de proteção que começam a incluir uma diversidade de bens – novos bens passam a ser patrimonializados, como sítios arqueológicos e novos programas e ações institucionais começam a atuar na valoração das expressões culturais, como o artesanato. A esse respeito, Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p.75) aponta que:

> As modificações na conceituação e no gerenciamento do patrimônio, enquanto objeto de políticas públicas, indicam sua progressiva apropriação como tema político por parte da sociedade.

A adoção de novas visões sobre o patrimônio implicou numa reorientação que sugere que o Estado não seja o único agente nas ações de preservação, mesmo que estas sejam, por este, empreendidas (FONSECA, 2005).

As mudanças relacionais entre os papéis das instituições do Governo e da sociedade civil, na contemporaneidade, levam a novas posturas, visões e mudanças em ambas as instâncias, reconfiguradas por uma infinidade de fatores. A historiadora Márcia Chuva (2012) destaca alguns desses fatores, entre eles, os avanços tecnológicos e o momento de expansão do capitalismo, que acelerou o processo de globalização, reconfigurando as relações identitárias dos indivíduos e os conceitos de cultura e de patrimônio.

> Novas concorrências se instalaram, portanto, a identidade nacional foi reconfigurada, sofrendo transformações significativas. É nessa conjuntura que ocorre a ampliação da noção de patrimônio cultural, em que novos objetos, bens e práticas passam a ser incluídos ou a concorrer para se tornarem patrimônio cultural (CHUVA, 2012, p. 159).

No sítio oficial do IPHAN[71], alocado em plataforma digital, o texto que contextualiza, historicamente, as mudanças ocorridas no final dos anos de 1970 indica que a crise inflacionária do Governo Federal, durante o período em que a administração do país estava nas mãos dos militares, ocasionou um enfraquecimento orçamentário nas agências estatais. Com isso, articulações foram empreendidas no âmbito institucional a fim de viabilizar, financeiramente inclusive, ações e programas na área da preservação (REZENDE *et al*, 2015).

Tais fatores ensejaram o cenário em que se deu a criação da Fundação Nacional Pró-Memória; órgão que teve atuação direta de Aloísio Magalhães e inaugurou novas operações institucionais, trazendo, ainda que de maneira tímida, as expressões populares e de grupos sociais para o âmbito institucional da preservação do patrimônio cultural. Tem início, assim, os primeiros passos para a inserção efetiva das comunidades associadas a esses bens, conferindo-lhes participação e reconhecimento de suas manifestações culturais; de modo que "uma nova política ganhava capilaridade" (QUEIROZ, 2014, p.55).

2.2.2 Os anos de 1980: a guinada no conceito ampliado de patrimônio

Após a apresentação do contexto supracitado, destacamos que, em 1981, é redigida pela então Secretaria de Cultura (SEC)[72] o documento concernente às *Diretrizes para operacionalização da política cultural do* MEC[73] (SEC, 1996), elaborado durante realização de um seminário em Brasília. Na ocasião, foram elencadas propostas que visavam articular os esforços das instâncias ligadas à SEC na consolidação de uma política cultural. Aqui, damos destaque à primeira finalidade: "a) planejar, coordenar, supervisionar e executar a política cultural e as atividades do fazer cultural, em âmbito nacional" (SEC, 1996, p. 281). Para isso, são estabelecidos os seguintes princípios: descentralização (dos processos de gestão e das ações); interdisciplinaridade e inter-relação (entre saberes e áreas de atuação); reconhecimento da pluralidade cultural; interação de diferentes culturas; valorização dos bens culturais ainda não consagrados,

[71]Fonte: IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/80anos/noticias/detalhes/3581/iphan-de-1970-a-2000-%E2%80%93-fase-%E2%80%9Cmodernista%E2%80%9D>. Acesso em: 19 dez. 2016.
[72] Criada pela transformação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Secretaria de Assuntos culturais.
[73] À época, a sigla se referia ao Ministério da Educação e Cultura.

e cujo valor simbólico está ligado aos contextos a que pertencem; proteção do produto cultural brasileiro; e devolução (no sentido de reintegrar os bens culturais aos seus ambientes, e de incluir a população no processo de preservação dos bens culturais, dando retorno e benefícios aos grupos sociais). Já as linhas programáticas se concentravam em: estímulo à criação; produção e difusão cultural; preservação dos bens culturais em sua dinâmica; interação entre educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país; formação de recursos humanos na área cultural; e captação, guarda, fluxo e uso de informações relativas à cultura no sistema SEC/MEC.

Essas Diretrizes tinham por objetivo orientar as ações da SEC, trazendo, em seu cerne, premissas capazes de ajudar na compreensão do processo de construção das políticas culturais do Estado, voltadas aos investimentos na área de difusão, fomento e transmissão da cultura (SEC, 1996).

No que tange às discussões acerca do patrimônio, debatidas neste seminário, pontuamos a apresentação do Projeto Interação, que objetivou a criação de programas educativos pautados nas manifestações culturais. Em linhas gerais:

> A proposta defendida pelo Projeto Interação consistia, de acordo com documentos disponíveis, no apoio à criação e ao fortalecimento das condições necessárias para que o trabalho educacional se produzisse referenciado na dinâmica cultural, reafirmando a pluralidade e a diversidade cultural brasileira. Partia da constatação da ineficácia de propostas pedagógicas que deixavam de levar em conta as especificidades da dinâmica cultural local e não correspondiam às necessidades de seu público-alvo (IPHAN, 2014, p. 4).

A ideia era difundir processos de educação comunitária com base em conteúdos culturais produzidos e vivenciados na esfera local. Tal iniciativa, inserida nas propostas gerais das Diretrizes de Operacionalização, corroborou com a abertura de um diálogo entre Estado, atores sociais e outras instituições: comunidades, grupos culturais, escolas, universidades, agentes culturais e educadores. Esta iniciativa "consistiu num exemplo concreto e, em larga medida, precursor dos atuais paradigmas de gestão pública que caracterizam as articulações entre Estado e sociedade civil" (IPHAN, 2014, p. 11).

Após a apresentação do Interação, em 1983, ocorre o 1º Seminário de Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado no Museu Imperial de Petrópolis-RJ, momento em que se difunde, no Brasil, a expressão Educação Patrimonial (IPHAN, 2014). Esta expressão viria a ser aplicada institucionalmente somente em 1999, quando

é lançado o Guia Básico de Educação Patrimonial, material que apoiou e orientou algumas das ações educativas. Até então, estas foram as iniciativas que provocaram uma intersecção entre os temas educação e patrimônio cultural, que pontuamos nesta pesquisa por suscitar outras abordagens e indicar uma interatividade entre ações estatais e sociedade.

Todo este contexto de debates, construção de políticas culturais e transformações conceituais, no campo do patrimônio, acabou por reverberar no texto da Constituição Federal de 1988, a respeito da interpretação dos bens culturais. Como observa Härbele (2000), as constituições não são construídas, exclusivamente, pelo discurso jurídico, mas, também, pelos fenômenos sociais e interpretações dos indivíduos acerca de suas realidades; o texto constitucional é "instrumento mediador de cultura, marco reprodutivo e de recepções culturais, bem como repositório de futuras configurações culturais de experiências e saberes" (HÄRBELE, 2000, p. 34).

A partir do momento em que o texto jurídico legaliza e legitima a diversidade dos bens culturais, ele torna vigente valores nas sociedades (SILVA, 2007) e cria maiores possibilidades de efetivá-los, por sua vinculação com a administração pública.

> A simples existência de um patrimônio de potencial valor cultural não é suficiente para que o regime jurídico protetivo se estabeleça. É preciso que haja o reconhecimento desse bem cultural pelo Estado, que o declara de interesse público [...], de que tal bem é portador de um referencial à ação, à identidade e à memória da sociedade brasileira.
> Nesse sentido, é imprescindível ressaltar que o patrimônio cultural deve ser valorizado em sua titularidade difusa e constituição valorativa, resultado da produção simbólica coletiva da sociedade, que transcende o mero aspecto "patrimonialista" de produção física e material – no sentido negativo de ênfase na esfera econômica e proprietária. Caso contrário, corre-se o risco de uma atuação pública equivocada na área cultural, de visão restrita e alcance limitado (VARELLA, 2014, p. 63-64).

O texto constitucional que trata dos direitos ao patrimônio cultural está contido nos artigos 215 e 216. No primeiro, é garantido o direito à cultura, à diversidade, a instauração de um Plano Nacional de Cultura e acesso aos bens culturais. O artigo 216 (*caput* e incisos) dá ao patrimônio cultural seu ordenamento jurídico de maneira detalhada, a partir de um amplo entendimento:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto,

> portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, s/p).

Neste momento, há o reconhecimento constitucional da diversidade dos bens culturais e a concretização da ampliação do conceito de patrimônio. Pela primeira vez, por exemplo, é citado o patrimônio imaterial como bem a ser respaldado na seara jurídica, considerando a identidade cultural, a memória e as expressões culturais em suas diferentes apresentações.

O ordenamento jurídico e o ordenamento social se complementam e, por conseguinte, a conquista do texto constitucional e o reconhecimento do conceito de bem cultural vem atender às demandas sociais.

.

> Um instrumento legal que se pretenda efetivo no alcance de direitos deve levar em consideração a própria produção normativa, de caráter eminentemente valorativo, que ocorre na dinâmica cotidiana daqueles [cidadãos] que serão objetos desse instrumento (VARELLA, 2014, p. 88).

A partir desta compreensão, não cabe ao Estado estabelecer o que é patrimônio cultural ou instituir o que seria o patrimônio nacional, mas, a partir das demandas sociais, garantir a existência e o desenvolvimento desses bens culturais portadores de valor para a sociedade. Sendo assim, o poder público não deve reger “preferências culturais, antes compete a adoção de políticas de cultura abertas e plurais” (SILVA, 2007, p.60).

A participação social e de grupos ligados à área da cultura no texto constitucional reordenou a conceituação acerca do patrimônio, legitimou as comunidades tradicionais como grupo importante e determinante, nos processos de valoração e preservação da cultura, e garantiu o direito desses grupos a exercê-la. O teor contido nos Arts. 215° e 216° se apresenta, dessa maneira, como marco de adoção do conceito ampliado de cultura e patrimônio pela administração pública.

O texto da Carta Magna garante o acautelamento dos bens culturais por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação; estabelecendo um pacto social que, de acordo com Queiroz (2014), é essencial ao desenvolvimento de relações

harmônicas e à efetivação das instituições como provedoras de políticas. Isso significa que o texto jurídico assegura à sociedade o exercício dos direitos, dando respaldo para que os atores sociais exerçam a cidadania, façam suas reivindicações, atribuam valores, solicitem proteção oficial do Estado àquilo que considera portador de importância junto às instituições sociais.

A partir deste percurso sobre a conceituação de patrimônio, percebemos que as políticas de preservação e a atuação de intelectuais, como Mário de Andrade e Aloísio Magalhães, além de outras políticas institucionais, contribuíram, de alguma maneira, para a ideia de bem cultural consolidada pela Constituição de 1988. Contudo, o desenho de uma atuação ampliada na área do patrimônio cultural, que vinha sendo efetivada desde as experiências do CRNC e da Fundação Pró-Memória – marcos de uma operacionalização institucional –, foi interrompido, em 1990, com a extinção destas duas frentes e com o desmantelamento do IPHAN, reduzindo sua atuação orçamentária e operacional ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).

2.2.3 Patrimônio cultural: o conceito ampliado e novas políticas

A volta de um debate representativo sobre as formas de acautelamento dos bens culturais, a partir do entendimento ampliado de patrimônio, ocorre após meados da década de 1990. Queiroz (2014) aponta o *Seminário Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção*, realizado pelo IPHAN como celebração do aniversário de 60 anos no Instituto, de 10 a 14 de novembro de 1997, como um momento de retomada das discussões acerca do entendimento institucional sobre o conceito de bens culturais, que resulta no documento conhecido como *Carta de Fortaleza*[74]. O manuscrito é um resumo dos debates promovidos pelo IPHAN e pela Unesco, no Seminário, com representantes

[74] "As cartas patrimoniais são fruto da discussão de um determinado momento. Antes de tudo, não têm a pretensão de ser um sistema teórico desenvolvido de maneira extensa e com absoluto rigor, nem de expor toda a fundamentação teórica do período. As cartas são documentos concisos e sintetizam os pontos a respeito dos quais foi possível obter consenso, oferecendo indicações de caráter geral. Possuem, portanto, caráter indicativo, ou, no máximo, prescritivo". Indicam diretrizes para ações da preservação do patrimônio cultural. Fonte: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU- USP). Disponível em:

<http://www.fau.usp.br/fau/administracao/congregacao/planodiretor/site_antigo/material/leitura_patrimonial/notas_sobre_as_cartas_patrimoni ais.pdf>. Acesso em: 06. fev. 2017.

de instituições culturais e da sociedade civil[75]. Em linhas gerais, propõe que o IPHAN aprofunde a reflexão institucional do conceito de bem cultural de natureza imaterial, trabalhe na difusão e promoção dos bens, promova a elaboração de inventários, a sistematização de informações sobre o patrimônio cultural, a criação de políticas públicas pelo Ministério da Cultura voltadas à preservação e, ainda, estabeleça parcerias com outras entidades, visando o fortalecimento das propostas e ações de preservação e salvaguarda do patrimônio imaterial.

As recomendações e proposições desta Carta foram o passo inicial para o estabelecimento de uma Comissão que pensasse instrumentos de acautelamento do patrimônio imaterial. A Comissão, instituída em 4 de março de 1998, pela Portaria 37/1998, era composta por: Joaquim de Arruda Falcão Neto, Secretário-geral da Fundação Roberto Marinho; Marcos Vinicios Vilaça, Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU); Eduardo Mattos Portella, presidente da Fundação Biblioteca Nacional; e Thomaz Farkas, membro do Conselho Consultivo do IPHAN.

Foi, ainda, instituído, pela mesma Portaria, o Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (GTPI) com a tarefa de assessorar a Comissão acima citada. Este GT era formado por: Márcia Sant'Anna (coordenadora), Célia Corsino, Ana Cláudia Lima e Alves e Ana Gita de Oliveira, todas técnicas do IPHAN; Maria Cecília Londres, da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura; e Cláudia Márcia Ferreira, do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP). Contribuíram, inicialmente, com os trabalhos do GTPI, os técnicos do IPHAN Ana Maria Roland e Sydney Solis (SANT'ANNA, 2006).

As questões problematizadas no GTPI não se concentravam em transpor a ideia de proteção do tombamento ao patrimônio imaterial ou adaptar esta forma de proteção, mas, sim, em compreender a amplitude dos conceitos desenvolvidos fortemente nas décadas de 1970 e 1980, relativos às expressões que possuem uma dinâmica particular de existência e transmissão. O GTPI estava alinhado, basicamente, às "práticas de reconhecimento e valorização" do patrimônio imaterial (SANT'ANNA, 2006, p. 09) e não de regulação.

O Grupo promoveu sucessivas reuniões, ocorridas ao longo de 60 meses. Nas primeiras experiências, realizadas para estruturar o instrumento do registro do patrimônio

[75] Não consta no documento em documentos e artigos científicos sobre o seminário e a Carta de Fortaleza, a assinatura de signatários. A Carta encontra-se no sítio eletrônico do IPHAN. Acesso: 08 fev. 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%20199-7.pdf>.

imaterial, foi notável a influência das conceituações desenvolvidas pelo CNRC e FNpM. O GTPI, assim como os órgãos citados, concentrava esforços, no sentido de instituir o reconhecimento estatal sobre a diversidade dos bens culturais, partindo do entendimento de referências culturais (QUEIROZ, 2014). A este respeito, Fonseca (2000) aponta que, a partir dos debates sobre referência cultural, levanta-se a dimensão social e política das ações preservacionistas.

No final da década de 1990, o GTPI reforçou o entendimento dado pela Constituição acerca do patrimônio cultural: de que a atribuição de valores, significados e sentidos não se realiza no bem em si, ou seja, os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. “O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados" (FONSECA, 2000, p. 11), o que está, em outras palavras, dito na CF.

A proteção do patrimônio imaterial, prevista nas garantias constitucionais, só passa a se consolidar de maneira notória pelo IPHAN nos anos 2000, quando, após a conclusão e apresentação de resultados do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial, é instituído o Decreto nº 3.551, promulgado em 4 de agosto de 2000. O Decreto regulamentou o instrumento do Registro de proteção aos bens culturais de natureza imaterial, definindo quatro livros para registro: Livro dos Saberes, Livro das Celebrações, Livro das Formas de Expressão e Livro dos Lugares.

O desenvolvimento das definições de patrimônio cultural admitidas na seara estatal e suas aplicações percorrem um caminho de transformações e, também, de embates entre correntes de pensamento, que são atravessados por relações de poder, escolhas e pela interferência dos atores sociais. Mesmo que no anteprojeto do SPHAN, em 1937, Mário de Andrade tenha trazido a ideia de se reconhecer as manifestações e expressões plurais da cultura brasileira, para além do patrimônio monumental, assim como Aloísio Magalhães, que cria possibilidades operacionais com base nas referências culturais, o reconhecimento do patrimônio cultural imaterial só toma contornos notórios no início dos anos 2000.

Após a instituição do GTPI, o debate sobre o tema tomou dimensões relevantes, no cenário internacional e nacional, quando solicitações de pedidos de Registro começaram a chegar ao IPHAN. Estes fatores foram decisivos para a criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), em 2004, pelo Decreto nº 5. 040, no dia 7 de abril, inserido na estrutura regimental do IPHAN, ao qual compete a condução e instrução do processo de Registro e Salvaguarda destes bens. Três anos depois, em 2006,

é instituída a Câmara do Patrimônio Imaterial, “com a missão de analisar e discutir os processos de Registro no IPHAN ainda na sua fase instrutória” (QUEIROZ, 2014, p. 90).

Concomitante ao momento em que os bens imateriais tornam-se institucionalmente patrimonializados, a temática da educação patrimonial também passou a ser uma frente de atuação do IPHAN. É no ano de 2004, também pelo Decreto nº 5.040, que é estabelecida a Gerência de Educação Patrimonial e Projetos (GEDUC). Primeira instância do IPHAN dedicada, exclusivamente, a desenvolver o setor da Educação Patrimonial, por meio de iniciativas de capacitação, eventos para debater diretrizes, conceitos e temáticas sobre o tema. A GEDUC ficou responsável, ainda, por consolidar “documentos e propostas de encaminhamentos e estimular o fomento à criação e reprodução de redes de intercâmbio de experiências e parcerias com diversos segmentos da sociedade civil” (IPHAN, 2014, p. 14).

Em termos de impacto nos avanços conceituais, neste momento, trabalha-se com a ideia de que a Educação Patrimonial ampliou o espectro dos meios de preservação e valorização do patrimônio cultural, pois se efetivou como uma ação institucional que favoreceu a interdisciplinaridade e o intercâmbio de áreas, corroborando à consolidação do conceito ampliado de patrimônio cultural. Além disso, o IPHAN passou a atuar de maneira direta em localidades, com ações de trocas de experiências e conhecimento, favorecendo a otimização e a efetivação das políticas públicas em cultura, bem como “a prática de abordagens mais abrangentes e intersetoriais, compreendendo a realidade como lugar de múltiplas dimensões da vida” (IPHAN, 2014, p. 24).

Podemos observar que o percurso institucional vai se transformando e provocando mudanças nas dinâmicas culturais. A partir daí, surgem novas compreensões e configurações ligadas ao fenômeno da cultura em todos os seus aspectos. Vimos, ainda, que o patrimônio cultural, de acordo com o contexto em que está inserido, gera produção de “sentidos e valores vivos, dinâmicos, marco de vivências e experiências que conformam a cultura para os sujeitos que com ela se identificam” (FONSECA, 2000, p. 20).

Algumas mudanças conceituais e regimentais têm maior destaque na história do IPHAN, seja por seu maior desenvolvimento, alcance, políticas mais concretas ou difusão. Porém, concomitante a esses marcos, outros debates renderam novos posicionamentos, como é o caso da inserção da categoria paisagem cultural como um instrumento de preservação. A institucionalização deste surge nas discussões suscitadas

pela Unesco, em 1992, durante a 16ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, que estabeleceu a paisagem cultural como uma das categorias de bens a serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial.

O IPHAN por meio da Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, criou a chancela da paisagem cultural, reconhecida pela Portaria como "uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores" (BRASIL, 2009, s/p).

> A chancela é uma espécie de selo de qualidade, um instrumento de reconhecimento do valor cultural de uma porção definida do território nacional, que possui características especiais na interação entre o homem e o meio ambiente. Sua finalidade é atender o interesse público por determinado território que faz parte da identidade cultural do Brasil. A paisagem chancelada pode usufruir do título desde que mantenha as características que a fizeram merecer esta classificação, sendo, por isso necessário desenvolver um Plano de Gestão (IPHAN, 2009, p. 18).

De acordo com Scifoni (2016), esta conceituação oferece uma ampliação na concepção da preservação, uma vez que compreende as interações entre o ambiente natural e a cultura e os aspectos materiais e imateriais dos bens culturais. A perspectiva possibilitada pela compreensão da paisagem cultural influencia, de acordo com Castriota (2009), ações protetivas mais integradas.

Uma vez que concede a chancela, o IPHAN compromete-se em acompanhar as intervenções que ocorram nesta e define, previamente, um pacto de gestão entre os agentes que atuam na porção chancelada, que podem ser o poder municipal, governo estadual ou federal, e os atores sociais que ali trabalham, residem ou que pratiquem suas manifestações culturais.

> O pacto tem como objetivo traçar, minimamente, um plano de atuação de curto, médio e longo prazo, nunca deixando de considerar o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, buscando a convivência harmoniosa com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valorizando a motivação responsável pela preservação do patrimônio (IPHAN, 2011, p. 04).

A primeira experiência institucional de aplicação deste novo instrumento foi com os Roteiros Nacionais de Imigração, no estado de Santa Catariana. A chancela a essa paisagem viria reconhecer e proteger o patrimônio cultural dos imigrantes de origem

alemã, italiana, polonesa e ucraniana, em 17 municípios (SCIFONI, 2016). A chancela incidiria sobre conjuntos urbanos e áreas rurais,

> (...) buscando valorizar o patrimônio cultural identificado e ampliar a qualidade de vida de seus detentores, transformando especificidades culturais em instrumentos de desenvolvimento sustentável e geração de trabalho e renda. A visitação local, por exemplo, pode trazer uma nova oportunidade de sustentação econômica para vários municípios, assim como a comercialização de produtos artesanais[76].

A Portaria nº 127 não chegou a ser aplicada aos Roteiros Nacionais da Imigração. Contudo, os estudos desenvolvidos sobre este tipo de instrumento protetivo se configuraram como um avanço. Pela primeira vez, a instituição adotou um modelo próximo ao proposto pela chancela, com a viabilização concreta de um modelo de gestão compartilhada entre o poder público e a sociedade civil (SCIFONI, 2009), viabilizando a proteção de bens, núcleos urbanos e rurais que compunham os Roteiros.

Weissheimer (2012) indica que a chancela deve ser instituída de maneira conjunta aos outros instrumentos de proteção, como o tombamento ou o registro, pois os processos de proteção da paisagem vão "muito além dos temas tradicionalmente tratados pelo patrimônio cultural, por isso a necessidade de envolvimento de parceiros diversos" (WEISSHEIMER, 2012, p. 04). No caso dos Roteiros, após a iniciação de estudos e parcerias de gestão compartilhada, foram tombados 60 bens.

Atualmente, o IPHAN estagnou as ações dirigidas a esta categoria (WEISSHEIMER, 2012), pois sua aplicação enfrenta desafios, entre os quais se destaca a manutenção do pacto de gestão, ou seja, "o alinhamento de parceiros com responsabilidades e atuação em áreas diversas que, muitas vezes, não possuem prévia vinculação com a temática do patrimônio cultural" (WEISSHEIMER, 2012, p. 12). Isso porque quanto maior o recorte territorial da paisagem mais complexas são as questões "envolvidas na preservação da paisagem cultural a ser chancelada, maior o número de parceiros necessários à efetivação do pacto e, consequentemente, mais difícil a sua consecução" (WEISSHEIMER, 2012, p. 12). Apesar das problemáticas apresentadas, a abordagem da paisagem cultural constitui-se como um marco importante na trajetória institucional e no campo do patrimônio cultural. Instituiu mudanças conceituais, apresentando outras perspectivas protetivas e a inclusão participativa de diversos atores

[76] O Roteiros Nacionais da Imigração possui apenas essa descrição no portal eletrônico do IPHAN. Fonte: IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/671/>. Acesso em 22. mar. 2017.

nos processos decisórios de preservação, integrando diversos aspectos dos instrumentos de preservação que, historicamente, eram aplicados de maneira apartada.

> A categoria de paisagem cultural aplicada à preservação do patrimônio no Brasil ainda coloca muitas dúvidas e aventa muitas possibilidades de uso. Trata-se de um caminho a ser trilhado, ainda pouco explorado. E é aí que reside a riqueza da abordagem da paisagem cultural no processo de renovação dos trabalhos sobre o patrimônio cultural (RIBEIRO, p. 113, 2007).

Os conceitos trabalhados nos trouxeram a um panorama do desenvolvimento das abordagens acerca da preservação do patrimônio cultural que estiveram presentes na formulação e execução de políticas culturais em patrimônio. Estas discussões que iniciam o segundo capítulo irão nos referenciar na compreensão da constituição do PRMFA enquanto uma ação cultural estatal.

2.3 Uma abordagem do PRMFA pelos conceitos de ação cultural, difusão cultural e comunicação.

O formato da premiação, a partir de 1994, foi se desenhando de maneira exógena, ou seja, na direção instituição-sociedade, quando se buscou de maneira mais intensa a disseminação, a transmissão de conhecimento institucional e o reconhecimento das ações com a interação de grupos e indivíduos que estivessem comprometidos com a preservação patrimonial.

> Entendemos que o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade representa um modo significativo de dimensionar a contrapartida institucional para a sociedade, como também da sociedade para as questões de preservação, e vice-versa, enriquecendo com suas metodologias de ações e instâncias de proteção do patrimônio cultural da sociedade, além de aumentar o diálogo entre as partes (GUEDES, 2015, p.14).

Esta aproximação Estado-sociedade passa a ganhar contornos mais evidentes no Brasil a partir de década de 1980, com a redemocratização do país, após governos totalitários e ditatoriais, e a promulgação da Constituição. A Assembleia Nacional Constituinte foi um marco na aproximação entre esferas estatal e social, pois, em sua formulação, teve a participação direta de grupos da sociedade civil que apresentaram emendas e atuaram na aprovação de reivindicações, buscando assinaturas para propostas

ligadas às políticas públicas, como foi o caso Movimento dos Sem Terra (MST), exemplifica Avritzer (2012).

Neste contexto, "a democratização produziu um aumento significativo na propensão para criar novas formas voluntárias e independentes de associação" (AVRITZER, 2012, p. 387). Dessa maneira, as associações da sociedade civil começaram a atuar de maneira mais direta e efetiva na reivindicação de direitos e benefícios, adquirindo certa autonomia em relação ao Estado, no sentido de tornar públicas suas demandas, tornando-se um agente atuante e essencial à construção da democracia (AVRITZER, 2012).

A partir de então, a sociedade civil, conceitualmente, passa a ser entendida como uma instância de socialização, de atividades públicas, que também desencadeia relações sociais de interação entre atores. Sua organização se difere das instâncias organizadas em estruturas burocráticas, como o Estado e empresas, contudo, a sociedade civil não deixa de interagir com estas estruturas (AVRITZER, 2012).

O formato adotado pelo Prêmio, a partir de 1994, suscitou uma interação entre as partes Estado-sociedade, a partir do momento em que a abertura do edital do PRMFA possibilita que grupos, comunidades e instituições participem com projetos que representem o entendimento destes acerca do patrimônio cultural e de sua preservação – mesmo que não problematizemos, nesse momento, os métodos avaliativos de premiação e se os entendimentos da sociedade acerca do patrimônio são reconhecido e valorizados pela instituição.

> Ainda que a seleção e a premiação se realizem de acordo com os valores institucionais, podemos afirmar que a interação que ocorre durante o processo – que vai da inscrição, da seleção até o ato da premiação, e que possibilita uma troca na arena de sobreposição, entre aqueles que concorrem e os que selecionam, entre premiados e pré-selecionados – repercute no ato de salvaguardar e preservar. O IPHAN, enquanto facilitador, termina por ressaltar aqueles projetos inéditos e renovadores da concepção cultural, qualificando essas ações em um foro privilegiado de destaque nacional (GUEDES, 2015, p.30).

O PRFMA, na concepção supracitada, viabiliza outros meios de atuação na preservação das manifestações empreendidas pela sociedade. No entendimento de Fonseca (2001), para que se efetive a preservação patrimonial, não basta somente o reconhecimento por meio da aplicação dos instrumentos jurídicos disseminados – tombamento, registro e chancela; é importante que estes sejam acompanhados de ações

que viabilizem a apropriação simbólica e, em alguns casos, econômica e funcional dos bens preservados. Tais ações podem ser de investimento, de difusão ou de reconhecimento de projetos, como é o caso do Prêmio.

A respeito da variabilidade dos instrumentos de proteção, Rubim (2007) destaca que as ações de preservação do patrimônio cultural se ramificam para além dos instrumentos de proteção consagrados e estabelecidos por leis, atendendo às necessidades e demandas na área da preservação. Para isso, sugere a criação de políticas culturais que incentivem a troca de informações sobre diferentes manifestações culturais "através de dispositivos de circulação, troca, intercâmbio e cooperação" (RUBIM, 2007, p. 155). O PRMFA, ao longo do seu processo de produção e execução, agencia práticas interativas que o caracterizam como ação cultural, vinculada às políticas culturais no campo do patrimônio.

Newton Cunha (2010) define ação cultural como:

> (...) uma intervenção simultaneamente técnica, política, social e econômica levada a efeito pelo poder público ou por organismos particulares da sociedade civil, que concebe, coordena, gere ou participa de programas, projetos e atividades (CUNHA, 2010, s/p).

Essas intervenções têm a finalidade de desenvolvimento dos grupos sociais. Para que isso ocorra, a execução de uma ação cultural, por entidades civis, públicas, privadas ou comunitárias, deve carregar entre seus objetivos a pluralidade de experiências, pressupondo uma interação que tenha como resultados, por exemplo, a geração de ações individuais ou coletivas, a autonomia social, a preservação do patrimônio cultural e a valorização dos bens culturais. Cumprindo estas premissas, é possível viabilizar o acesso à cultura por meio da ação estruturante (CUNHA, 2010).

O PRMFA, entendido como uma ação cultural, está inserido como parte das políticas de cultura em patrimônio. Este tipo de ação, de acordo com Cunha (2010, s/p), "elaborou-se historicamente como forma de atividade simbólica e sociopolítica, a partir de projetos e no interior de organizações da sociedade civil". Posteriormente, passou a ser inserida como prática nas organizações estatais, preservando características de interação social por meios diversos de atuação – ações de difusão cultural, eventos, programas, entre outros.

Já as políticas culturais são uma "ação institucionalizada e assumida pela política pública, que pode variar segundo representações ideológicas e entendimentos do papel

do Estado" (CUNHA, 2010, s/p). Para o autor, a política cultural foi uma institucionalização das ações culturais que adquiriram contornos macros, a partir da formação complexa do Estado e suas instâncias no século XX, sendo regulada por normas jurídicas e pela administração pública. Dessa feita, as políticas culturais pertencem ao plano das políticas públicas, conceito que trata de:

> Um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão (SARAVIA, 2006, p. 28).

As políticas culturais em patrimônio, portanto, fazem parte de um projeto político do Estado, sujeito ao ordenamento jurídico. Enquanto a ação, ainda que executada em consonância com tais políticas ou até mesmo sendo parte delas, adquire características diferenciadas e tipos de inserções próprias, como um edital, uma chamada pública, e não como um projeto de Lei, por exemplo.

Quando o PRMFA elege determinados projetos como representativos do patrimônio cultural brasileiro, a instituição, neste momento, difunde e legitima essas ações, indicando à sociedade a adoção de um compromisso ético, moral e sua visão institucional pelo reconhecimento e mérito às outras partes envolvidas (CUNHA, 2010), no caso, os premiados.

Sendo caracterizado como ação, a implementação e execução do PRMFA não ocorrem por meio de procedimentos tradicionais, como, por exemplo, tornar público o parecer sobre o valor de um bem tombado. Na ação cultural, o IPHAN estabelece e divulga suas premissas pela interação com os grupos sociais. As várias etapas da premiação, por exemplo, integram a ação cultural: lançamento de edital e apresentação das categorias de enquadramento do Prêmio (o convite para a sociedade participar); distribuição de materiais de divulgação (cartazes, folders e informativos, a comunicação e publicidade efetiva da ação); reuniões das comissões estaduais e nacional (o julgamento das candidaturas com a participação da sociedade entre os jurados); e cerimônia de premiação (a difusão dos premiados, do IPHAN, a realização de um evento público com atrativos culturais como espetáculos artísticos).

Sendo assim, sob o aspecto organizacional, a ação cultural tem a característica de "ser uma forma relativamente estruturada e permanente de intervenção institucional"

(CUNHA, 2010, s/p), que intermedia processos de acepção da cultura, entre os quais pode-se incluir a função de difusão pública de conhecimento e experiências.

Essa interação/intermediação se configura, no caso estudado, como prática comunicativa. De acordo com Andreas Hepp e Uwe Hasebink (2015), este tipo de prática é parte da construção da realidade social e se dá por meio das interações e do repertório cultural e cognitivo dos atores.

> A característica da comunicação como uma forma de interação social é seu fundamento em símbolos. Em outras palavras, "comunicação" significa qualquer forma de interação simbólica conduzida ou de maneira planejada e consciente ou de uma maneira altamente habituada e socialmente situada (HEPP; UWE, 2015, p. 77).

Já nos termos de Rubim (2011), a comunicação pode ser analisada em outros processos, que não só por meio dos produtos midiático (programas de TV, rádio ou conteúdos impressos). A este respeito, Hepp e Uwe (2015) refletem que a comunicação é um tipo de interação social capaz de interferir na organização da sociedade, por diversos instrumentos ou meios.

> Existem outros tipos de interação social, e a comunicação está interconectada com eles. A característica da comunicação como uma forma de interação social é seu fundamento em símbolos. Em outras palavras, "comunicação" significa qualquer forma de interação simbólica conduzida ou de maneira planejada e consciente ou de uma maneira altamente habituada e socialmente situada (HEPP; UWE, 2015, p. 77).

Os processos comunicacionais tomam uma dimensão maior na vida social, principalmente a partir da segunda metade do século XX, quando passamos a viver na dita *Era da Informação*, provocada pelos avanços tecnológicos (RUBIM, 2001). Nesse contexto, reconhecemos a existência de uma vida em redes e de uma era informativa. Isso significa que a vida social está permeada por intensos fluxos de informação e trocas contínuas, por meio das novas tecnologias e meios de comunicação, afetando as estruturas sociais (CASTELLS, 1999). Dessa forma, os conteúdos informacionais criaram "novas formas de ação e interação com o mundo social (...) e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo" (THOMPSON, 2001, p. 27).

Esse entendimento atingiu as instâncias sociais e transformou as relações sociais, que passaram a ser mediadas pelos processos comunicativos. O Estado, por sua vez,

incorporou à sua estrutura organizacional, estratégias e políticas voltadas a criar canais de comunicação entre esse ente e a sociedade, a fim de estabelecer relações comunicacionais e atender as demandas sociais (RUBIM, 2002). A apropriação das ferramentas e processos comunicacionais inclui menos a experiência como espectador e o acesso aos meios físicos, do que a transparência de informações, a garantia de conteúdos plurais e a possibilidade dos atores sociais participarem como produtores, dando abertura à construção de canais colaborativos de interação que os possibilitem desenvolverem seus projetos culturais.

> Não há mesmo possibilidade de políticas culturais atualizadas e democráticas sem que seja estabelecida uma interlocução com os amplos e plurais setores aglutinados por essa expressão política essencial: a sociedade civil (RUBIM, 2002, p. 30-31).

A comunicação, enquanto área de conhecimento, não deve se restringir somente ao estudo de escolas teóricas ou a qualquer forma de interação.

> Desta maneira, o lugar da comunicação é aquele que nos possibilita olhar para a complexa rede de relações sociais – bem como para o contexto em que estas se dão – e perceber práticas, discursos, diálogos, contextos de interação como um todo múltiplo em constante movimento. É justamente esse entendimento da comunicação como processo de elaboração de ações expressivas, de identidades subjetivas, da cultura e atualização da linguagem que pode nos ajudar a perceber a prática comunicativa como uma dinâmica que articula a situação discursiva, os interlocutores, os discursos por eles acionados e as interações simbólicas e ações mediadas pela linguagem (MARTINO; MARQUES, 2015, p. 17).

Essas trocas interativas, mediadas por interfaces, ou seja, por meio de algum instrumento (ação cultural, meio de comunicação etc.), devem sempre estar contextualizadas. “Assim, o contexto de interação não é um ‘aparte’, mas um ‘entorno’ construído simultaneamente às práticas interativas dos indivíduos em comunidade” (MARTINO; MARQUES, 2015, p. 18), por meio da ação.

A fim de instrumentalizar a pesquisa, vamos adotar um recorte que nos faça compreender o objeto em análise e a realidade em que está inserido. Dessa maneira os processos interativos de que fala Hepp e Uwe (2015) e Martino e Marques (2015) estão aplicados à análise de uma comunicação organizacional e à ideia de difusão cultural, como veremos nos parágrafos seguintes.

As interações comunicacionais entre os indivíduos-IPHAN, por meio da ação do Prêmio, são provocadas, em parte, pela instituição ou por ela conduzida. Por isso, elegemos como recorte, para esta análise, a conceituação de comunicação organizacional:

> (...) pressupõe que as ações organizacionais geram uma série de ações comunicacionais que permitem a dinamicidade da interação criada entre organização e seus públicos. Mais que isso, em alguns casos, permite a legitimação dessas mesmas ações, a redução dos conflitos e a cooperação entre todos os envolvidos nesse processo (CATTO; OLIVEIRA, 2012, p. 03).

Nesta perspectiva, a comunicação organizacional é um elemento que sistematiza, organiza e viabiliza a operacionalização dos processos interacionais em uma empresa e/ou instituições, sejam elas do setor privado ou público (ROSA; CATTO, 2014). No caso do PRMFA, podemos dizer que a maneira como se organiza – estamos falando das suas etapas de realização – provoca processos comunicacionais de mediação e interação entre as partes: no ato em que os interessados buscam informações sobre participação, em que se inscrevem na intenção de, por esta instituição, serem reconhecidos ou pela tomada de conhecimento da ação do IPHAN. Dessa maneira, a comunicação organizacional é essencial para mediar interações entre instituição e os atores sociais envolvidos.

> A existência de toda organização social humana caracteriza-se tanto por ser condicionada a comunicação, como por ser uma estrutura na qual a comunicação ocorre. As organizações não apenas constituem-se através da comunicação, mas também se expressam em comunicação (CASALI, 2004, p. 08).

O PRMFA apresenta, a partir de 1994, uma comunicação organizacional com característica de difusão cultural. Entendemos a difusão como forma de propagação de elementos culturais por meio da interação ou de práticas comunicacionais entre diferentes grupos sociais, que deve ser compartilhada. Dessa maneira, a difusão cultural é uma das diversas formas que uma ação cultural pode ser desenvolvida por agentes, incluindo o Estado (CUNHA, 2010). Há o entendimento de que a difusão propicia a interação objetivada pela ação e a transmissão de conhecimento.

> Sua finalidade está voltada para a realização de processo e a promoção de serviços, ou seja, para a dinamização e para as mudanças de estado ou de situações que conduzam ao enriquecimento intelectual, cognitivo, sensitivo (estético), associativo, social ou mesmo corporal (CUNHA, 2003, p. 05).

No texto constitucional, Art.215°, está prevista a difusão enquanto meio de compartilhamento. "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais" (BRASIL, 1985), orientando, assim, direitos e obrigações do Estado e da sociedade.

As cerimônias de premiação são um exemplo da proposta de difusão cultural, por propagar as expressões culturais em comunicação com outros setores da sociedade. Como exemplo, tomamos o depoimento de Jurema Arnaut sobre a cerimônia de 1995.

> Para a premiação veio um índio Ticuna[77]. Os premiados tinham em espaço de tempo para falar das ações e ele falou na língua dele. Foi muito bonito porque ninguém entendia uma palavra do que ele dizia, mas todos conseguiam perceber perfeitamente a importância do trabalho realizado. Foi comovente, o trabalho, o Prêmio. Houve outros momentos muito emocionantes e importantes, de reconhecimento do trabalho comunitário, que muitas vezes estavam solitárias no interior do Brasil (ARNAUT, 2015, p. 58).

A estruturação de uma comunicação organizacional do Prêmio foi identificada nos depoimentos e documentos tratados no primeiro capítulo, principalmente, nos primeiros anos de realização do Prêmio RMFA, quando foram definidos projetos de pré-produção da premiação, planos de copromoção e de planejamentos orçamentários voltados a investir na divulgação do Prêmio.

Uma vez que o desenvolvimento das comunicações impactou a organização da sociedade, o Estado reposicionou sua interação com o meio social. A prática comunicacional adotada no âmbito institucional é desenvolvida por ações que passam a associar a ação cultural pública à garantia de visibilidade, como um novo formato de interação das instâncias estatais (THOMPSON, 2001). Isso porque o sentido de público passa a estar conectado, também, aos sentidos de visível ou observável, como destaca

[77]O índio Ticuna representou a ação do *Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões*, do Amazonas, pela criação do Museu Maguta, um trabalho com o povo Ticuna, iniciado em 1987, de educação integrada ao trabalho comunitário de valorização da memória nacional.

Thompson (2001, p.112): “um ato público é um ato visível, realizado abertamente para que qualquer um possa ver”.

O PRMFA, dessa maneira, estabeleceu a publicização de suas ações nas mídias e em sociedade como parte das atividades de difusão. Nos documentos disponíveis nos ANEXOS C e D podemos ilustrar a conduta da organização do Prêmio em angariar parcerias para divulgar os vencedores da premiação e a própria ação do PRMFA. Os pedidos foram redigidos em 1995, pela arquiteta Jurema Arnaut, Diretora do Deprom, a canais de comunicação (TV Educativa do Rio de Janeiro e jornal O Globo, veiculado também na capital fluminense).

O PRMFA, ao longo do seu processo de produção e execução, agencia práticas interativas de difusão cultural – tanto da imagem institucional quanto das iniciativas de preservação por parte da sociedade, reconhecendo os projetos reportados à sociedade por meio da cerimônia pública de premiação e da divulgação de conteúdos sobre esses projetos.

As interações desencadeadas pela ação cultural de difusão disseminam conceitos e entendimentos sobre o patrimônio, aproximando a sociedade de tais representações, seja pelo reconhecimento, seja pela divulgação por parte do Estado. Neste momento, a ação cultural possibilita a legitimação de um repertório expandido sobre patrimônio cultural e a gestão pública atua como facilitador, descentralizando os debates sobre patrimônio. Assim, garante a renovação conceitual e participativa, como na relação entre jurados e candidaturas e no processo de divulgação, apresentando à sociedade projetos e iniciativas que vêm sendo desenvolvidos e que são considerados como relevantes na preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro.

Em entrevista direcionada a esta pesquisa, Graça Mendes (2017)[78] disse que a partir do momento em que o PRMFA foi reformulado nos moldes definidos em 1994/1995, ficou claro que a intenção do IPHAN era fazer desta premiação um “elo entre instituição e sociedade”. É importante relembrar que a organização desta premiação foi encampada pelos departamentos ou coordenações responsáveis pela promoção e divulgação, como citado no capítulo inicial. A divulgação, como nos relata Mendes (2017) era executada principalmente

[78] Ver ANEXO D. Graça Mendes é jornalista e gestora que atuou na produção do PRMFA. A entrevista foi realizada no dia 17 de abril de 2017.

> (...) por meio de envio do material informativo (folheto e cartaz de divulgação), acompanhado do edital do Prêmio e de ofício do presidente do IPHAN, para departamentos de patrimônio e secretarias municipais e estaduais, além de entidades e instituições afetadas ao tema. A comunicação mais direta era feita pelos superintendentes e suas equipes, com os parceiros locais (MENDES, 2017).

Já em relação ao acesso à imprensa havia uma dificuldade à obtenção de espaço.

> Quanto menor a cidade, mais fácil era o acesso aos meios de comunicação, portanto, em geral, a divulgação era satisfatória, com entrevista do superintendente ou técnico do IPHAN para jornais ou em programas de rádio ou TV. Nas cidades grandes, as dificuldades de divulgação eram bem maiores (MENDES, 2017).

O fato supracitado ocorria, segundo Mendes, por não darem importância à dimensão nacional do Prêmio.

As ações articuladas a fim de arregimentar visibilidade ao Prêmio davam-se tanto na dimensão interna quanto externa do IPHAN. Neste último caso, principalmente com o estabelecimento de parcerias interinstitucionais, fosse para fins de financiamento ou outros tipos de apoio.

Segundo consta em documentos trocados entre setores internos do IPHAN, tais como o Departamento de Identificação e Documentação (DID), o Departamento de Proteção (DEPROT) e o Departamento de Planejamento e Administração (DPA), houve propostas para estabelecimento de parceria, por exemplo, com o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), com fins de patrocínio, e com a TV Educativa, com fins de copromoção. Assim como em 1994, no ano de 1995 é realizada solicitação semelhante às emissoras midiáticas – Fundação Roquete Pinto e TV Educativa – e ao diretor do CCBB, Claudio de Castro Vasconcelos, com proposta de financiamento, que prevê divulgação e investimentos na cerimônia de premiação (ANEXO E).

Essas iniciativas buscavam investimentos na execução do Prêmio e sua projeção midiática. O planejamento, datado de 12 de janeiro de 1995 (IPHAN, 1995a), aponta que o evento de premiação “foi planejado para ser o momento culminante de todo o processo”, como podemos ver no texto da página a seguir.

O texto do item ‘7. Evento de premiação’.

> O projeto de promoção do prêmio RMFA conceitua o evento de premiação como o momento culminante do processo e não apenas sua conclusão.

> O evento da entrega de prêmios deve funcionar como câmara de ressonância da premiação e, ao mesmo tempo, como momento de divulgação do acervo de bens culturais identificados e protegidos pelo IPHAN. Assim, o evento de premiação deverá constituir-se num grande ato cultural, envolvendo, além da apresentação das ações premiadas e a entrega dos prêmios, a apresentação de manifestações artísticas relacionadas com o nosso patrimônio cultural.
> Ao lado disso, o evento de premiação deve constituir momento de divulgação do patrimônio cultural, prevendo-se sua realização, a cada ano, em um monumento ou edifício tombado, especialmente aqueles que são próprios do IPHAN. Nesta ocasião serão apresentadas imagens e informações sobre sua história e suas características estéticas e arquitetônicas ou, ainda, sobre o acervo museológico de que é depositário.
> A realização de tal evento demandará produção de caráter profissional, incluindo a produção e a direção artística do ato cultural e sua coordenação, com a direção da cobertura jornalística da televisão (IPHAN, 1995a, p.06).

A cerimônia objetivava, desde sua concepção inicial, divulgar amplamente as ações ganhadoras – e seu reconhecimento pelo poder público – como também **"a própria iniciativa do IPHAN em premiá-las**" (IPHAN, 1995a, p. 04. grifo nosso). Neste documento, constava que se pretendia um alcance de divulgação do PRMFA em grande escala, como meio de que o IPHAN fosse reconhecido. Mas considerava, também, que a grande contrapartida estava na realização de todo o trabalho prévio de lançamento do edital, acolhimento de inscrições, seleções regionais e comissão nacional, sendo o evento a culminância de todo o processo.

Como aponta GUEDES (2015), após o Governo Collor, as instituições desta área encontravam-se sem recursos, com projetos estagnados, o que as fez perder prestígio socialmente. Esse é o principal fator apresentado como justificativa para o fechamento de parcerias com entidades fossem elas públicas ou privadas.

O relatório final, redigido por Sydney Solis, indica que:

> A ação do IPHAN, na era da parceria, não pode ser pensada como aquela atividade 'discreta', artesanal e medíocre, da época em que lhe bastava o respaldo do poder de um Estado forte e centralizador. A velha repartição pública tem que se tornar num centro gerador de políticas e coordenadora de iniciativas se quiser dar conta das atribuições legais sobre as ações que coordena, sem o que não serão as mesmas valorizadas e, consequentemente, escassearão os recursos públicos e privados. A "discreta e pequena ação do patrimônio" é coisa do passado – opinião minha (SOLIS, 1995, p. 10).

Localizado nas políticas de patrimônio, o PRMFA se configura como uma ação cultural, na qual prevalecem as características da difusão, na medida em que, segundo as definições de CUNHA (2010), é uma intervenção estatal, com um modo operativo determinado e institucionalizado que se propõe uma interação comunicativa entre partes – cumpre um chamamento público de edital; divulga suas ações nos meios públicos de informação; e cumpre processos regidos pela administração pública, com a finalidade de empreender uma ação cultural pública – e cria condições para que se viabilizem ações diversas e de fácil acesso e interação com a sociedade.

No caso do PRMFA, por exemplo, aqueles agentes sociais que desenvolvem seus projetos de preservação do patrimônio cultural nas comunidades onde moram, nas escolas onde trabalham ou até mesmo em órgãos públicos, como secretarias de cultura, têm, no Prêmio, a possibilidade de difundir o que vem sendo entendido e realizado sobre a área da preservação nestes espaços. As trocas de conhecimento devem estar contempladas nas ações e serem executadas com o objetivo de atender às demandas da sociedade por parte do Instituto.

2.4 O PRMFA e o papel das instituições

As instituições não são agentes neutros, que têm apenas uma função como investidora ou executora, seu papel não acaba no processo de prover ações. Essas necessitam do reconhecimento dos agentes sociais. Nesse sentido, as ações empreendidas durante o processo de execução do PRMFA estão voltadas, também, a prover visibilidade ao Instituto, para que os setores da sociedade reconheçam o IPHAN como instituição atuante e representativa na preservação do patrimônio. Por isso, escolhemos algumas correntes teóricas e trabalhamos conceitos que estão relacionados a fim de compreender como as instituições se posicionam em suas relações de interação com a sociedade.

No depoimento de Sydney Solis (2015), por exemplo, identificamos que um dos pontos importantes da premiação, desde 1994, era abranger parceiros que trabalhassem em interação com a instituição.

> A ideia da parceria com outras instituições, do envolvimento da sociedade com a preservação do patrimônio cultural, com algo que

> não fique só como uma atividade estatal (...) é preciso ter parceiros. Parceiros sociais, parcerias com pessoas que estejam envolvidas no mesmo assunto, e que possam contribuir junto com o IPHAN para que o patrimônio cultural brasileiro seja mais bem tratado, melhor cuidado (...). O formato do Prêmio surgiu dessa percepção sobre a importância do envolvimento da sociedade, de coordenar e viabilizar ações de preservação (SOLIS, 2015, p. 85).

As instituições são estruturas com normas e "regras, social e historicamente instituídas e atualizadas" (TEIXEIRA; PENTEADO, 2016, p. 46-47). Elas consolidam interações sociais, e, ao mesmo tempo em que conduzem as práticas dos atores sociais, são, também, por estes mantidas.

Algumas correntes contemporâneas de conhecimento se debruçam de maneira analítica sobre a administração pública dessas instituições, dentre elas os estudos do **novo institucionalismo**[79], que se norteia, basicamente, pela proposição: "as instituições importam" (NASCIMENTO, 2009).

O novo institucionalismo se desenvolveu a partir dos anos de 1980, no contexto da expansão do processo de globalização[80] e dos avanços tecnológicos de informação que tencionaram as relações culturais, criando uma transversalidade entre as esferas cultural, política, econômica e social. A análise das instituições do Estado, a partir da investigação analítica do novo institucionalismo, compreende que há uma combinação entre a agência dos cidadãos e a estrutura e operações institucionais (NASCIMENTO, 2009). Ou seja, as relações sociais estão, inerentemente, ligadas aos papéis que as instituições desempenham e podem afetar as escolhas políticas.

Este campo de pesquisa, apesar de ser constituído de variadas correntes, busca, de maneira geral, "elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação

---

[79]Esta corrente advém dos primeiros estudos do Institucionalismo, que privilegiava uma associação ao conhecimento jurídico-formal e às análises meramente descritivas, centradas apenas nos quadros estruturais das instituições e dados de quantificação. Este fator foi criticado por não possibilitar outras variantes que pudessem alicerçar melhores análises sociológicas, considerando outros fatores, como generalização, dedução comparação. As abordagens desse campo de estudo que se aproximaram da Sociologia acabaram por legitimar o novo institucionalismo ou neo-institucionalismo. "O primeiro uso do termo institucionalismo atribui-se a Walton H. Hamilton, quando em 1918 apresentou ao Meeting Anual da American Economic Association o artigo 'The institutional approach to economic theory'. Tratou-se de um momento em que a Associação queria propor uma discussão sobre a economia e a profissão de economia, tendo em vista uma maior aproximação aos problemas e desafios correntes" (NASCIMENTO, 2009, p, 95-96).

[80]O termo 'globalização' é utilizado na atualidade para caracterizar uma nova ordem mundial, resultado de transformações que ficaram mais visíveis, principalmente, nos finais do século XX, a partir da qual o mundo se encontra mais interligado, possibilitando trocas mais diretas entre os países do globo, principalmente no que se refere aos aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos. Nesse contexto, a ideia de Aldeia global aplica-se a essa rede de relações entre países. Conferir em: IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1995.

dos resultados sociais e políticos" (HALL; TAYLOR; 2003, p. 194). As estruturas institucionais formam comportamentos por meio de normas aceitas, em certo grau, pelos sujeitos em um processo de internalização das estruturas institucionais. Portanto, esta "teorização dentro da ciência política deve levar em conta o fato de que a ação jamais ocorre no vácuo institucional" (NASCIMENTO, 2009, p. 103). As instituições estão inseridas em contextos político-econômicos.

Ao abordar este conceito buscamos pontuar que o funcionamento das instituições públicas, na contemporaneidade, só existe pelas conexões que são tecidas no âmbito social, tendo, como meio de intervenção, as políticas e ações interativas que estas instituições conduzem. Dessa forma, o Prêmio é, em parte, utilitário à existência do próprio IPHAN, pois difunde normativas institucionais e atende a demandas internas e advindas da sociedade.

Em 1999, por exemplo, adotou-se a categoria Educação Patrimonial, no mesmo período de lançamento do Guia Básico de Educação Patrimonial, e, no ano de 2005, inseriu-se a categoria Salvaguarda de Bens de Natureza Imaterial, logo após a instituição do Departamento de Patrimônio Imaterial e discussões internas e externas sobre esta categoria de bem cultural. O reconhecimento da Premiação dado a projetos que dialogassem com as políticas que vinham sendo conduzidas nas áreas de Educação Patrimonial e Patrimônio Imaterial demonstra, nestes contextos, que o Instituto buscava difundir a aplicação de suas políticas e, ainda, responder demandas sociais. Sendo assim, as instituições internalizam e instituem princípios normativos em interação com transformações culturais (NASCIMENTO, 2009).

Com isso, buscamos compreender que os processos institucionais têm influência sobre os atores sociais na difusão de conceitos sobre o patrimônio cultural, mas necessitam da interação com estes para validar sua representatividade. Dessa maneira, Estado-sociedade são partes que se comunicam de maneira constante, ainda que não em níveis igualitários na tomada decisão. Além disso, olhar para as instituições nos faz compreender o desenvolvimento das ações e como elas estão associadas às decisões políticas e acontecimentos históricos.

As conceituações sobre patrimônio que foram sendo adotadas pelo IPHAN ao longo de sua trajetória, a abordagem histórica das políticas e programas institucionais responsáveis por desenvolver novas percepções e intervenções na área da preservação, e a abordagem de determinados conceitos nos deram alicerces a fim de compreender em que cenário surge o PRMFA, bem como seu desenvolvimento, até chegarmos a um

entendimento de como as interações foram responsáveis pela promoção do Prêmio como uma ação cultural. A partir deste entendimento, nos lançamos a uma análise que contextualiza a história desse Prêmio, conceitos e um olhar mais aprofundado sobre como esta ação cultural foi se desenvolvendo juntamente às políticas culturais e que tipo de comunicação empreendeu com a sociedade, a partir do discurso institucional.

3 O PRMFA POR MEIO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS INFORMATIVOS E REVISTA PRÊMIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE

3.1 Antecedentes

Nos primeiros capítulos desta pesquisa, fizemos um remonte histórico do PRMFA e uma análise de seu desenvolvimento enquanto ação cultural, que possui, como uma de suas principais frentes de ação a difusão cultural. Procuramos fundamentar nosso objeto de análise em conceitos teóricos. Com base nisso, selecionamos, como material a ser estudado, informativos dos anos de 1995 e 2000 e a Revista PRMFA do ano de 2006, que se assemelha aos informativos em formato, mas que está denominada desta maneira no sítio on-line do IPHAN. Tanto o informativo quanto a Revista eram, nestas edições, publicações que continham textos institucionais de apresentação e dados sobre os premiados, depoimentos e outras informações. Dessa maneira, para empreender esta análise, escolhemos anos específicos que dialoguem com as questões levantadas anteriormente.

A análise partiu de temas pré-estabelecidos, correlacionados com assuntos que permeiam o Prêmio, principalmente, aqueles em diálogo com estratégias da prática comunicacional entre Estado-sociedade. Com isso, objetivamos fazer uma ligação entre o que foi abordado nos capítulos anteriores e o conteúdo veiculado. Como processo metodológico, elegemos o ano em que, pela primeira vez, desenvolveu-se um material com finalidades informativas para distribuição ao público.

Pretendemos relacionar esses materiais com outros documentos que venham a enriquecer a discussão trabalhada. Assim, tanto o levantamento de dados históricos relacionados ao Prêmio, como outras informações que foram apresentadas tiveram como referência primordial a documentação consultada nos arquivos da Instituição. Dentre essa documentação, destacamos: documentos de caráter administrativo, ligados ao planejamento das ações institucionais; deliberações dessas ações institucionais; relatórios; projetos de planejamento da Premiação; editais públicos de lançamento e divulgação da Premiação; Atas de reunião (da Comissão Nacional de Avaliação do Prêmio e outras); documentos de preparação das etapas do Prêmio; portarias de regulação do Prêmio e dos concursos promovidos no âmbito da esfera Federal.

Além desses documentos, recorremos à página do IPHAN digitalizada e disponível em rede ao público para consulta, na qual há a sistematização de algumas informações relativas ao Prêmio.

Trabalhar com todas essas fontes, ao longo da etapa ligada ao levantamento e à coleta de dados, correspondeu à realização de um procedimento metodológico, mas, também, nos permitiu vivenciar uma aproximação concreta com o cotidiano do IPHAN, com sua própria história e com a história do Prêmio.

Essa compreensão sobre as fontes de consulta nos leva a pensar a necessidade de percebermos as especificidades dos documentos que são encarados como testemunhos de acontecimentos e fontes de informação. Por isso, analisamos esse material como vozes de um discurso, que nos relatam sobre aquilo que pretendemos investigar.

A linha narrativa é baseada nas proposições de Ricoeur (1997), de que as narrativas são fundamentais à construção e compreensão de um determinado contexto que se busque conhecer, tendo em vista o que foi vivido pela ação humana. Na acepção de Ricoeur (1997), a narrativa adquire significados em conformidade com a experiência temporal vivida, o que significa dizer que é a vivência humana, situada em determinado tempo, que atribui sentido ao que nos é relatado acerca de certa realidade.

Logo, as fontes são aqui estudadas como discursos e relatos, como parte de uma narrativa, a partir de uma sequência organizada. Na verdade, tais fontes apresentam, também, conteúdos que nos auxiliam a desenvolver reflexões, favorecendo a compreensão sobre o contexto de surgimento e desenvolvimento do PRMFA, e sobre como o IPHAN faz uso desta ação cultural para cumprir objetivos de difusão do patrimônio cultural brasileiro junto à sociedade e legitimar sua imagem institucional.

Particularmente, as fontes de pesquisa referentes aos documentos institucionais contribuíram para reforçar algumas noções, dentre elas um aspecto importante no âmbito do IPHAN, que diz respeito ao modo como foi conduzido o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade ao longo de sua história, com o engajamento da Instituição na divulgação e realização da Premiação. Ao analisarmos as relações engendradas no contexto institucional que envolve o PRMFA, encontramos alguns atores cujas vozes fazem parte substancial dessa dinâmica, sejam aqueles que agem dentro do espaço institucional, dentre estes os próprios funcionários, sejam os que agem fora dele.

Podemos dizer que não existe uma única voz que nos permite conhecer a construção de todo o contexto sócio-histórico e político do Prêmio, mas várias vozes, que

se expressam conforme seus papéis, suas demandas e a forma como se apropriam dessa realidade.

Por isso, tornou-se necessário escolher, dentre estas vozes, aquelas que seriam nossas referências para nortear a pesquisa, tornando-se, assim, as vozes de nossa própria narrativa. Não é o caso de se tratar de uma história ficcional, mas de entendermos que toda narrativa é construção e, assim sendo, aqueles que narram, fazem-no segundo suas referências, pois não poderia ser de outro modo.

Os informativos e Revista serão analisados a partir de uma análise de conteúdo, que trata de colher unidades de registros e colocá-las em categorias, buscando, dessa maneira, organizá-las de acordo com os assuntos veiculados (FONSECA JÚNIOR, 2010). Para isso, estabelecemos a categoria Discurso Institucional: que analisa a fala institucional, de ministros e presidentes do IPHAN, relacionadas a depoimentos dos técnicos do Instituto e da Comissão Nacional de Avaliação – aborda os entendimentos dos jurados acerca dos projetos.

Neste processo, analisamos o conteúdo comunicacional desenvolvido pelo IPHAN, nos períodos selecionados. Percorremos, ainda, reflexões e debates que visam analisar o desenvolvimento da prática comunicativa e como esta se configurava em determinados períodos da história brasileira e das políticas culturais de patrimônio.

Para fins de contextualização, sabe-se que foi, somente, no ano de 1994 que se realizou uma premiação com características da ação cultural nos termos entendidos por Cunha (2010). Neste momento, houve a inserção, mesmo que gradual, de outras instituições e agentes sociais externos à Instituição. Portanto é a partir de então, que podemos delinear uma interação comunicativa entre as partes.

No depoimento de Jurema Arnaut, conhecemos alguns fatos sobre o cenário de mudanças que ocorreram à época.

> Todo mundo diz que o Prêmio foi inventado quando o IPHAN fez 50 anos, mas não é verdade. Quer dizer, no cinquentenário do IPHAN, em 1987, foram cunhadas medalhas com a efígie do Rodrigo Melo Franco de Andrade, para premiar os mais importantes colaboradores do IPHAN [...]. Quando nós assumimos, em 1994, eu e toda a equipe identificávamos nesse Prêmio uma ação importante que tinha a ver com o perfil que nós queríamos dar ao departamento, mas sua forma não estava desenhada de acordo com o que nós acreditávamos (ARNAUT, 2015, p. 46).

De certo modo, podemos entender que a reformulação proposta em 1994 foi uma tomada de postura para legitimar determinadas escolhas, que buscaram desfazer o perfil personalista e meritório, a fim de se coadunar com as novas mudanças consideradas mais democráticas; no sentido de que a Premiação se expandia para a sociedade.

No contexto interno do IPHAN, começava-se a discutir uma conduta que acompanhasse certas mudanças, dentre elas, a própria noção do papel do Estado em relação às políticas mais participativas e a realização de mudanças aplicadas às políticas de patrimônio.

Nos documentos que encontramos, principalmente, àqueles ligados aos primeiros anos da criação do PRMFA, demonstra-se que o uso do Prêmio se relacionava com a vontade de uma ampla divulgação nos meios de comunicação tradicionais (canais de televisão e jornais impressos), a fim de garantir reconhecimento na esfera pública e, também, recursos financeiros ou parcerias que ajudassem a enfrentar o aumento de suas responsabilidades.

Seguindo a temporalidade dos fatos, destacamos que a Constituinte de 1988 representou um grande avanço político em termos de cidadania e, nesse sentido, no âmbito da Cultura, apresentou a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento cultural em nosso país, evidenciando não só as garantias do Estado para o acesso de todos à cultura, mas também, destacando quais seriam esses bens culturais de interesse à preservação, questões importantes para conduzir as ações de reconhecimento e premiação das manifestações culturais ligadas ao PRMFA.

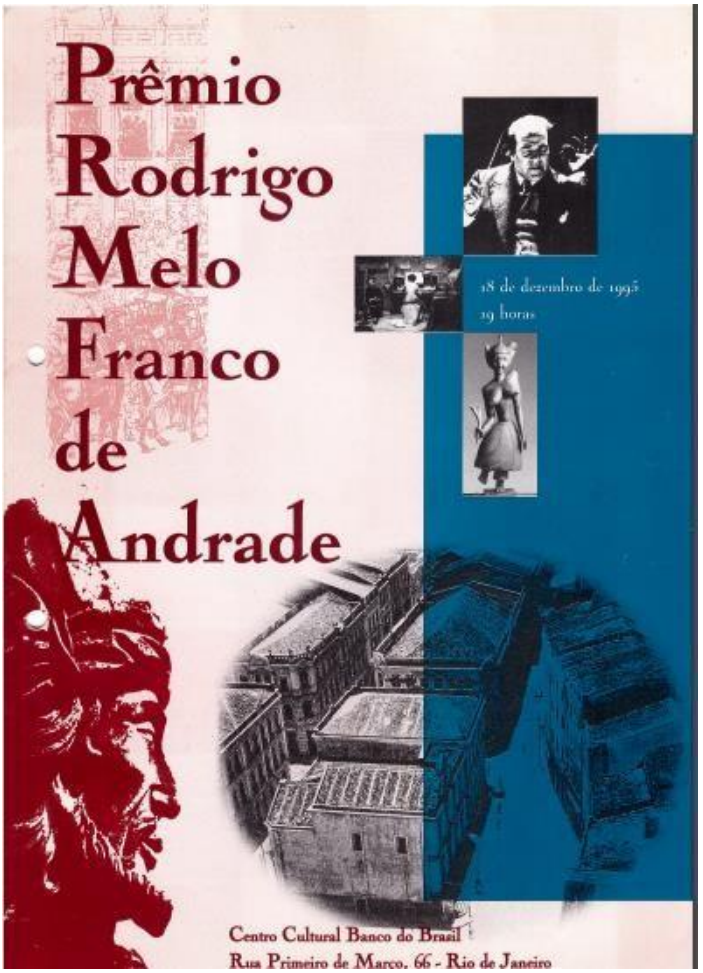
3.3 Informativo e Revista PRMFA, atas e editais: Análise de conteúdo sobre os anos de 1995, 2000 e 2006.

A partir de 1995 o PRFMA passou a ter processos de execução definidos e sistematizados. Como abordamos no segundo capítulo, a Premiação se configurou como uma ação cultural de difusão, por isso, voltou investimentos para a área de publicização e divulgação. Para isso, passou a ter materiais comunicacionais, como cartazes, folders e informativo.

A localização deste primeiro informativo, datado de 1995, continha, basicamente, o resumo das ações vencedoras e um texto institucional. É, principalmente, sobre estes textos, em diálogo com a documentação disponível e com o entendimento das discussões

anteriores e do conceito de neoinstitucinalismo, que vamos tecer uma análise de conteúdo.

Figura 4 – Capa do informativo de 1995



Fonte: Arquivo Central - Brasília

A opção pelas datas referidas decorreu da necessidade de analisarmos aspectos pontuais que contribuíram para o entendimento de todo o processo de consolidação do PRMFA, desde a época de sua criação. Além disso, o trabalho de coleta de dados apresentou especificidades, dentre estas, a possibilidade de acesso à documentação. Assim, para atendermos ao rigor exigido na pesquisa, e de acordo com as condições de estudo encontradas, desenvolvemos nossa análise com base nas seguintes datas: 1995 (por representar um período inicial da Premiação após sua reformulação, com publicação de processos no DOU); 2000 (período intermediário entre sua reformulação e o contexto atual da Premiação); 2006 (por ser a data limite na qual esta pesquisa se detém), além das justificativas elencadas na metodologia. A partir desse procedimento de recorte temporal, procuramos tecer uma descrição dos textos oficiais redigidos para o item ‘Apresentação’

das publicações anuais, levando em conta que a própria descrição já é um processo de análise.

O informativo de 1995 aparece, em um formato menor e diferente da proposta do informativo do ano 2000 e da Revista do ano de 2006. Sobre estes últimos, Graça Mendes (2017, s/p) relata que a construção deste produto comunicacional foi uma consequência da evolução do PRMFA, ao longo de sua trajetória, e um desdobramento dos materiais informativos.

> A pequena equipe de produção levou a ideia à direção do IPHAN à época e, com aceitação, desenvolveu o produto, que foi sendo modificado pouco a pouco. Um dos objetivos era justamente incrementar a comunicação com o público externo (MENDES, 2017, s/p).

3.3.1 Discurso Institucional

Quando escolhemos a categoria Discurso Institucional, visamos levantar as pautas empreendidas pelos representantes do IPHAN – seus presidentes, ministros da Cultura, dialogando com documentos e visões dos gestores do Instituto, nos períodos determinados. Este tópico ocupa um lugar de importância, uma vez que quer comunicar, à sociedade, o posicionamento das políticas e ações culturais da instituição por meio de um produto comunicativo.

Canclini (1994) observa que o entendimento sobre patrimônio cultural na modernidade adquiriu uma variabilidade nas formas que o reconhecemos e os documentamos, ou seja, criam-se outras condições "materiais e simbólicas para que todas as classes possam encontrar nele um significado, e compartilhá-lo" (CANCLINI, 1994, p. 103). Sendo assim, os processos comunicacionais e de difusão ganharam espaço, dando lugar a uma administração pública que passa a ter como função a criação canais para difundir suas ações de proteção patrimonial.

As políticas culturais e suas ações, por se combinarem com outras áreas do conhecimento, passaram a ser "alvo de investimentos por parte das instituições e organismos públicos e privados, elas também tornaram-se cada vez mais objeto de reflexões acadêmicas em uma perspectiva transdisciplinar" (BARBALHO, 2005, p. 34). Dessa forma, as instituições adotam novas práticas com a finalidade de aumentar sua eficiência e modernizar suas operações, bem como de reforçar, com estas ações, sua

legitimidade social, o que alarga o seu reconhecimento no ambiente cultural (HALL; TAYLLOR, 2003).

O PRMFA investiu em seu caráter de difusão cultural – o que, por vezes, foi descrito em seus projetos de formulação dos anos de 1994 e 1995 – justamente, no momento de cortes e desmontes na área da cultura, durante o período Collor. Dessa feita, a instituição buscava promover sua imagem dando visibilidade às suas ações culturais e reconhecendo, nos entes sociais, possíveis parceiros na legitimação e na promoção da ação.

O informativo de 1995 foi distribuído na cerimônia de premiação. O texto de abertura, com assinatura institucional, destaca a importância da cooperação entre instâncias – Estado-sociedade e outras agências governamentais – e a divulgação. Temáticas essas que encontramos correspondidas nos seguintes trechos:

> O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN torna público, através do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, o reconhecimento àqueles que, espontaneamente, ou em articulação com agências oficiais, cooperam com o poder público na difícil tarefa de preservar e divulgar o patrimônio cultural brasileiro [...] Não obstante a premiação estar restrita a apenas seis ações, aquilo que se intenta, com esse evento, é dar visibilidade ao trabalho realizado por estes parceiros da preservação da memória e do patrimônio cultural (IPHAN, 1995c, p. 01).

O texto acompanha as formulações deliberadas, internamente, que constam na apresentação do PRMFA para 1995 (IPHAN, 1995b), na qual é posto como objetivo principal o "reconhecimento e divulgação de iniciativas no campo da preservação patrimonial" (IPHAN, 1995b, p. 03). Assim, as prospecções deste projeto extrapolam o âmbito institucional para comunicar-se com as demais instâncias, ainda, que somente no campo da premiação, sem avaliarmos suas reverberações.

Esta apresentação institucional introdutória é seguida de texto do presidente do IPHAN, à época, Glauco Campello, com o título *Rodrigo e o IPHAN*. O título e o conteúdo textual, de forma geral, exaltaram a figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade, como responsável pela construção de uma "consciência nacional de preservação" (IPHAN, 1995c, p. 03), por sua atuação na recuperação de monumentos e cidades históricas. Campello (IPHAN, 1995c) enfatiza que o ex-diretor foi uma figura essencial na condução dos trabalhos institucionais e na implantação das políticas culturais do

SPHAN. Por sua trajetória seu nome teria sido escolhido para designar a premiação.

> Seu devotamento [de Rodrigo Melo Franco de Andrade] à carreira pública e sua forte personalidade levaram-no a assimilar, com sua marca pessoa, o Serviço do Patrimônio, que ele dignificou e projetou nacional e internacionalmente [...] patrocinando o surgimento de uma consciência nacional de preservação e divulgando, no Brasil e no exterior, o que nesse campo, e na esfera pública, se conseguia fazer.
> Rodrigo herdou um país cujos monumentos e cidades históricas estavam no abandono e no esquecimento e eram vítimas de degradação e destruição permanentes. Em seu período à frente do patrimônio histórico, privilegiou, estrategicamente, o patrimônio edificado [...]. Mas não descurou o acervo documental, etnográfico, as obras de arte integradas e os bens móveis, estendendo sua visão e os seus cuidados à proteção dos acidentes geográfico notáveis e das paisagens agenciadas pelo homem. Intelectual e homem de ação, Rodrigo não atuou sozinho. Sua capacidade de cultivar amizades e de atrair personalidades do ambiente literário, artístico e político, inclusive notáveis estrangeiros, deu ensejo a que ele se cercasse de colaboradores extraordinários e técnicos excepcionais.
> Avesso a publicidade dos seus atos, Rodrigo manteve estilo exemplar em sua conduta de funcionário público. Essa discrição fez com que o reconhecimento à importância de sua atuação na história cultural do país ficasse aquém do que era devido, limitada a um círculo de intelectuais e interessados no problema da preservação da nossa memória social e identidade cultural.
> É esse exemplo de dignidade inspirado por seu fundador, é esse modelo de relação com a coisa pública, essa visão voltada para o alcance social de nossa tarefa, que anima o IPHAN a atribuir seu nome ao prêmio anual, através do qual o Instituto reconhece as ações públicas e privadas que tenham objetivo a preservação do patrimônio cultural brasileiro, razão da vida e obra de Rodrigo Melo Franco de Andrade (IPHAN, 1995c, p. 03).

A abordagem inicial de Campello demonstrou que, apesar do PRMFA ser caracterizado, neste ano, como uma ação cultural de acesso público, ainda mantinha a figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade como referência, dando nome à Premiação e reafirmando o ex-diretor como uma figura icônica na história da preservação federal. No conteúdo deste texto, é recorrente a ideia de que o campo do patrimônio necessitava de projeção e divulgação e não só as políticas e ações de preservação.

No discurso de Campello, elaborado para o informativo, é latente a apresentação de algumas razões para a manutenção do nome Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. O texto incorre que a publicização de ações do patrimônio cultural, associadas a sua imagem como fundador das políticas em patrimônio, conferia prestígio ao Prêmio. Dessa maneira, mesmo que não houvesse mais as premiações às personalidades do

patrimônio, identifica-se característica personalista, ao passo que se homenageia um dirigente da instituição e se faz a vinculação entre intelectuais e a construção de uma ação. A implementação da política cultural é atribuída à atuação de um personagem e não ao cumprimento de um processo institucional.

O texto do presidente Glauco Campello trouxe uma segunda parte, intitulada *Memória: Preservar por quê?*. Neste, o teor inicial carrega a ideia de cultura associada ao desenvolvimento social e humano e a constituição da memória como um fator ligado à formação educativa e cultural dos cidadãos.

> Um povo sem memória jamais será um povo culto e educado. Não se fala, aqui, naquele entendimento que vê a cultura como privilégio de uma elite ilustrada. Referimo-nos ao conjunto de valores, referências e experiências que, uma vez estruturado, organiza a vida dos homens em sociedade e impede que sejam tão somente um aglomerado caótico de indivíduos condenado a um eterno presente em crise. A capacidade de criticar e se beneficiar da crise, formulando novas questões cujas respostas possam construir um futuro novo, está rigorosamente ligada ao conhecimento do passado. A imobilidade não é um atributo da ação preservacionista, mas sim da postura preconceituosa que tenta dominar a crise ao invés de aproveitar a oportunidade de refletir sobre ela. A cultura é a base do desenvolvimento social de qualquer nação e a memória é a provedora dos elementos sobre os quais os homens elaboram, vivenciam, transmitem e modificam sua cultura (IPHAN, 1995c, p. 04).

A ideia de patrimônio adotada pela instituição no informativo coaduna-se aos entendimentos conceituais que passaram a ser propagados após a promulgação da Constituição, mas que, ainda assim, convivem com percepções anteriores, como o fato de vincular o mérito de iniciativas realizadas por organizações, grupos ou indivíduos sociais à figura de seu primeiro diretor, que se tornou o ícone da fase *heroica.* Em *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória* (IPHAN, 1980), esta fase é confundida com a atuação pessoal de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

> Não é por acaso que ela [fase heroica] é a mesma em que Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve à frente da instituição, pois, na verdade, chegou a ser tal o envolvimento entre a pessoa e o serviço que, para muitos analistas, torna-se difícil ou quase impossível entender o Patrimônio sem conhecer e compreender a personalidade e atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade (IPHAN, 1980, p. 17).

Assim, a narrativa oficial da instituição convive, ao mesmo tempo, entre antigas e novas percepções de patrimônio, que foram gestadas e transformaram-se a partir de acontecimentos históricos e o surgimento de novos conceitos. Dessa maneira, não podemos apagar as instituições da paisagem da história (NASCIMENTO, 2009), pois os momentos em que ocorreram mudanças significativas na trajetória do Prêmio refletem mudanças de postura da instituição.

Por conseguinte, na edição de 1995, foram inscritos 52 projetos, avaliados pela Comissão Nacional, composta pelos seguintes membros: Augusto Carlos da Silva Telles, arquiteto aposentado do IPHAN; José Leme de Galvão Júnior, arquiteto lotado no Deprom/IPHAN; José Simões Belmont Pessôa, arquiteto lotado no Deprom/IPHAN; Antônio Luiz Dias Andrade, arquiteto da 9ª CR/IPHAN (Coordenação Regional de São Paulo); Jayme Zettel, arquiteto e presidiu o IBPC em 1993; Myriam Andrade Ribeiro Oliveira, historiadora da arte do Departamento de Identificação e Documentação do IPHAN (DID/IPHAN); Elizabeth Carbone Baez, museóloga do Museu Castro Maya (MCM); Márcia Chuva, historiadora do DID/IPHAN; Maria Inez Turazzi, historiadora do Museu Benjamim Constant; Alaide Mariani Vanderli, socióloga do Paço Imperial (instituição museológica); Suetônio Soares Valença, filólogo e pesquisador musical; Evelina Grumberg, museóloga do Museu Imperial; Antônio José Nonato Duque Estrada, historiador da arte e técnico do IPHAN; e Luiz Fernando Rodhen, arquiteto de 12ª CR/IPHAN (Coordenação Regional Do Rio Grande do Sul); e, ainda, por Glauco Campello, presidente do IPHAN e que, naquela ocasião, também, presidia a Comissão.

Os projetos vencedores foram, de acordo com a ata da reunião da Comissão Julgadora, ocorrida nos dias 05 e 06 de dezembro de 1995: 1) Inventário, referência e pesquisa em acervos e processos culturais – concedido à Universidade de Caxias do Sul (RS), pelo projeto ECIRS (Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul); 2) Trabalho comunitário em educação patrimonial, resgate e valorização da memória – iniciativas integradas com setores comunitários, no campo da educação, voltados para a valorização da memória nacional e do patrimônio cultural – concedido ao Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões (AM), com a ação Museu Maguta; 3) Divulgação e difusão do patrimônio cultural – concedido a Rosemberg Cariri (CE), por resgate do audiovisual da cultura cearense; 4) Apoio institucional ou financeiro – iniciativas de apoio institucional, como captação de recursos ou apoio financeiro – concedido ao Banco Real, pela ação sistemática no apoio e financiamento na área de patrimônio; 5) Preservação de acervos culturais móveis imóveis – iniciativas de

preservação material ou proteção legal e administrativa – concedido ao Instituto de Estudos Brasileiros/Universidade de São Paulo, pela preservação de documentos e obras de arte; 6) Gerenciamento e pesquisa do patrimônio natural e arqueológico – iniciativas de gestão e desenvolvimento cultural em áreas consideradas como patrimônio natural ou em sítios arqueológicos – concedido à Fundação do Homem Americano (PI), pelo gerenciamento e pesquisa do patrimônio arqueológico do Parque Nacional da Capivara (IPHAN, 1995).

A escolha dos projetos vencedores mostra que o entendimento ampliado do patrimônio refletia na premiação não só pela escolha do Conselho, mas pela própria movimentação da sociedade em inscrever suas iniciativas, como a do Museu Maguta ou da Universidade de Caxias do Sul, que realizou um processo de inventário, enxergando-as como potenciais vencedoras.

Ainda neste ano, pela primeira vez, a cerimônia de premiação é realizada fora da instituição a partir de uma parceria com o Centro Cultural Banco do Brasil do Rio de Janeiro. Sydney Solis (2015) declara o porquê da escolha desta instituição:

> O Centro Cultural Banco do Brasil se tornou um parceiro por causa disso, pelo fato de ser a maior instituição paraestatal. O Banco do Brasil é uma instituição pública, um banco do governo federal e não tinha exatamente estrito fim comercial no apoio ao evento. Não era, nesse sentido, a propaganda de ninguém. O que estava em jogo era simplesmente o valor cultural das coisas. E a aliança do Centro Cultural com o IPHAN interessava para o Banco de alguma forma, como estratégia de prestígio institucional, não de interesse comercial, ou melhor, armazenava-se valor nesta aliança com o Departamento de Promoção do IPHAN para realizar uma atividade dessas que tivesse uma certa visibilidade cultural (SOLIS, 2015, p. 80).

O IPHAN, novamente, demonstra uma tentativa de recobrar uma imagem de relevância ou importância frente aos processos de desmontes no início da década de 1990. Além do mais, as políticas de preservação, antes, com protagonismo do IPHAN, descentralizaram-se para as esferas estaduais e municipais do poder público ou até mesmo outras instâncias federais, como o Ministério da Cultura.

O informativo de 1995 foi um documento institucional que, acessível também ao público, nos trouxe os detalhamentos sobre o discurso institucional daquele período.

[81] Era premiado um projeto por categoria, sem hierarquização, ou seja, não havia classificação, por exemplo, de 1º, 2º ou 3º lugar. Em relação ao ano anterior, foi acrescida a categoria Apoio Institucional e Financeiro, as demais mantiveram-se.

Outros documentos eram de ordem interna, e o edital, publicado em extrato no Diário Oficial da União, não listava critérios ou esclarecimentos sobre os processos de execução. O edital era formal, apenas instruía os participantes sobre onde poderiam se inscrever e informava o teor da premiação.

No ano em que se sistematiza alguns materiais impressos de distribuição para divulgação do Prêmio, o projeto de elaboração do PRMFA, para esta edição (IPHAN, 1995b), foi destinado, em grande parte, às estratégias de promoção da Premiação para divulgação nos meios de comunicação (mídias televisiva e impressa) e execução de sua cerimônia de encerramento, como relatamos anteriormente, para funcionar como momento de visibilidade.

Logo em seus objetivos iniciais, demonstra a finalidade difusora da Premiação. Dentre os quatro que foram elencados, três trazem a palavra “divulgação”.

> A promoção do prêmio RMFA tem por objetivos:
> 1º reconhecimento e divulgação de iniciativas no campo da preservação patrimonial que se façam relevantes em função de seu ineditismo, originalidade, vulto ou caráter exemplar.
> 2º divulgação do patrimônio cultural brasileiro;
> 3º incentivo à participação do maior número possível de parceiros públicos e privados do acervo patrimonial do país;
> 4º divulgação e reforço da imagem institucional e da política cultural do IPHAN e seus parceiro (IPHAN, 1995b, p. 01).

Além dos objetivos, ressalta-se que seriam admitidos projetos de produção e divulgação na mídia que tivessem como temática a questão do patrimônio cultural brasileiro. Discussão que levantamos neste capítulo, sustentados na discussão de Canclini sobre a variabilidade de instrumentos de proteção e documentação dos bens culturais.

Ainda na análise do projeto de apresentação (1995b), é em seu item *6. Promoção e divulgação*, que se decorrem as etapas destinadas ao objetivo da difusão e divulgação: momento da indicação dos concorrentes, avaliação e atribuição do PRMFA e evento de premiação que, desde o ano de 1994, foi pensado para ser uma produção cultural de proporções significativas (IPHAN, 1995b).

O processo de produção pensava, com a mesma visibilidade, a cobertura jornalística que deveria ser dada ao Prêmio. Para isso, buscava parcerias público/privadas que se despusessem ser promotoras da ação cultural do IPHAN, como empresas de mídia e outras que patrocinassem suas etapas de execução. A cobertura de TV previa midiatização das etapas de realização, produção de vinhetas, veiculação de notícias e programas especiais sobre Premiação.

A articulação de promoção e divulgação foi acompanhada por um planejamento de orçamento (ver Anexo II) que elencou os recursos necessários para realização destas estratégias comunicacionais, além da premiação em dinheiro aos vencedores que, ao todo, resultou no montante de R$ 30 mil. Na tabela a seguir, listamos quanto estava previsto para cada uma dessas ações.

Tabela 1 – Recursos de estratégias comunicacionais e premiação

Divulgação de Mídia Eletrônica	
Custo de produção de vinhetas de 30 segundos	R$ 6.000, 00
Reportagens/telejornalismo e especiais de TV	R$ 90. 000, 00

Divulgação de Mídia Impressa	
Custo de produção e publicação de reportagens	R$ 7.000, 00
Custo de produção e publicação de matérias especiais, enfocando as ações premiadas	R$ 19.600, 00

Evento de premiação	
Produção do evento	R$ 21.400, 00
Traslado e hospedagem	R$ 10.000, 00
Material de divulgação da cerimônia	R$ 4.800, 00

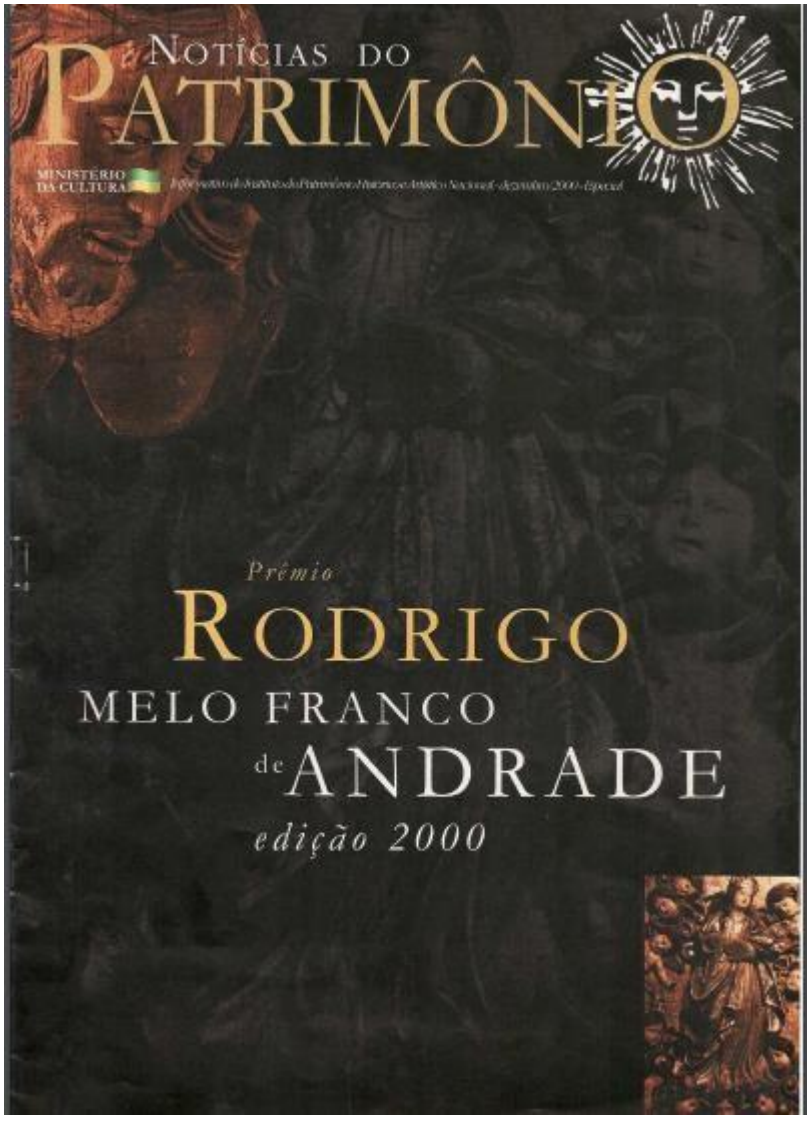
Fonte: elaboração própria

Se nos concentrarmos apenas nas verbas que seriam destinadas à divulgação eletrônica e impressa elas contabilizariam, aproximadamente, R$ 125 mil, muito aquém do próprio valor destinado aos premiados.

No ano de 2000, há modificações no formato do conteúdo comunicacional que passou a ser denominado como *Notícias do Patrimônio – Informativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Já no sítio on-line do IPHAN, este mesmo

material é armazenado, sendo chamado de Revista. Aqui, adotaremos informativo, por assim estar intitulado. Seu formato apresentou-se mais extenso, trazendo, desta vez, depoimentos dos participantes sobre suas ações e dos jurados participantes da Comissão Nacional de Avaliação.

Figura 5 – Capa do Informativo de 2000



Fonte: Arquivo Central – Brasília

O texto de abertura foi redigido por Carlos Henrique Heck[82] (IPHAN, 2000b), presidente do IPHAN 1999 a 2002. Heck inicia seu texto, caracterizando o PRMFA

[82] Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1964), especialização em Museologia e em Evolução pela Universidade de São Paulo e mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Durante a Ditadura Militar exilou-se na Inglaterra e na França, onde lecionou na Faculdade de Arquitetura de Grenoble. É professor universitário.

como uma das ações mais “apreciadas” pela Instituição, em prol da divulgação do patrimônio cultural.

> O que traz tanto carinho e prestígio para esta premiação anual é, sem dúvida, o fato de que ela representa o momento de verificar que a sociedade brasileira vem cuidando cada vez melhor do seu patrimônio histórico e artístico. Constatamos que os cidadãos brasileiros conhecem e reconhecem mais profundamente a sua cultura, reforçando assim a sua cidadania (...). Observamos a participação ampla da sociedade, de forma coletiva ou individual, por meio de entidades públicas e privadas (IPHAN, 2000b, p.02).

Identificamos que o autor, nesta ocasião, destaca – três vezes apenas no trecho supracitado –, que os projetos que se inscreveram representaram um indicativo do que a sociedade apreende como patrimônio cultural, como agem e se articulam, para além das políticas de intervenção direta da instituição. Apontamos, mais uma vez, que o PRMFA foi apresentado como uma ação de interação que coloca a instituição num papel de reconhecer outras formas de preservação.

Nesse sentido, a comunicação organizacional não se restringe a simples troca ou fornecimento de informações. Falamos, aqui, da comunicação que “age e sustenta os pilares da organização, suas representações, sua identidade, imagem” (ROSA; CATTO, 2014, p. 20), recorrendo a meios funcionais, como os ligados à produção jornalística, à promoção de eventos e à publicização de suas ações. A comunicação empreendida pelo PRFMA busca, portanto, organizar seus processos comunicacionais junto à sociedade.

Neste mesmo ano, quando se instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial pelo Decreto nº 3.551, o presidente da instituição anunciou, em seu texto de apresentação, que todos os vencedores promoveram iniciativas de proteção que dialogaram com o patrimônio imaterial.

> O dado se mostra de especial relevância neste ano [2000] em que o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso assinou o Decreto 3.551 seguindo uma determinação constitucional, inspirada na proposta dos nossos pioneiros, ficando instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que formam o patrimônio brasileiro. Dessa forma, a premiação se coloca desde já como um paradigma de qualidade, um exemplo positivo, para as diversas iniciativas, públicas e privadas [...] A partir de agora vivemos um novo momento na histórica trajetória de nossa instituição, com a responsabilidade de atribuir o título de Patrimônio Cultural do Brasil a saberes, celebrações, lugares e formas de expressão do nosso patrimônio imaterial. Isso nos leva ao encontro da população, porque

> a responsabilidade de preservar os nossos bens culturais vai além das pesquisas acadêmicas ou do pensamento da elite intelectual, aproximando-nos das camadas populares (IPHAN, 2000b, p. 02).

Neste trecho, observamos que a promoção do PRMFA é desenvolvida, também, como um caminho a legitimar as políticas públicas do IPHAN. A comunicação difundida pela organização é empreendida para atender os interesses dos discursos da instituição, abordando, assim, questões que interferem na sua dinâmica (ROSA; CATTO, 2014).

As passagens ressaltadas no texto de Heck demonstram a preocupação em valorizar, com destaque, as políticas culturais de preservação do patrimônio imaterial que já estavam definidas nas diretrizes sobre Cultura da Constituição Federal de 1988. Essas proposições refletem a construção de um novo paradigma que, mesmo tendo sido debatido e definido na referida Constituição, somente se consolidou ao longo do tempo, com a abertura de debates e a implementação de políticas culturais mais participativas e democráticas.

A criação do Decreto 3.551 reforça a ideia e a importância de se garantir a preservação dos bens imateriais, contudo, institucionalmente, a salvaguarda deste bem não estava, de fato, institucionalizada. Não havia, por exemplo, um departamento responsável em gerenciar esta política ou a difusão de ações nesse sentido, ainda que o Decreto estivesse aprovado.

Neste momento, as políticas culturais do Estado, regidas pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, estão em consonância com a visão neoliberal, ou seja, uma redução da presença do Estado e ações voltadas ao financiamento cultura, com forte presença da iniciativa privada (REIS, 2010).

Após a apresentação redigida por Heck (IPHAN, 2000b), foi publicado um pequeno texto assinado pelo ministro da Cultura Francisco Weffort[83], que atuou na gestão de Cardoso.

Assim como em 1995, foi exaltada a figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade como alguém que procurou consolidar um ideal de preservação. O ex-diretor, mais que "incutir em todos nós a consciência da importância desse trabalho, suas ideias perpetuam, não só o modelo atual de ações patrimoniais, como em todas as inovações que estão sendo realizadas" (IPHAN, 2000b, p. 02). O ministro também reforça o reconhecimento por parte do Estado do patrimônio imaterial: "Podemos, afora, pensar não apenas no

[83] Cientista político, formado pela Universidade de São Paulo. Foi membro fundador do Partido dos Trabalhadores, deixando o cargo para assumir como ministro de Fernando Henrique Cardoso, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira. Weffort ficou à frente do MinC entre 1995 e 2002

Patrimônio material – aquele de ‘pedra e cal’ – mas, também, nos bens intangíveis – o patrimônio imaterial” (IPHAN, 2000b, p. 02).

Ainda que os textos de ambos reforcem que havia um reposicionamento institucional, devemos frisar que, dentre as categorias do Prêmio, não havia uma que fosse dedicada ou que em sua descrição enfatizasse o reconhecimento de bens de natureza imaterial. Outro ponto é que, apesar da promulgação do Decreto em questão, naquele ano, não houve qualquer bem cultural que recebesse o reconhecimento do Registro. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, identificamos que apenas dois bens culturais imateriais foram reconhecidos formalmente como Patrimônio Cultural do Brasil: Ofício das Panelas de Goiabeiras, primeiro bem imaterial registrado pelo IPHAN no Livro de Registro dos Saberes, em 2002; e Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi, inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão, no mesmo ano.

Na gestão de Cardoso e Francisco Weffort, os investimentos privilegiaram políticas culturais que dessem visibilidade publicitária e de marketing à cultura (REIS, 2010). No caso da área do patrimônio, no ano 2000, iniciou-se, efetivamente, o Programa Monumenta, que vinha sendo concebido desde 1995. O Programa, viabilizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Ministério da Cultura, consistia na recuperação de cidades históricas e áreas tombadas, com o objetivo de trazer desenvolvimento econômico e social para essas localidades (IPHAN, 2009).

Além do que, neste contexto, se conferiu maior agilidade à aplicação de uma das principais leis de incentivo[84], a Lei Rouanet[85].

> Durante a gestão do Ministro Francisco Weffort (1995-2002) o governo federal diminuiu o nível dos investimentos públicos na área da cultura, repassando para a iniciativa privada a responsabilidade de decisão sobre os rumos da produção cultural. Os recursos oriundos da renúncia fiscal prevista pela Lei são públicos, são parte do imposto de renda devido pelas empresas ao governo. A Lei permite que o setor privado decida individualmente onde esses recursos serão investidos. Cumpridas as exigências burocráticas, os proponentes têm seus projetos aprovados na Lei e ganham um certificado. Com a aprovação, o proponente do projeto sai em busca de um patrocinador (CALABRE, 2007, p. 08).

[84] As leis de incentivo são aquelas que oferecem “benefício fiscal (à pessoa física ou jurídica) como atrativo para investimentos em cultura. Existem hoje leis de incentivo federais, estaduais e municipais. Dependendo da lei utilizada, o abatimento em impostos pode chegar até a 100% do investimento’’. Disponível em: < Site www.marketingcultural.com.br>. Acesso em 16 abr. 2017.

[85] Lei° 8.313, promulgado em 23 de dezembro de 1991. Responsável por injetar recursos financeiros no setor cultural através do mecanismo de renúncia fiscal.

Em 2000, foram inscritas 86 ações, e os vencedores foram: Categoria Apoio Institucional e Financeiro – Instituto Moreira Salles, de São Paulo (SP), pelo trabalho de Formação e organização de acervos fotográficos, literários, cinematográficos, de artes plásticas e de música popular brasileira, que visou à preservação e a disponibilização para o público; Divulgação – Secretaria da Cultura do Governo do Estado de Tocantins, pelo desenvolvimento do projeto Conhecendo e Preservando as Culturas Indígenas do Tocantins, que realizou documentário videográfico para utilização em sala de aula; Educação Patrimonial – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo pela produção do Dossiê MAE – Guia temático para professores, uma série de guias que foram produzidos para o público escolar, visando à melhoria da qualidade da relação museu/escola; Inventário de Acervos e Pesquisa – Dinara Helena Pessoa, de Recife (PE), pela produção e divulgação do CD Pastoril: Viva o Cordão Azul! Viva o Cordão Encarnado! e um vídeo, ambos eram o registro de dez anos de pesquisa com grupos da pastoral religiosa, em Pernambuco, Paraíba e Alagoas; Preservação de Bens Móveis e Imóveis – Centro Cultural Pró-Música, de Juiz de Fora/MG, pela realização do Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga, de encontros de musicologia histórica, gravação de CDs, restauração de partituras e instrumentos musicais e edição de livros; Proteção do Patrimônio Natural e Arqueológico – José Mariano Klautau de Araújo e Dula Maria Bento de Lima, pela Escola Bosque do Amapá, que formava alunos, do ensino básico ao profissionalizante, de 32 comunidades do Arquipélago do Bailique.

Retomando a afirmação de Carlos Heck, de que todos os vencedores do PRMFA desenvolveram iniciativas de salvaguarda dos bens imateriais, vemos que isso não se confirma por completo, quando identificamos que o teor principal de algumas dessas ações estava voltado à preservação de acervos, à educação patrimonial e à divulgação, como a produção de um guia, por exemplo.

O informativo, enquanto um produto da prática comunicacional, articula o discurso acionado pela Instituição aos seus interlocutores, objetivando produzir o seu entendimento (MARQUES; MARTINO) sobre o andamento das ações culturais.

Enquanto material de comunicação institucional, nos apresenta uma determinada leitura sobre a qual podemos perceber nuances que estão ausentes em documentos mais

protocolares, como o edital, ainda que sejam instrumentos importantes. No ano 2000, o edital indicava critérios e a disposição de regras e normas. Publicado no dia 16 de junho de 2000, traz como chamamento:

> O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, nova denominação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, nos termos da Lei 8. 666, de 21.06.93 e alterações posteriores, torna público aos interessados que receberá até o dia 28 de agosto de 2000, em nível nacional, por meio de suas Superintendências Regionais, trabalhos representativos de ações preservacionistas relativos ao Patrimônio Cultural, para concorrerem ao Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do ano 2000. Os trabalhos serão encaminhados à Comissão Nacional de Avaliação, que proferirá o resultado final no mês de novembro deste ano, sendo conferida a premiação no mesmo mês, dia e local a ser designado, mediante prévia divulgação (IPHAN, 2000c, p. 02).

O edital de 2000 trouxe, em seus dez itens, orientações de inscrição, descrição dos processos de realização do Prêmio e critérios de seleção. Há, portanto, uma mudança significativa, em relação ao ano de 1995, com o fornecimento de informações mais descritivas ao público. Além disso, no item 10, identificamos a abertura de um canal de comunicação com os participantes.

> 10. As dúvidas que surgirem na interpretação das disposições contidas neste edital ou ainda quanto à apresentação dos trabalhos representativos das ações preservacionistas, serão resolvidas e esclarecidas pelo Departamento de Promoção do IPHAN que atende no SBN Quadra 02 Bloco F 2º andar Edifício Central Brasília, na cidade de Brasília/DF, telefones (061) 414.6176, 414.6190, 414.6194 e 414.6196 – fax: (061) 414.6126 e 414.6198, ou pelas Superintendências Regionais cujos endereços estão indicados no item 2 deste edital, de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 18:00 horas, onde os interessados poderão,também, obter cópia integral do presente edital (IPHAN, 2000c, p. 05).

A abertura de canais informativos pela gestão pública apresentou o acesso à transparência da informação e a possibilidade de, junto à instituição, sanar dúvidas ou questões por parte dos participantes. Não podemos avaliar, nesta pesquisa, até porque não é nosso objetivo, se este procedimento potencializa ou se desdobra em intervenções mais diretas da sociedade na condução dos processos institucionais. Contudo, o texto do edital propõe um diálogo entre as partes que investigamos – Estado-sociedade – com compromisso informativo.

Na edição de 2000, ainda, identificamos como mudança o fato da Comissão Nacional de Avaliação ser composta por "personalidades de notório saber técnico e profissional, nas diferentes áreas da cultura" (IPHAN, 2000c, p. 04), como consta no item 5 do edital.

A Comissão deste ano foi presidida por Carlos Heck e integrada por: Andréa Curi Zarattini, geógrafa e representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Ana Maria Costa, antropóloga e representante da Fundação Nacional do Índio (Funai); Antonia Maria Coimbra de Andrade, graduada em Comunicação Visual da Secretaria do Livro e Leitura do Ministério da Cultura; Carlos Alberto Xavier, bacharel em Ciências Contábeis, especialista em Desenvolvimento Organizacional, ocupava o cargo de assessor especial no Ministério da Educação; Eliane Pszczol, socióloga e representante da Fundação Nacional de Artes (Funarte), em 1991, atuou no IBPC, quando elaborou junto com Mauro Chaves o Prêmio Memória Viva; Jônatas Barreto, arquiteto e representante da Fundação Cultural Palmares; Leocádia Alves da Silva, da Frente Parlamentar em Defesa do Patrimônio; Luciano Milhomem, assessor de comunicação na Unesco; Maria Cecília Londres Fonseca, da Secretaria de Patrimônio Museus e Artes Plásticas do MinC, pesquisadora na área de patrimônio cultural; Renato Tarciso de Sousa, historiador e professor do Departamento de Ciências da Informação e Documentação da UnB; Roselis Perrupato, arquiteta do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur); e Sílvia Ninita de Moura Estevão, mestre em Ciências da Informação e coordenadora de Documentos Escritos do Arquivo Nacional.

Em relação à Ata de reunião do ano de 1995, que apenas listou os vencedores e indicou a data de sua realização, a do ano 2000, ainda que não trouxesse falas e considerações dos jurados, detalhou as etapas de votação:

> A Comissão Nacional iniciou a avaliação por categoria. A primeira categoria estudada foi Apoio Institucional e Financeiro. Os jurados apresentaram um resumo dos trabalhos inscritos nessa categoria, recomendando-os, ou não, para serem distinguidos com o Prêmio e mostrando aos demais jurados o dossiê sobre cada ação enviada. O material ilustrativo também foi apresentado juntamente com as ações, ou seja, programas de vídeo e áudio, cd rom, livros, cartazes, fotografias, etc. Logo após a apresentação, os jurados esclareceram as dúvidas que surgiram sobre os trabalhos analisados. Em seguida, o Presidente abriu o debate sobre as ações inscritas. Esse foi o procedimento adotado para análise de todas as ações (IPHAN, 2000a, p. 01).

Na Ata, identificamos, principalmente, o perfil dos convidados a compor a Comissão Nacional, advindos de diversas instâncias do campo estatal ou organizacional na área da cultura. Os critérios de escolha e de tomada de decisão dos vencedores não foram elencados de maneira sistematizada. Porém, na leitura do conteúdo do documento, avaliamos que a atuação dos jurados é um fator de influência na trajetória e ocorrência de mudanças na estrutura do PRMFA. É neste momento que o IPHAN se depara com as observações de outras instâncias e setores, que tecem sugestões de aperfeiçoamento. No texto, Maria Cecília Londres Fonseca sugeriu que os jurados, em suas falas, apresentassem as iniciativas inscritas e não apenas proferissem seus votos, e que houvesse um espaço maior na ficha de inscrição para que os interessados pudessem descrever os projetos de maneira mais completa.

Vistas as análises sobre estes dois períodos, podemos propor como inferência que, após cinco anos do lançamento do primeiro edital oficial, regras e determinações foram aperfeiçoadas, o que consolidou o Prêmio como uma ação cultural de interesse público, bem diferente do que se apresentou nos anos de 1987 e 1993, principalmente. No trecho a seguir, transcrevemos a deliberação sobre um projeto que não se adequava às determinações institucionais.

> A Comissão Nacional foi unânime em reconhecer que a ação Campanha de divulgação do Patrimônio Histórico do Ceará, da Ágil Publicidade, é apresentada de forma ambígua, pois divulga a mensagem de que o IPHAN é o promotor da campanha, o que fere o Edital. O Presidente então propôs a retirada da ação, no que foi unanimemente acatado pela Comissão Nacional de Avaliação (IPHAN, 2000a, p. 2).

O Edital funciona como um instrumento da ação pública; um instrumento regulador que, quando indissociável dos agentes que lhe fazem uso, têm a capacidade de aprimorar a ação (LASCOUMES; LES GALÈS, 2012), nos termos institucionais. No caso, os jurados da Comissão Nacional são um desses agentes que prestam, no momento das deliberações e debates, uma função de aprimoramento por suas interpretações e papel de regular e orientar o andamento do momento deliberativo, conferindo aplicabilidade dos critérios previstos no edital. Dessa maneira, comparando os anos de 1995 e 2000, avaliamos que as mudanças caminham na consolidação de uma interação transparente e informativa e de uma ação de caráter público.

Para iniciarmos a análise do ano de 2006, é importante situarmos que o IPHAN já havia instituído o seu Departamento de Patrimônio Imaterial desde 2004. Em 2005, o PRMFA insere a categoria Salvaguarda de Bens de Natureza Imaterial.

Após estas pontuações, iniciamos o estudo sobre os documentos referentes a 2006, indicando que, neste mesmo ano, encerrou-se a primeira gestão de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da República. Assim, o país se encontra sob outra gestão governamental em relação aos anos anteriores. Já o presidente do Instituto era o arquiteto Luiz Fernando Carvalho Almeida[86].

O documento de 2006 é denominado Revista, no sítio eletrônico do IPHAN, e, em sua intitulação, não consta o termo informativo. Por isso, o chamaremos de Revista. Além disso, como indicou Mendes (2017), internamente, durante sua atuação na promoção do Prêmio, este material era assim chamado. A Revista, nomeada com a efeméride *Olinda 1ª capital brasileira da cultura*, abre com texto do então ministro Gilberto Gil.

> O Brasil em razão de sua formação histórica e social constitui ao longo do tempo um rico e expressivo patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial.
> Um país se afirma na medida em que, ao reconhecer a importância de sua cultura e sua memória, se empenha em inventariar, proteger e divulgar o seu patrimônio cultural. Nos assenhorearmos dessa memória, conservá-la e cultivá-la é condição fundamental para que nos tornemos a nação que queremos ser.
> Preservar o nosso patrimônio cultural é, ainda, uma forma de propiciar aos brasileiros conhecerem melhor o Brasil – tese insistentemente defendida por Mário de Andrade -, bem como é um fator para alicerçar nossa identidade cultural.
> Com o intuito de valorizar e reconhecer as ações desenvolvidas em favor desse legado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional instituiu em 1987 o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, fundador dessa instituição.
> O referido Prêmio compõe-se de sete categorias: Apoio Institucional e/ou Financeiro, Divulgação, Educação Patrimonial, Pesquisa e Inventário de Acervos, Preservação de Bens Móveis e Imóveis, Proteção do Patrimônio Natural e Arqueológico e Salvaguarda de Bens de Natureza Imaterial. As Superintendências Regionais do Iphan analisaram 163 ações e foram pré-selecionados 61 trabalhos pelas Comissões Regionais para avaliação da Comissão Nacional. Os trabalhos premiados expressam a importância e a gama de ações que são realizadas no âmbito do patrimônio cultural.

[86] Formado em arquitetura e urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Foi professor, por 16 anos, na Universidade Católica de Santos, na Fundação Armando Álvares Penteado e na Universidade Paulista. Atuou em cargos público, ligados à área de desenvolvimento urbano, no estado de São Paulo. Um dos coordenadores do Programa Monumenta. Presidiu o IPHAN entre 2006 e 2012.

> Ao celebrarmos o trabalho dos agraciados pelo Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, em sua 19ª edição, estamos simbolicamente reconhecendo o empenho e a dedicação de todas as pessoas e entidades que desenvolvem ações em prol da preservação desse valioso patrimônio material e imaterial, que expressa o modo singular de ser brasileiro (IPHAN, 2006d, p. 02).

É importante associarmos esse cenário com a política de governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011)[87]. Em sua gestão, foi latente a abertura dos debates que envolviam a temática da diversidade, assim como ações de caráter participativo e social, sem contar o crescimento econômico que favoreceu, ainda mais, o investimento em ações culturais plurais.

A própria indicação de um artista como Gilberto Gil para o Ministério da Cultura, que ocupou o cargo de 2003 a 2008, mostra a importância atribuída às políticas culturais. Sua gestão enfatizava o papel ativo do Estado e criticava as leis de incentivo fiscais, que colocavam nas mãos das instituições privadas a gestão da cultura.

A respeito da gestão Gil, Rubim (2010) comenta:

> O próprio Gil disse que sua gestão seria abrangente, contra todas as recomendações de políticos e profissionais de marketing político que viam nisto um perigo. Para além da abrangência de registros, a nova atitude do Estado se fez, quase em sua totalidade, em conexão com a sociedade. O diálogo deu substância ao caráter ativo, abrindo veredas para enfrentar outra das tristes tradições: os autoritarismos. O desafio de formular e implantar políticas culturais em circunstâncias democráticas foi colocado na agenda do Ministério. A modalidade de autoritarismo que, historicamente, associava regimes autoritários e desenvolvimento de políticas culturais, era enfim colocada em questão no País. A interlocução com a sociedade concretizou-se através de uma assumida opção pela construção de políticas públicas (RUBIM, 2010, p. 13).

A adoção de uma noção ampliada sobre a cultura permitiu que o Ministério deixasse "de ter seu raio de atuação circunscrito ao patrimônio (material) e às artes (reconhecidas) e abra suas fronteiras para outras culturas: populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientação sexual; das periferias; audiovisuais; das redes tecnológicas digitais etc" (RUBIM, 2010, p. 14). Rubim (2010) não descarta as dificuldades que o Ministério teve em abraçar uma ideia antropológica da cultura, pois,

[87] Segundo dados divulgados pelo Instituto Datafolha, a estabilidade econômica, a retomada do crescimento do país e a redução da pobreza e da desigualdade social contribuíram para que Lula tivesse uma aprovação popular que atingiu a média de 83% no período final de seu segundo mandato, em 2010. Fonte: Datafolha. Brasil. 19 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/no- ticias/aprovacao-de-lula-chega-a-83-diz-datafolha-20101219.html>. Acesso em: 29. jan. 2016.

como Isaura Botelho (2001) colocou, em termos institucionais, o conceito antropológico de cultura pode se tornar inexequível, já que depende de uma gestão uníssona em todo o Governo, o que, dificilmente, ocorre. Porém, norteou as principais linhas de atuação do MinC de valorização da diversidade e da pluralidade. Escolhas que influenciaram as políticas de patrimônio e trouxeram políticas efetivas, como a criação de departamentos, e, no âmbito do Prêmio, a instauração da nova categoria voltada aos bens imateriais.

A estratégia criada por sua gestão foi a construção de políticas culturais como programas de Estado.

> As políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade (OLIVEIRA, 2011, p. 329).

Essas políticas se efetivaram a partir de tomadas significativas, como a realização da primeira Conferência Nacional de Cultura, em 2005, com a participação decisória da sociedade em projetos e programas que fariam parte das políticas culturais. É neste momento que ocorre a implantação do Sistema Nacional de Cultural e do Plano Nacional de Cultura (PNC), que articulou a participação do governo federal, poder legislativo e sociedade civil. O Plano foi inserido na Constituição pela Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005, e depois aprovado como Projeto de Lei nº 6.835, de 2006. Sua regulamentação se dá pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

A elaboração do PNC foi resultado das conferências e outras políticas culturais participativas, capitaneadas nesta gestão, quando, de fato, podemos considerar a inclusão direta da sociedade na instância legisladora. Ainda que, no governo militar, em 1975, tenha surgido a proposta de um Plano de Cultura, este, mais uma vez, estava voltado a uma essência autoritária e à melhoria da imagem do regime (VARELLA, 2014), sem considerar as demandas sociais. No caso do PNC da gestão Gil, vemos surgir

> o primeiro instrumento de sistematização jurídico-institucional no campo das políticas públicas de cultura estabelecido em um período democrático [...] trata-se do primeiro plano de nível nacional que possui previsão constitucional, força de garantia institucional e que conta com a regulamentação por lei formulada sobre padrões democráticos, tanto do ponto de vista do processo legislativo, quanto de sua concepção colaborativa resultado da participação social (VARELA, 2014, p. 96-97).

As políticas e ações do Estado, portando, voltaram-se à diversidade das expressões culturais. Nesse contexto, institui-se a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, ligada ao MinC, pelo Decreto nº 5.036, de 7 de abril de 2004, no ano posterior à Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco, publicada em 2003. A criação desta Secretaria representou a elaboração de políticas que contemplassem os diferentes grupos culturais. Demonstra uma transformação na postura do Ministério, comparada às gestões anteriores, em relação a culturas antes não contempladas, como a "dos ciganos, dos povos indígenas, do público LGTB e das culturas populares, por exemplo" (SANTOS *et al,* 2010, p. 65). As mudanças políticas do Governo Lula estão ligadas à ideia de uma cidadania cultural. A dimensão cidadã entende a cultura como um direito social básico vinculado às possibilidades "de exercício da cidadania, que incluem o direito à informação e à participação direta e plural nas instâncias democráticas de formulação e implementação das ações públicas" (VARELLA, 2014, p. 129).

Na concepção de Chauí (2006), o Estado deve garantir a cidadania cultural

> como um direito do cidadão e, portanto, assegurar o direito de acesso às obras culturais produzidas, particularmente o direito de fruí-las, o direito de criar obras, isto é, de produzi-las, e o direito de participar das decisões sobre políticas culturais (CHAUÍ, 2006, p. 136).

Neste contexto, frente às mudanças paradigmáticas, realiza-se a edição de 2006 do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. O panorama político apresentado reverbera no texto do ministro Gilberto Gil para a abertura da Revista, em que aborda a abrangência das expressões culturais em suas formas representativas e recorrem às ideias de Mário de Andrade, diferentemente, dos gestores anteriores que, por vezes, traziam o nome do próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Sucede-se à redação de Gilberto Gil o texto do presidente do IPHAN, Luiz Fernando de Almeida. Neste, é reforçado o ambiente político iniciado na gestão Lula. Almeida promove um discurso que inclui como pautas a diversidade e a participação da sociedade civil. Tais premissas orientaram a formulação, implantação e operação real de políticas públicas em cultura com a participação social, como a criação do PNC e um

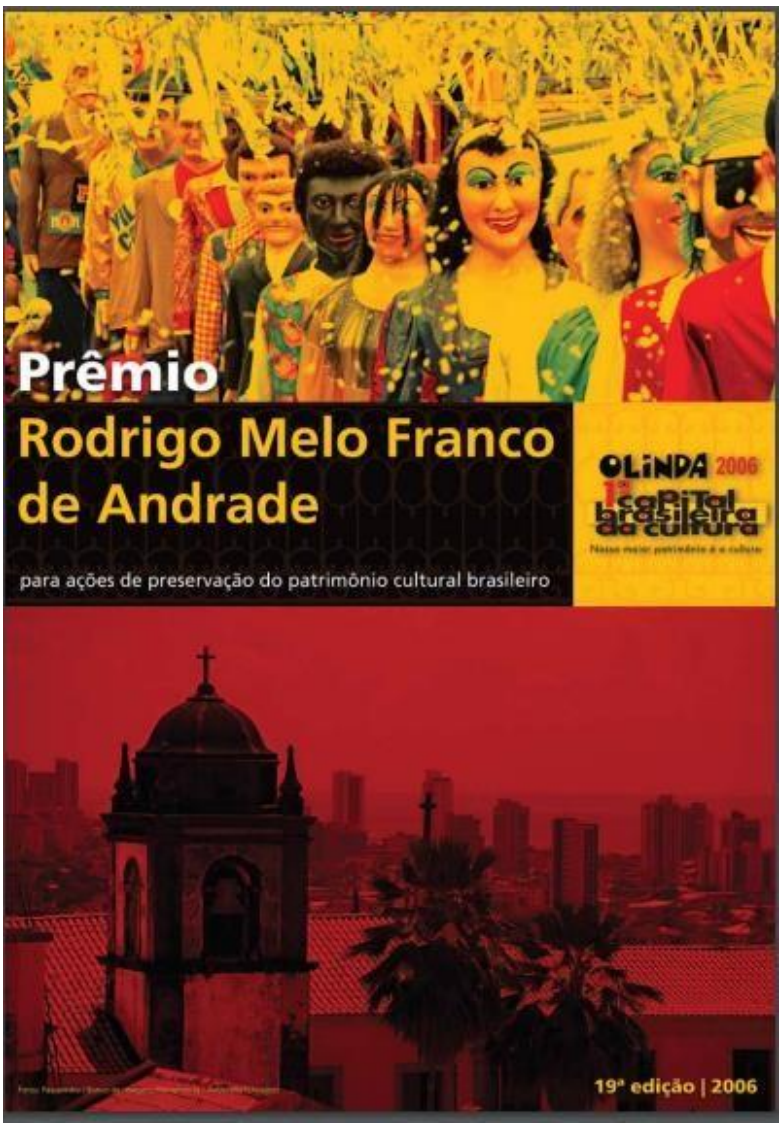
real investimento nas políticas de patrimônio que contemplassem grupos indígenas e de matriz africana.

> As iniciativas apresentadas não se concentram em locais onde tradicionalmente se exercitam as políticas de patrimônio, aliás, é cada vez mais presente nas premiações, ações não apenas sob a responsabilidade do poder público, mas com o protagonismo da sociedade civil.
> A cerimônia de entrega das premiações é o momento em que o IPHAN homenageia e reconhece o esforço e o trabalho que a sociedade brasileira realiza para a preservação do seu patrimônio cultural, e é também a explicação da necessidade de compartilhamento da responsabilidade de todos para o desenvolvimento cultural do país (IPHAN, 2006c, p.02).

O cerne deste texto destaca o papel da sociedade civil enquanto partícipe dos processos de proteção e salvaguarda e a gerência descentralizadora do Estado, ainda que este seja atuante e promotor de políticas e ações. A ação cultural moderna integra os pressupostos de uma democracia social, facilitando processos de comunicação com a sociedade e promovendo "o acesso da população ou clientelas específicas aos bens culturais, ou à atividades, serviços e processos de aprendizagem" (CUNHA, 2010). Dessa maneira, favorecida por uma política cultural de Estado que promove a diversidade, a ação cultural se faz como um desses braços de atuação dentro da estrutura organizacional.

No segundo parágrafo, a cerimônia de premiação é caracterizada como um ato de compartilhamento "da responsabilidade de todos", o que diverge dos discursos iniciais que pretendiam promover a cerimônia de premiação como um grande ato. No texto de Luiz Fernando de Almeida, também não identificamos uma referência à figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade. A menção a seu nome vem em texto à parte que explica sua trajetória.

Figura 6 – Capa da Revista 2006



Fonte: Arquivo Central – Brasília

Sobre os investimentos em produção e divulgação, localizamos um documento de planejamento que não inclui divulgação nos meios de comunicação, como em 1995, mas que destina uma verba significativa aplicada à cerimônia de premiação, no valor de R$ 241.970 (IPHAN, 2006d).

Já a Comissão julgadora em âmbito nacional foi composta por Ana Luiza Membrive Martins, arquiteta e diplomata da Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais Culturais do Ministério das Relações Exteriores; Ana Maria Costa, antropóloga da Funai; Andrey Rosenthal Schlee, arquiteto e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília; Aroldo de Oliveira Braga, advogado e assessor da Comissão

Episcopal para a Cultura, Educação e Comunicação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Carlos Alberto Ribeiro Xavier, assessor do Ministério da Educação; Helena Dood Ferrez, historiadora e coordenadora de Documentação e Informação da Funarte; Jurema de Sousa Machado, arquiteta e Coordenadora de Cultura do Escritório da Unesco no Brasil; Liliana de Salvo Souza, jornalista e técnica da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente; Luiz Antonio Lopes Pereira, turismólogo e Consultor de Turismo Social na Coordenação Geral de Segmentação do Turismo do Ministério do Turismo; Maria do Rosário Almeida, gestora cultural e Assessora Técnica da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados; Napoleão Alvarenga Filho, da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura; Oscar Manoel da Costa Gonçalves, economista e Coordenador de Editoração da Fundação Biblioteca Nacional; Renato Nunes Balbim, geógrafo e coordenador do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério da Cidade; Roberto Muniz Barretto de Carvalho, geógrafo e mestre em história, era chefe do Serviço de Documentação e Acervo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq; e Sandra Beatriz Moraes da Silveira, cientista social e Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica da Fundação Cultural Palmares.

Naquele ano, houve entrega de prêmios nas seguintes categorias[88]: Apoio Institucional e/ou financeiro – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) pelo desenvolvimento do Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS; Divulgação – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), em São Paulo, pelo desenvolvimento do Projeto Terra Paulista: histórias, arte, costumes, que ofereceu um painel amplo e detalhado sobre a formação de São Paulo e tornou público um acervo sobre as artes, tradições e o cotidiano paulista até metade do século XX; Educação Patrimonial – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), pelo desenvolvimento da ação Educação Patrimonial no Alto Paraná, Mato Grosso do Sul: Socialização do Conhecimento Arqueológico; Pesquisa e Inventário de Acervos – Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná, pelo desenvolvimento do Catálogo Seletivo de Documentos Referentes aos Africanos e Afrodescendentes Livres e Escravos; Preservação de Bens Móveis e Imóveis – Conselho Nacional de

[88] As descrições de cada projeto foram reproduzidas como consta no portal on-line do IPHAN.

Arquivos/Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro, pela elaboração da Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital Brasileiro – Preservar para dar acesso; Proteção do Patrimônio Natural e Arqueológico – Zanettini Arqueologia S/S Ltda., do Mato Grosso, pelo projeto Fronteira Ocidental: Arqueologia e História de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT; Salvaguarda de Bens de Natureza Imaterial – Ana Vilacy Moreira Galucio, do Museu Paraense Emílio Goeldi, no Pará, pelo projeto Documentação da Língua Puruborá: Contribuição para a Salvaguarda do Patrimônio Linguístico, projeto que foi criado com o objetivo de realizar a documentação científica e o estudo da língua Puruborá, a ação contribuiu para a salvaguarda e valorização dos conhecimentos tradicionais do povo Puruborá.

A Ata (IPHAN, 2006a), desta edição, teve uma redação detalhada sobre os depoimentos dos jurados e suas respectivas avaliações. Dessa maneira, foi possível observar com mais precisão os perfis de cada um dos projetos participantes e outras informações. Para facilitar a leitura dividimos a análise da Ata de acordo com as categorias, mencionando, primeiramente, o projeto vencedor e, em sequência, quais os critérios proferidos pelos jurados no processo de seleção.

Apoio Institucional e/ou Financeiro

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) pelo desenvolvimento do Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS. Tinha o objetivo de preservar o legado cultural, representado por 12 prédios históricos da Universidade, reconhecidos como patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul. Dois deles, a Faculdade de Direito e o Observatório Astronômico, foram tombados pelo IPHAN, em 2000. Por meio de campanha na mídia, foram captados mais de R$ 12 milhões, obtidos não apenas entre as grandes empresas, mas, também, junto à comunidade acadêmica e à sociedade gaúcha. Com isso, até 2005, seis prédios foram restaurados.

Aroldo Braga da CNBB, parecerista da ação, deu parecer favorável e ressaltou a ação como abrangente e original por ter buscado o financiamento em campanhas de divulgação em meios de comunicação, o que mobilizou a comunidade acadêmica e a sociedade civil. Já os jurados Andrey Schlee e Luiz Antonio Pereira relataram que estudaram na respectiva Universidade. Luiz Antonio Pereira disse que os prédios seriam parte da “história de muita gente” (IPHAN, 2006a, p. 17) e por isso sua restauração teria utilidade prática.

Falamos, aqui, de uma ação de preservação tradicional, que consistiu na restauração e recuperação de prédios que já estavam protegidos. Contudo, identificamos que houve uma participação social no método de financiamento, envolvendo a comunidade local e representantes da instância acadêmica. Dessa maneira, o teor desta ação corresponde à ideia de gestão compartilhada redigida no discurso de Luiz Fernando de Almeida.

Divulgação

Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)[89], em São Paulo, pelo desenvolvimento do Projeto Terra Paulista: histórias, arte, costumes. A ação correspondeu à produção de uma diversidade de mídias e evento – livros, materiais didáticos, documentários e exposições – pela qual buscou divulgar suas atividades e pesquisas sobre a formação cultural do estado de São Paulo, tornando público o acervo artístico, das tradições e do cotidiano paulista, que contribuíram para o desenvolvimento do estado até meados do século XX. Sua execução contou com o apoio da Unesco, do Instituto Votorantim, da Fundação Itaú Social, da Secretaria de Estado da Educação/SP, do Governo do Estado de São Paulo e da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

No processo de decisão sobre esta premiação, o relator Luiz Antonio Pereira, consultor de Turismo Social na Coordenação Geral de Segmentação do Turismo do Ministério do Turismo, caracterizou o projeto como de muita substância e conteúdo, que "priorizando a informação e a difusão, destaca o papel de índios, negros, mulheres e caipiras na consolidação de seus valores" (IPHAN, 2006b, p.04). No debate sobre quem seria o vencedor, Andrey Schlee avaliou que o processo decisório deveria dar prioridade às ações com caráter "mais aberto, que busquem a preservação de outros aspectos, isto é, aqueles não consagrados" (IPHAN, 2006a, p. 05). Já Jurema de Sousa Machado ressaltou que o valor desta ação resiste no resgate de aspectos do patrimônio imaterial da história paulista, apagados pelo progresso econômico. Vemos, aqui, uma preocupação com as ações que trouxessem a promoção da diversidade relacionada ao patrimônio cultural.

[89]O Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) é uma organização da sociedade civil, em atuação desde 1987. Sem fins lucrativos, o centro tem como objetivo o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria da qualidade da educação pública e à participação no aprimoramento da política social. Suas ações têm como foco a escola pública, os espaços educativos de caráter público ē as políticas e iniciativas destinadas ao enfrentamento das desigualdades. Disponível em: <http://educacaoi-ntegral.org.br/especialistas/cenpec/>. Acesso em 30 jan. de 2017.

A ação utilizou diversos instrumento informativos e mídias para divulgar suas pesquisas institucionais: publicações, eventos, materiais literários. Lançou três livros, na Coleção Terra Paulista, que foram distribuídos para 3 mil instituições culturais sem fins lucrativos; desenvolveu materiais paradidáticos: a série Terra Paulista Jovens, composta de fascículos e jogos, foi destinada a, aproximadamente, 900 escolas públicas do estado; produziu episódios em canais de TV; e, por fim, realizou exposição com recursos digitais e de cenografia.

Educação Patrimonial

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), pelo desenvolvimento da ação Educação Patrimonial no Alto Paraná, Mato Grosso do Sul: Socialização do Conhecimento Arqueológico. O projeto, por meio de ações educativas, difundiu o conhecimento sobre a proteção e importância do patrimônio arqueológico do Mato Grosso do Sul que, muitas vezes, era destruído, por conta da desinformação sobre seu valor enquanto patrimônio cultural. A ação foi desenvolvida com a distribuição de material informativo: folhetos, gibis, jogos de quebra-cabeça, livros e vídeos, que eram utilizados com as comunidades locais. A ideia deste projeto, segundo o seu parecerista Andrey Schlee, era democratizar as informações produzidas no âmbito da Universidade.

Identificamos uma ação comunicativa, desenvolvida a partir de um entendimento ampliado dos instrumentos de preservação e voltada à aproximação com a sociedade.

Pesquisa e Inventário de Acervos

Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná/PR, pelo desenvolvimento do Catálogo Seletivo, de Documentos Referentes aos Africanos e Afrodescendentes Livres e Escravos. Projeto que reuniu uma diversidade de correspondências e uma diversidade de documentos, a fim de recuperar as matrizes da cultura africana que se desenvolveram no Paraná no final do século XIX.

Napoleão Alvarenga, da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, destacou o projeto por trazer à tona a presença das populações negras na constituição da cultura paranaense, muito marcada por exaltar a presença europeia. A organização do catálogo "reflete as políticas governamentais do século XXI, de assumir seu papel na recuperação da história das populações excluídas que lutam por sua dignidade e inserção social" (IPHAN, 2006a, p. 14).

Jurema Machado também se pronunciou ao dizer que o inventário coloca em evidência a presença do negro no Sul do país, tema pouco abordado e de difícil acesso.

Preservação de Bens Móveis e Imóveis

Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), do Rio de Janeiro, pela elaboração da Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital Brasileiro – Preservar para ter acesso. Aprovada em 2004, a Carta teve o objetivo de conscientizar e ampliar a discussão sobre o legado cultural em formato digital e os possíveis riscos de seu desaparecimento, da falta de confiabilidade e de gestão. A Carta manifestou a urgência de políticas, estratégias e ações que garantissem a preservação em longo prazo e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais. A Carta foi elaborada com inspiração nas recomendações da Carta para a Preservação do Patrimônio Digital da Unesco, de 2003.

A relatora Jurema Machado destacou que o Prêmio serviria para "colocar em pauta um importante tema na preservação do patrimônio, isto é, o crescimento avassalador da tecnologia digital e o risco que isso oferece, pois pode desaparecer em um futuro breve" (IPHAN, 2006a. p. 15). Ou seja, o Prêmio como uma estratégia de enfrentamento de questões atuais, postas pelas novas tecnologias e modos de guardar informações.

Além disso, ressalta-se a preocupação com estratégias internacionais de cooperação. Passou-se a admitir, dentro das políticas e ações em cultura, o caráter globalizado como fator de desenvolvimento. Em discurso do ministro da Cultura a uma turma do Instituto Rio Branco, ligado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), Gilberto Gil destacou que era da alçada de sua gestão

> Reforçar a cultura brasileira, sua difusão no exterior, a constituição de um setor empresarial forte de produção e difusão, o grau de diversidade cultural e acesso, enfim, reforçar a identidade cultural do país e a sua capacidade de produzir e difundir esta cultura é algo que impacta diretamente o desenvolvimento do país e sua inserção no mundo globalizado (GIL, 2005, p. 4).

Proteção do Patrimônio Natural e Arqueológico

Zanettini Arqueologia[90], do Mato Grosso, pelo projeto Fronteira Ocidental: Arqueologia e História de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT. A iniciativa desenvolveu um extenso cadastro e o resgate do patrimônio arqueológico, histórico e cultural do município de Vila Bela, como parte do processo de implantação de um polo de turismo, com foco nas riquezas naturais e culturais existentes na região. O projeto identificou mais de 60 sítios arqueológicos e históricos, como aldeias indígenas, os primeiros arraiais de mineração, quilombos, postos e destacamentos militares, além de vilarejos erguidos e abandonados no período colonial. Além da identificação e geração de pesquisa, promoveu atividades educativas com os jovens para zelarem por seu patrimônio; gerou acervo arqueológico com exposição no Museu Municipal e promoveu a produção de um jogo interativo que reconstruiu virtualmente a antiga cidade de Vila Bela. A ação teve apoio da Secretaria de Cultura do município e orientação do próprio IPHAN.

O assessor do Gabinete do ministro da Educação (à época, Fernando Haddad), Carlos Alberto Xavier, ressaltou, em sua análise, que mesmo a iniciativa sendo um trabalho encomendado por uma empresa, desenvolveu-se com êxito e tinha a potencialidade de trazer desenvolvimento às comunidades locais e divulgar "valores da cultura brasileira" (IPHAN, 2006a. p. 06).

[90] A Zanettini Arqueologia é uma empresa privada voltada à prestação de serviços em arqueologia. No campo do licenciamento ambiental, a empresa promove avaliações, registros, programas de resgate e monitoramento para empreendimentos de diversos portes, que compatibilizem a preservação do patrimônio cultural e o desenvolvimento econômico social. Por suas atividades em prol da preservação do patrimônio cultural e divulgação da Arqueologia brasileira, a Zanettini Arqueologia foi agraciada com os prêmios Instituto Cultural Itaú – Novas Mídias, Loureiro Fernandes e João Alfredo Rohr, concedidos pela Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). Do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/ MinC recebeu o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. Informações disponíveis no *site on line da empresa:* http://www.zanettiniarqueologia.com.br/empresa.html. Acessado em: 30 de janeiro de 2017.

Salvaguarda de Bens de Natureza Imaterial

Ana Vilacy Moreira Galucio, do Museu Paraense Emílio Goeldi, no Pará, pelo projeto Documentação da Língua Puruborá: Contribuição para a Salvaguarda do Patrimônio Linguístico. Criada com o objetivo de realizar a documentação científica e o estudo da língua Puruborá, a ação contribuiu para a salvaguarda e a valorização de um patrimônio imaterial que vinha sendo ameaçado de desaparecimento. O projeto realizou uma extensa pesquisa sobre conhecimentos tradicionais do povo Puruborá, com o registro da conjugação de memórias e catalogação de vocabulário, documentação da língua e um detalhado levantamento etnográfico e histórico desse povo. Além da pesquisa, a ação teve como resultado a organização de uma Assembleia do povo Puruborá, que foi registrada em DVD e, hoje, integra o arquivo do Museu Goeldi.

A atribuição do PRMFA se deu pelo resgate cultural e científico, com possíveis consequências nas garantias aos direitos dos povos indígenas, como bem observou a parecerista Ana Maria Costa, então coordenadora de Saúde da Diretoria do Índio de Assistência ao Índio da Funai.

Após a análise dos informativos e Revista do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, observamos que a gestão do patrimônio não se esgota nos instrumentos, comumente, usados na prática preservacionista e inseridos nas jurisdições, assim como os debates acerca deste campo, também, não são provocados apenas em instância internas, como o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. As ações que difundem a diversidade e a pluralidade dos instrumentos e meios de preservação e proteção do patrimônio,

> (...) põem em circulação na sociedade ideias, imagens e objetos concretos que fixam uma determinada noção de patrimônio e desencadeiam uma prática que institui uma ‘norma de preservação’. Dessas operações surgem os “quadros” que permitem ver o que se instituiu como patrimônio num dado período, a prática que essa noção ensejou e que estratégias e objetivos políticos e econômicos comandaram (SANT’ANNA, 2004, p. 155).

Isso significa que uma ação cultural, no formato do PRMFA, suscita representações do que se reconhece como patrimônio. Não só pelo movimento institucional, que abre sua estrutura burocrática para a promoção deste Prêmio. A própria

sociedade, em interação e trocas comunicativas com as políticas, conceitos e ações, formula seus conceitos acerca do campo patrimonial e demonstra ao Estado seus entendimentos de como preservar iniciativas que se constroem em seu cotidiano, em seus grupos ou comunidades.

Tais instrumentos nos permitiram materializar os discursos da ação cultural do PRMFA e acompanhar como o Estado se coloca e se comunica diante da sociedade por meio de sua ação. Assim, as práticas comunicacionais vão se tornando um campo de investimento das instituições, com a finalidade de promover a interação, o acesso à informação e afirmar um determinado posicionamento e discurso, na intenção de que o reconheça como legítimo.

Os materiais informativos, as atas e os editais são instrumentos "portadores de valor, nutridos de uma interpretação do social e de concepções precisas do modo de regulação considerado" (LASCOUMES; LES GALÈS, 2012, p. 21). As instituições, dessa maneira, apropriam-se desses meios para estabelecer suas interações comunicacionais, uma vez que é por meio destas que "o indivíduo toma conhecimento das atividades da vida coletiva ao nível social; é a partir dessas informações que ele elabora uma representação de fatos e acontecimentos" (MARTINO, 2000, p. 113). Assim, para existirem enquanto representações do Estado, as instituições, ao mesmo tempo em que difundem seus valores internos, necessitam que estes sejam apreendidos e reconhecidos socialmente, pois sua existência depende desta relação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (PRMFA), objeto deste estudo, não se constitui na atualidade como uma ação localizada, isolada em seu interior institucional no IPHAN, imune às ressonâncias de propostas e ações mais pluralistas, ou dissociado da dimensão mais ampla e popular da sociedade.

Nos dias atuais, o Prêmio, com sua proposta de abertura e apropriação de conceitos reformulados sobre a noção de patrimônio cultural, representa uma mudança no contexto de ações circunscritas às políticas de preservação do patrimônio.

Ainda que, nos primeiros anos de constituição do IPHAN, o Prêmio tenha sido implementado de forma tímida e, de certo modo, um tanto dirigista, visto que sua gestão permitia a escolha aleatória de bens e valores culturais sem o efetivo concurso de candidaturas que viessem os aspirar, notou-se, ao longo deste estudo, que tal cenário começa a se alterar, na medida em que, gradativamente, o Prêmio passava a legitimar uma maior participação social (tanto das candidaturas quanto na constituição das comissões julgadoras), criando uma perspectiva mais favorável a sua ampliação.

Podemos dizer que esse cenário foi impulsionado pelo contexto de abertura democrática promovido, principalmente, pela Constituição Federal de 1988, que ampliou as possibilidades de debate na esfera pública. Ademais, o processo de globalização, o avanço das tecnologias e o aumento no fluxo das trocas de informações, apenas para citarmos três situações mais pontuais ligadas à nossa abordagem principal, contribuíram para implementação de processos de gestão e de instrumentos mais democráticos, uma vez que permitiram a circulação das informações levando em consideração a participação da sociedade e sua apropriação dessas informações para que pudessem candidatar suas propostas ao Prêmio.

No decorrer desta pesquisa, verificamos que as temáticas e possibilidades de investigação que podem emergir, ainda, do estudo sobre o patrimônio cultural relacionado às ações do PRMFA são amplas e poderiam trazer outros questionamentos que não estiveram no escopo de nossa proposta de estudo. Uma vez que toda investigação científica necessita de um recorte e de um direcionamento na sua abordagem, elencamos, como proposta metodológica, a investigação de dados colhidos em fontes como os documentos oficiais e as entrevistas com os técnicos e funcionários do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Elas se constituíram como vozes essenciais para o desenvolvimento de nossa narrativa, que ressaltou o contexto de implementação,

de execução e divulgação de uma ação cultural como é o caso do PRMFA.

Sabemos que a Premiação esteve sempre balizada pela atuação institucional, mas, também, por transformações ocorridas no entendimento do conceito de patrimônio cultural e, consequentemente, nas políticas públicas nesta área. Isso, principalmente, a partir de dois momentos situados entre a década de 1980 e os anos 2000, quando começaram a ser implementadas políticas significativas, norteadas pela ideia de referência cultural, pela promulgação da Constituição Federal e desenvolvimento das políticas de patrimônio imaterial.

Além disso, a admissão de condutas mais participativas para o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade serviu não só para a eficiência de suas ações, mas para se construir e legitimar enquanto instituição diante dos atores sociais. Todas estas questões reverberam, fortemente, nas mudanças que se operaram, tanto na dinâmica do PRMFA, quanto na própria organização interna da Instituição.

Quanto à análise mais específica sobre a Premiação, pôde-se perceber que as mudanças se deram, principalmente, em relação ao formato, a exemplo das transformações nos aspectos estruturais do Prêmio, que se reconfigurou em busca de uma maior diversidade na composição das Comissões Nacionais e Estaduais de avaliação e no investimento na produção de materiais de comunicação/divulgação. Isso demonstra como as dinâmicas da cultura provocam e mobilizam as instituições e os governos com vistas às atualizações em seu modelo de gestão.

Ademais, os documentos referidos, ao longo desta pesquisa, demonstram que o amadurecimento de suas ações culturais, verificado na crescente participação daqueles que se candidatam ao Prêmio, forjaram novos processos de gestão cujos processos decisórios valorizavam a ampliação das ações em favor de uma atuação social compartilhada. Para isso, passou a assegurar uma participação mais ampla da sociedade, à altura do reconhecimento e credibilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Nesse sentido, o perfil diferenciado daqueles que passam a ser contemplados com a premiação reflete mudanças estruturais na operação do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. Isto porque, na medida em que um novo conceito sobre a ideia de patrimônio cultural não se restringe, somente, aos bens materiais, ao patrimônio cultural erigido, abrange, também, o patrimônio imaterial, como os saberes e fazeres e os modos de criar tradicionais dos grupos sociais.

A partir dessa nova apropriação, que, em certa medida, se contrapõe à visão cristalizada que perduram nos primeiros anos do SPHAN, nas décadas iniciais do século XX, marcadas por uma única possibilidade de conduta institucional, admitem-se bens culturais referenciados em práticas e saberes que engendram a construção de uma imagem mais democrática em torno da instituição IPHAN.

Por isso entendemos que as transformações na concepção do prêmio PRMFA não decorrem, simplesmente, da submissão às normas e ordenamentos jurídicos, pois, ainda que sejam essenciais na orientação das ações das instituições públicas, fazem parte de um processo de lutas e disputas construídas entre IPHAN e sociedade. Resultado disso é o PRMFA, uma de suas principais ações culturais, que reconhece e destaca as mais diversas formas de expressão do patrimônio cultural.

Quando se pensa no contexto contemporâneo das democracias plurais, o Estado exerce um papel fundamental no sentido de proporcionar a pluralidade de participação social e promover a diversidade cultural acerca da relação que a sociedade tem com seu patrimônio cultural. O que significa dizer que, quando se constrói uma esfera de debates que se forja a partir de ações pluralistas com a ampla participação social, ocorre um fortalecimento das dos grupos sociais, e, por conseguinte, uma maior credibilidade dessas políticas que são empreendidas pelo Estado.

Buscar um processo democrático requer que a própria Instituição se questione quanto aos seus procedimentos, que, muitas vezes, ainda carregam a herança cultural personalista, com políticas descontinuadas ou instáveis. Além disso, verificamos a importância, para a ação do Prêmio, de aprimorar seus canais de transparência a fim de tornar todo o processo de execução da ação institucional mais aberto à população e, portanto, participativo. Acreditamos ser esse o caminho eficiente para a consolidação da cidadania cultural.

Por fim, entendemos que os estudos desenvolvidos durante a realização desta pesquisa, que se debruçou nos aspectos relacionados ao prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (PRMFA) e sua relação com as ações de fomento ao patrimônio cultural, notadamente, desenvolvidas pelo IPHAN, chegamos, sob certa medida, a uma reflexão crítica sobre algumas questões que norteiam este saber. Dentre estas, que as proposições, decisões, escolhas e transformações que surgem em relação às ações culturais desencadeadas pelo PRMFA não são regidas de maneira isolada, tampouco construídas em contextos distanciados do ambiente social, mas evocam a participação ativa da

sociedade que, quando motivada pelo contexto político favorável a sua atuação, ganha voz, reforça e amplia o alcance desta ação cultural.

Podemos considerar, nesta pesquisa, que a preservação do patrimônio cultural brasileiro, aqui tratado no âmbito de uma análise sobre o PRMFA, encaminha as instituições de fomento à cultura a novas condutas e a um sensível reposicionamento sobre a gestão dos bens culturais, materiais e imateriais, que possa favorecer ações difusoras e plurais, abrindo novos canais de participação em busca de um objetivo cada vez mais democrático.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. **Rodrigo e o SPHAN:** coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro, MinC/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ARNAUT, Jurema. Entrevista com Jurema Arnaut. In: GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. Trajetórias do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987-2008). Rio de Janeiro, IPHAN, 2015.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. In: **Opinião Pública**. Campinas: UFMG. vol. 18, nº 2, novembro, 2012, p. 383-398.

BARBALHO, Alexandre. Política Cultural. In: RUBIM, Linda. **Organização e Produção da Cultural**. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 33-53.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade:** para uma teoria geral da política. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional.** 25. Ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e política pública. In: **São Paulo em Perspectiva** - Scielo, v.15, n° 2, abr/jun, São Paulo, 2001. Dsiponível em:< http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf> Acesso em: 20 dez. 2017.

CALABRE, Lia. Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 58, p.137-156, jun. 2014.

_____. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: **ENECULT** – Encontro de estudos multidisciplinares em cultura, 3., 2007, Salvador. Anais...

Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2007. Disponível em:< http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/educacao-cultura/texto-111-2013-politicas-culturais-no-brasil-balanco-e-perspectivas.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CANCLINI, Néstor Garcia. O Patrimônio Cultural e a construção imaginário nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico**, Rio de Janeiro: IPHAN, n.º 23, 1994.

_____. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CÂNDIDO, Antonio; Castello, José Aderaldo. **Presença da Literatura Brasileira - Modernismo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CASALI, Adriana M. **Paradigmas em Comunicação Organizacional**. ALAIC, Buenos Aires, 2004.

CATTO, Camilo; Oliveira, Valeira. Uma Nova Habilitação para o Curso de Comunicação Social: perspectivas e contexto da Comunicação Organizacional. IN: **Anais** XIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul (Intercom Sul). Chapecó, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CERETO, Francisco. Rio de Janeiro, 19 abr. 1991. **Arquivo Central do IPHAN**. Seção Brasília.

CHARTIER, Roger. **História Cultural** – Entre práticas e representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

CHAVES, Mauro Jorge Cunha; PSZCZOL; Eliane. Prêmio Memória Viva Ante-Projeto. Rio de Janeiro, 1991. **Arquivo Central do IPHAN**/Seção Brasília.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, p. 147-165, 2012.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural.** Cultura e imaginário. São Paulo, Iluminuras, 1997.

COMPARATO, Fabio Konder. **Para viver a democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. O Programa de Cidades Históricas (PCH). In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Ana Lucia (Orgs). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

CRUZ, Grace Elizabeth. Entrevista com Grace Elizabeth Cruz. GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. **Trajetórias do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987-2008)**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2015. p. 87-103.

CUNHA, Newton. **Cultura e Ação Cultural:** uma contribuição à sua história e conceitos. São Paulo: Edições SESC SP, 2010. E-book.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP. 1994.

FERREIRA, Luiz de Cavalcanti de Azeredo Ferreira. Os intelectuais do Centro Nacional de Referência Cultural e a dinâmica do particular-universal (1975-1979). **XVI Encontro Regional de História** – ANPUH Rio: Saberes e práticas científicas. Rio de Janeiro: 2014.

FONSECA, Cecília Londres. Para além da 'pedra e cal': por uma concepção ampla de patrimônio". In.: **Tempo Brasileiro:** Patrimônio Imaterial, Out-Dez, nº 147. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 2001.

_____. **Patrimônio em Processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2005.

_____. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: MinC/IPHAN. **O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial.** 4 ed. 2006. p 84-98.

_____. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: **Inventário nacional de referências culturais:** manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa de. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 280-303.

GALVÃO, Leme José. IPHAN. Parecer, 1994. Dispõe sobre avaliação da ação do Departamento de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Laranjeiras (SE), concorrente ao Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 1994.

GEERTZ. Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GIL, Gilberto. **Palestra do ministro Gilberto Gil no Instituto Rio Branco**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.irbr.mre.gov.br/cursos/pagspalestras/gilbertogil.htm>. Acesso em: 14 mar. 2017.

GUEDES, Maria Tarsila Ferreira. **Trajetórias do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987-2008).** Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2015.

GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, M. A. B. de. Teoria da Ação Comunicativa (Habermas): Estrutura, fundamentos e implicações do modelo. **Veritas**, v. 58 n. 1, p. 151-173, Porto Alegre, 2013.

HAAL, Peter A; TAYLOR, Rosemary C. R. **As três versões do neoinstitucionalismo**. Lua Nova, v. 58, 2003.

HÄRBELE, Peter. **Teoría de la Constitución como Ciencia de la Cultura.** Madri: Tecnos, 2000.

HERSCOVITZ, Heloiza. Análise de Conteúdo em jornalismo. In:_____. LAGO, Cláuido; BENETTI, Marcia (Orgs.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 123-142.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 30, 2002

_____. **Ata da 124ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional realizada no dia 13 de janeiro de 1987.** Rio de Janeiro, Jan. Arquivo Central do Iphan/ Seção Brasília. 1987. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploa- ds/atas/198701124reuniaoordinaria13dejaneiro.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2015.

_____. **Ata da Reunião da Comissão de Seleção do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – 1996**. Sessões realizadas nos dias onze e doze de novembro de mil novecentos e noventa e seis, no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro. 1996, p. 02.

_____. **Ata da Reunião da Comissão de Seleção do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – 1999**. Sessões realizadas oito de outubro de mil novecentos e noventa e nove, em Brasília. 1999, p. 10.

_____. **Ata de Reunião da Comissão Nacional de Avaliação do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** – 2000. Brasília 2000c.

_____. **Ata da Reunião da Comissão de Seleção do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – 2006**. Sessão realizada em trinta e um de agosto de dois mil e seus, em Brasília. 2006a.

_____. **Cadernos de Pesquisa e Documentação do IPHAN:** Programa de Gestão Documental do IPHAN. Orgs: Francisca Helena Barbosa; Zulmira Canário Pope. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2008.. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc_5_ProgramaGesta-o_m.pdf>. Acesso em 23 fev. 2016.

_____. **Carta de Veneza**. 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em 11 mar. 2017.

_____. **Normas de Quito**, 1967. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em 11 mar. 2017.

_____. **Notícias do Patrimônio – Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – edição 2000**. Arquivo Central do IPHAN. 2000.

_____. **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – 1995**. Rio de Janeiro, 11 jul. 1995. Arquivo Central do IPHAN/Seção Brasília, 1995a.

_____. **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade - Informativo**. Rio de Janeiro: Arquivo Central de Brasília, 1995b.

_____. **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – projeto básico**. Arquivo Central do IPHAN. 1995c.

_____. **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** – Edital de Concurso. Brasília, 2006. Arquivo Central de Brasília. 2006b.

_____. **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**: para ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro – 19ª edição 2006 Revista. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfind- er/arquivos/revista_2006.pdf>. Acesso: 22 dez. 2016. 2006c.

_____. **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** – Resumo do Projeto. Rio de Janeiro: Arquivo Central do IPHAN/Seção Brasília, 1994.

_____. **Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico no Brasil** – uma trajetória. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

_____. **Paisagem Cultural.** Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM). Brasília: 2009.

_____. **Projeto básico da Cogeprom**. Brasília: Arquivo Central de Brasília, 2006d.

_____. **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos.** Programa Monumenta. Brasília: IPHAN, 2009.

_____. **Reflexões sobre a chancela da paisagem cultural.** Coordenação de Paisagem Cultural. Brasília: 2011. Disponível em: < https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia//19930_20110518_093241.pdf>. Acesso em: 19. mar. 2017.

_____. **1970 a 2000:** surge o conceito mais abrangente de bem cultural. 2016. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3581>. Acesso em: 11. mar. 2017.

LASCOUMES, Pierre e LE GALÈS, Patrick. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. In: **Revista Pós-Graduação Ciência e Sociologia**. v.9, n.18, jul/dez. 2012

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960. **An. mus. paul**. vol.24 no.1 São Paulo. Jan./Abr. 2016.

LIMA, Maria Dorotéa de. Superintendente do IPHAN-PA. [Belém]: 04. dez. 2016. Entrevista concedida presencialmente à Gabriela Sobral.

MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. **Teorias da Comunicação:** processos, desafios e limites. São Paulo: Plêiade, 2015.

MARTINO, Luiz. Contribuições para o estudo dos meios de comunicação. **Revista FAMECOS**. nº 13. semestral 1. Porto Alegre: 2000.

MESENTIER, Leonardo Marques. Entrevista com Leonardo Marques Mesentier. In: GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. **Trajetórias do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987-2008)**. Rio de Janeiro, IPHAN, 2015.

MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 22, p.44-47, 1987.

MOTTA, Lia. IPHAN. Parecer, 1994. Dispõe sobre avaliação da ação da Fundação Vitae, concorrente ao Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 1994.

NARDELLI, A. M. B.; GRIFFITH, J. J. Modelo teórico para compreensão do ambientalismo empresarial do setor florestal brasileiro. **Revista Árvore**, Viçosa, MG, v.27, n. 6, p. 855-869, nov./dez. 2003.

NASCIMENTO, Emerson Oliveira do. Os novos institucionalismos na ciência política contemporânea e o problema da integração teórica. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 1. Brasília, pp. 95-121, janeiro-junho, 2009

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. IPHAN. Parecer, 1º de dezembro de 1994. Dispõe sobre avaliação da ação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Cachoeira do Sul (COMPAHC), concorrente ao Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 1994a.

_____. IPHAN. Parecer, 1º de dezembro de 1994. Dispõe sobre avaliação da ação da Fundação Cultural Arquidiocese de Mariana, concorrente ao Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 1994b.

QUEIROZ. Hermano. **O registro de bens culturais imateriais como instrumento constitucional garantidor de direitos culturais.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2014.

REIS, Paula Félix dos. Plano Nacional de Cultura: Estratégias e ações para dez anos. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 49-66.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

_____. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/53/fundacao-nacional-pro-memoria-1979-1990>. Acesso em: 11. mar. 2017.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papirus, 1997, T.3.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. Conceito de patrimônio cultural no Brasil: do Conde de Galvéias à Constituição Federal de 1988. In: MARTINS, Clerton (Org.). **Patrimônio cultural:** da memória ao sentido de lugar. São Paulo: Roca, 2006. p.9-15.

ROLAND, Ana Maria. IPHAN. Parecer, 1994. Dispõe sobre avaliação da ação Museu Cearense de Comunicação - Miguel Ângelo de Azevedo, concorrente ao Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 1994.

ROSA, Helena. História Oral e Micro-história: aproximações, limites e possibilidades. Florianópolis/SC. **Anais** eletrônicos do IV Encontro Regional Sul de História Oral, 2007.
Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Helena%20Rosa.pdf>.
Acesso em: 14 de jan. 2015.

ROSA, Ana Paula da; CATTO, Camilo. Comunicação organizacional: desafios de um novo curso frente a uma área de legitimação. In: **Anais** do VIII Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas. Universidade Estadual de Londrina. Londrina: 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais Do Governo Lula. In: **Revista Lusófona de Estudos Culturais,** Vol. 1, n.1, pp. 224-242, 2013.

_____. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). **Teorias e políticas da cultura:** visões multidisciplinares. Coleção CULT. Salvador: EDUFBA, 2007.

SANT'ANNA, Márcia. Introdução. In: **O Registro do Patrimônio Imaterial:** Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4 ed, 2006.

_____. **A cidade-atração:** a norma de preservação dos centros urbanos no Brasil dos anos 90. Tese (doutorado) FAU-UFBA. Salvador, 2004.

SANTOS, Josciene *et al.* As políticas públicas para a diversidade cultural brasileira. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Políticas culturais no governo Lula.** Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 265-286.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). **Políticas públicas:** coletânea. Volume 1. Brasília: ENAP, 2006, p. 21-42.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

SECRETARIA DE CULTURA (SEC). Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues e outros. **O difícil espelho:** limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996.

SILVA, Frederico Barbosa**. Política Cultural no Brasil – 2002-2006**: Acompanhamento e Análise. Brasília: Ministério da Cultura; Ipea, 2007.

SILVA, José Afonso da. **Ordenação Constitucional da Cultura**. São Paulo: Malheiros, 2001.

SOLIS, Sydney. Entrevista com Sydney Sérgio Fernandes Solis. GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. **Trajetórias do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987-2008).** Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2015. p. 63-86. Entrevistadora: Maria Tarcila Ferreira Guedes.

_____. **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – Proposta para nova estruturação.** Rio de Janeiro, 22 ago. 1994. Arquivo Central do IPHAN/Seção Brasília, 1994a.

_____. **Premiação Rodrigo Mello Franco de Andrade – Sugestões para nova estruturação.** Rio de Janeiro, 26 mai. 1994. Arquivo Central do IPHAN/Seção Brasília, 1994b.

_____. **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – Relatório Final (versão 1994)**. Rio de Janeiro, 12 jan. 1995. Arquivo Central do IPHAN/Seção Brasília, 1995.

TAVARES, Francisco Mata Machado. As políticas de promoção do direito humano à difusão da manifestação cultural no Brasil: uma apreciação teórica dos principais modelos de incentivo à cultura. **Rev. Pol. Públ**., São Luís, v. 15, n.2, p. 253-265, jul/dez. 2011

TEIXEIRA, Kleber; PENTEADO, Claudio. Estruturas: um possível diálogo entre neoinstitucionalismo em políticas públicas e teoria social contemporânea. **Research, Society and Development**, v. 1, n. 1, p. 43-62, jan-jul, 2016.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia**. 3. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

TRAVASSO, Elizabeth. Mário e o Folclore. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 30, 2002.

VARELLA, Guilherme. **Plano Nacional de Cultura:** Direitos e políticas culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Azougue, 2014.

VILELA, Cleide; Makiuchi, Maria. O edital na política pública de cultura: algumas considerações. In: **VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS**, *7*., 2016, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. p. 576-586.

WEISSHEIMER, Maria Regina. Paisagem cultural: do conceito à prática. **Fórum Patrimônio**. Belo Horizonte. v.5, n.2, 2012.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura:** usos da cultura na era global. Belo. Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Lei nº. 6.292, de 15/12/1975. Dispõe sobre o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Diário Oficial da União - Seção 1 - 16/12/1975, Página 16677.

_____. Constituição [1988]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Decreto nº 25. de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/12/1937, Página 24056.

_____. Decreto nº 84.396. de 16 de janeiro de 1980. Aprova o Estatuto da Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 – 17 jan. 1980. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980- 1987/decreto-84396-16-janeiro-1980-433832-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 dez. 2015.

_____. Decreto n.º 91.144 de 15 de março de 1985. Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/3/1985, Página 4703.

_____. Decreto n.º 6.844. de 7 de maio de 2009. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 8/5/2009, Página 3.

_____. Decreto nº 4.811, de 19 de agosto de 2003. Dá providências sobre a Estrutura Regimental do IPHAN. Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/8/2003, Página 29.

_____. Decreto nº 5.040, de 07 de abril de 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 8/4/2004, Página 11.

_____. Lei nº 8.666. de 21 de Junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/6/1993, Página 8269.

_____. Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria n. 220, de 13 de novembro de 1995. Diário Oficial. Seção 1. Arquivo Central do IPHAN/Seção Brasília.

_____. Lei nº 8.029. de 12. de Abril de 1990 . Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/4/1990, Página 7101.

_____. Lei nº 3.924. de 26 de Julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/7/1961, Página 6793.

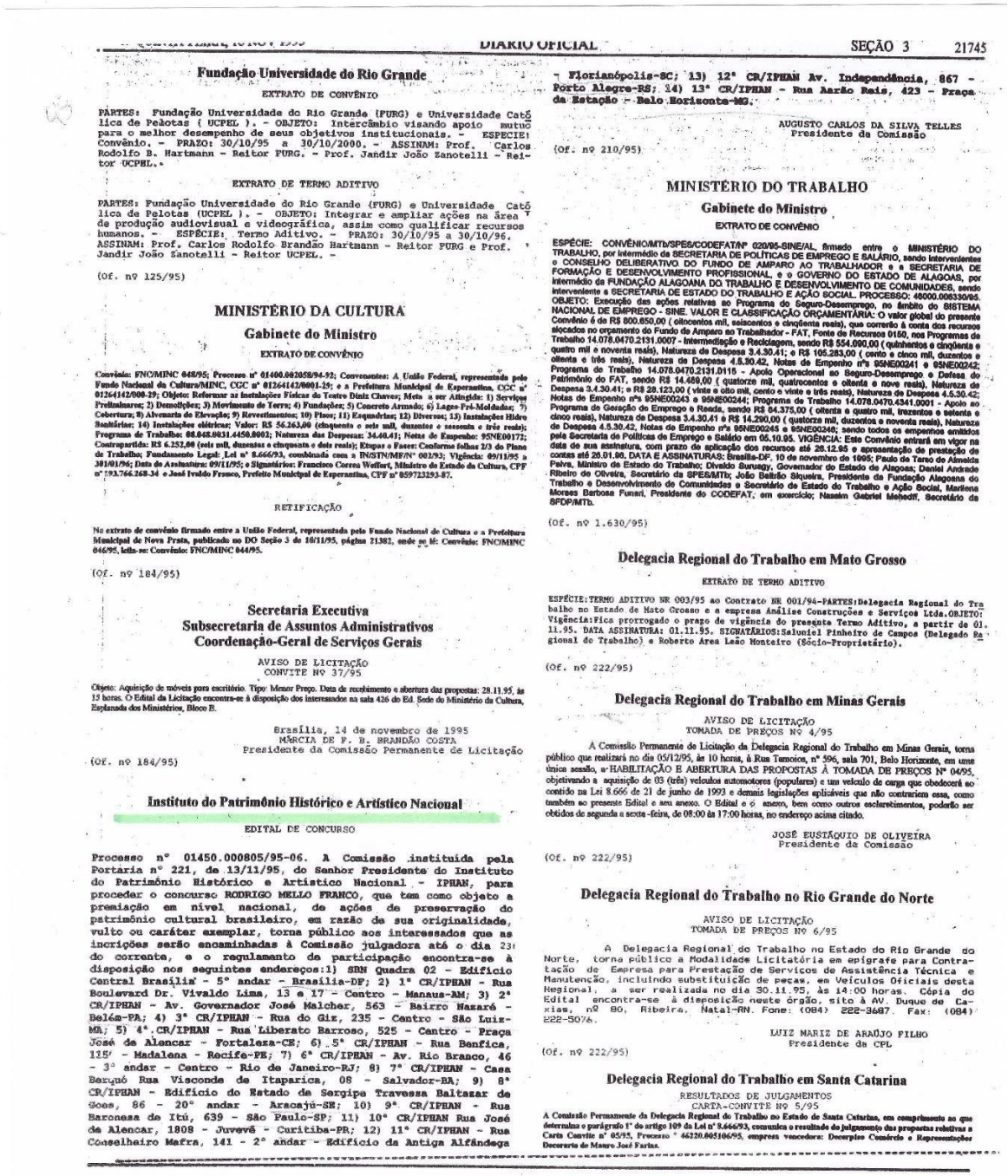
_____. Lei nº 6. 757. de 26 de novembro de 1979. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências.

OUTROS SÍTIOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

DATAFOLHA. Brasil. 19 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/aprovacao-de-lula-chega-a-83-diz-datafolha-20101219.html>. Acesso em: 07 jul de 2017.

ANEXOS

ANEXO A



DIÁRIO OFICIAL SEÇÃO 3 21745

Fundação Universidade do Rio Grande

EXTRATO DE CONVÊNIO

PARTES: Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) e Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). - OBJETO: Intercâmbio visando apoio mutuo para o melhor desempenho de seus objetivos institucionais. - ESPECIE: Convênio. - PRAZO: 30/10/95 a 30/10/2000. - ASSINAM: Prof. Carlos Rodolfo B. Hartmann - Reitor FURG. - Prof. Jandir João Zanotelli - Reitor UCPEL.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PARTES: Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) e Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). - OBJETO: Integrar e ampliar ações na área de produção audiovisual e videográfica, assim como qualificar recursos humanos. - ESPÉCIE: Termo Aditivo. - PRAZO: 30/10/95 a 30/10/96. ASSINAM: Prof. Carlos Rodolfo Brandão Hartmann - Reitor FURG e Prof. Jandir João Zanotelli - Reitor UCPEL. -

(Of. nº 125/95)

MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete do Ministro

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio: FNC/MINC 048/95; Processo nº 01400.002058/94-92; Convenentes: A União Federal, representada pelo Fundo Nacional da Cultura/MINC, CGC nº 01264142/0001-29; e a Prefeitura Municipal de Esperantina, CGC nº 01264142/000-29; Objeto: Reformar as instalações Físicas do Teatro Dinis Chaves; Meta a ser Atingida: 1) Serviços Preliminares; 2) Demolições; 3) Movimento de Terra; 4) Fundações; 5) Concreto Armado; 6) Lages Pré-Moldadas; 7) Cobertura; 8) Alvenaria de Elevação; 9) Revestimentos; 10) Pisos; 11) Esquadrias; 12) Diversos; 13) Instalações Hidro Sanitárias; 14) Instalações elétricas; Valor: R$ 56.363,00 (cinquenta e seis mil, duzentos e sessenta e três reais); Programa de Trabalho: 08.068.0031.4450.0003; Natureza das Despesas: 34.40.41; Notas de Empenho: 95NE00177; Contrapartida: R$ 6.252,00 (seis mil, duzentos e cinquenta e dois reais); Etapas a Fazer: Conforme folhas 2/3 do Plano de Trabalho; Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, combinada com a IN/STN/MF/Nº 002/93; Vigência: 09/11/95 a 31/01/96; Data de Assinatura: 09/11/95; e Signatários: Francisco Correa Weffort, Ministro de Estado da Cultura, CPF nº 193.766.268-34 e José Ivaldo Franco, Prefeito Municipal de Esperantina, CPF nº 059723293-87.

RETIFICAÇÃO

No extrato de convênio firmado entre a União Federal, representada pelo Fundo Nacional de Cultura e a Prefeitura Municipal de Nova Prata, publicado no DO Seção 3 de 10/11/95, página 21382, onde se lê: Convênio: FNC/MINC 046/95, leia-se: Convênio: FNC/MINC 044/95.

(Of. nº 184/95)

Secretaria Executiva
Subsecretaria de Assuntos Administrativos
Coordenação-Geral de Serviços Gerais

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 37/95

Objeto: Aquisição de móveis para escritório. Tipo: Menor Preço. Data de recebimento e abertura das propostas: 28.11.95, às 15 horas. O Edital da Licitação encontra-se à disposição dos interessados na sala 426 do Ed. Sede do Ministério da Cultura, Esplanada dos Ministérios, Bloco B.

Brasília, 14 de novembro de 1995
MÁRCIA DE F. B. BRANDÃO COSTA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

(Of. nº 184/95)

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

EDITAL DE CONCURSO

Processo nº 01450.000805/95-06. A Comissão instituída pela Portaria nº 221, de 13/11/95, do Senhor Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, para proceder o concurso RODRIGO MELLO FRANCO, que tem como objeto a premiação em nível nacional, de ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, em razão de sua originalidade, vulto ou caráter exemplar, torna público aos interessados que as inscrições serão encaminhadas à Comissão julgadora até o dia 23 do corrente, e o regulamento da participação encontra-se à disposição nos seguintes endereços:1) SBN Quadra 02 - Edifício Central Brasília - 5º andar - Brasília-DF; 2) 1ª CR/IPHAN - Rua Boulevard Dr. Vivaldo Lima, 13 e 17 - Centro - Manaus-AM; 3) 2ª CR/IPHAN - Av. Governador José Malcher, 563 - Bairro Nazaré - Belém-PA; 4) 3ª CR/IPHAN - Rua do Giz, 235 - Centro - São Luiz-MA; 5) 4ª CR/IPHAN - Rua Liberato Barroso, 525 - Centro - Praça José de Alencar - Fortaleza-CE; 6) 5ª CR/IPHAN - Rua Benfica, 125 - Madalena - Recife-PE; 7) 6ª CR/IPHAN - Av. Rio Branco, 46 - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro-RJ; 8) 7ª CR/IPHAN - Casa Bernuó Rua Visconde de Itaparica, 08 - Salvador-BA; 9) 8ª CR/IPHAN - Edifício do Estado de Sergipe Travessa Baltazar de Goes, 86 - 20º andar - Aracajú-SE; 10) 9ª CR/IPHAN - Rua Baronesa de Itú, 639 - São Paulo-SP; 11) 10ª CR/IPHAN Rua José de Alencar, 1808 - Juvevê - Curitiba-PR; 12) 11ª CR/IPHAN - Rua Conselheiro Mafra, 141 - 2º andar - Edifício da Antiga Alfândega - Florianópolis-SC; 13) 12ª CR/IPHAN Av. Independência, 867 - Porto Alegre-RS; 14) 13ª CR/IPHAN - Rua Aarão Reis, 423 - Praça da Estação - Belo Horizonte-MG.

AUGUSTO CARLOS DA SILVA TELLES
Presidente da Comissão

(Of. nº 210/95)

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Gabinete do Ministro

EXTRATO DE CONVÊNIO

ESPÉCIE: CONVÊNIO/MTb/SPES/CODEFAT/Nº 020/95-SINE/AL, firmado entre o MINISTÉRIO DO TRABALHO, por intermédio da SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO, sendo interveniente o CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR e a SECRETARIA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL, e o GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS, por intermédio da FUNDAÇÃO ALAGOANA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES, sendo interveniente a SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL. PROCESSO: 46000.006330/95. OBJETO: Execução das ações relativas ao Programa do Seguro-Desemprego, no âmbito do SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO - SINE. VALOR E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor global do presente Convênio é de R$ 800.850,00 (oitocentos mil, seiscentos e cinqüenta reais), que correrão à conta dos recursos alocados no orçamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, Fonte de Recursos 0150, nos Programas de Trabalho 14.078.0470.2131.0007 - Intermediação e Reciclagem, sendo R$ 554.090,00 (quinhentos e cinqüenta e quatro mil e noventa reais), Natureza de Despesa 3.4.30.41; e R$ 105.283,00 (cento e cinco mil, duzentos e oitenta e três reais), Natureza de Despesa 4.5.30.42, Notas de Empenho nºs 95NE00241 e 95NE00242; Programa de Trabalho 14.078.0470.2131.0115 - Apoio Operacional ao Seguro-Desemprego e Defesa do Patrimônio do FAT, sendo R$ 14.460,00 (quatorze mil, quatrocentos e oitenta e nove reais), Natureza de Despesa 3.4.30.41; e R$ 20.123,00 (vinte e oito mil, cento e vinte e três reais), Natureza de Despesa 4.5.30.42; Notas de Empenho nºs 95NE00243 e 95NE00244; Programa de Trabalho 14.078.0470.4341.0001 - Apoio ao Programa de Geração de Emprego e Renda, sendo R$ 84.375,00 (oitenta e quatro mil, trezentos e setenta e cinco reais), Natureza de Despesa 3.4.30.41 e R$ 14.290,00 (quatorze mil, duzentos e noventa reais), Natureza de Despesa 4.5.30.42, Notas de Empenho nºs 95NE00245 e 95NE00246; sendo todos os empenhos emitidos pela Secretaria de Políticas de Emprego e Salário em 05.10.95. VIGÊNCIA: Este Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura, com prazo de aplicação dos recursos até 28.12.95 e apresentação de prestação de contas até 28.01.96. DATA E ASSINATURAS: Brasília-DF, 10 de novembro de 1995; Paulo de Tarso de Almeida Paiva, Ministro de Estado do Trabalho; Divaldo Suruagy, Governador do Estado de Alagoas; Daniel Andrade Ribeiro de Oliveira, Secretário da SPES/MTb; João Batista Siqueira, Presidente da Fundação Alagoana do Trabalho e Desenvolvimento de Comunidades e Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Marilena Moraes Barbosa Funari, Presidente do CODEFAT, em exercício; Nassim Gabriel Mehedff, Secretário da SFDP/MTb.

(Of. nº 1.630/95)

Delegacia Regional do Trabalho em Mato Grosso

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: TERMO ADITIVO NR 003/95 ao Contrato NR 001/94-PARTES: Delegacia Regional do Trabalho no Estado de Mato Grosso e a empresa Análise Construções e Serviços Ltda. OBJETO: Vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do presente Termo Aditivo, a partir de 01.11.95. DATA ASSINATURA: 01.11.95. SIGNATÁRIOS: Saluniel Pinheiro de Campos (Delegado Regional do Trabalho) e Roberto Area Leão Monteiro (Sócio-Proprietário).

(Of. nº 222/95)

Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 4/95

A Comissão Permanente de Licitação da Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais, torna público que realizará no dia 05/12/95, às 10 horas, à Rua Tamoios, nº 596, sala 701, Belo Horizonte, em uma única sessão, a HABILITAÇÃO E ABERTURA DAS PROPOSTAS À TOMADA DE PREÇOS Nº 04/95, objetivando a aquisição de 03 (três) veículos automotores (populares) e um veículo de carga que obedecerá ao contido na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis que não contrariem essa, como também ao presente Edital e seu anexo. O Edital e o anexo, bem como outros esclarecimentos, poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira, de 08:00 às 17:00 horas, no endereço acima citado.

JOSÉ EUSTÁQUIO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão

(Of. nº 222/95)

Delegacia Regional do Trabalho no Rio Grande do Norte

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 6/95

A Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio Grande do Norte, torna público a Modalidade Licitatória em epígrafe para Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Manutenção, incluindo substituição de peças, em Veículos Oficiais desta Regional, a ser realizada no dia 30.11.95, às 14:00 horas. Cópia do Edital encontra-se à disposição neste órgão, sito à AV. Duque de Caxias, nº 80, Ribeira, Natal-RN. Fone: (084) 222-3687. Fax: (084) 222-5076.

LUIZ MARIZ DE ARAÚJO FILHO
Presidente da CPL

(Of. nº 222/95)

Delegacia Regional do Trabalho em Santa Catarina

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CARTA-CONVITE Nº 5/95

A Comissão Permanente da Delegacia Regional do Trabalho no Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao que determina o parágrafo 1º do artigo 109 da Lei nº 8.666/93, comunica o resultado do julgamento das propostas relativas a Carta Convite nº 05/95, Processo nº 46220.005106/95, empresa vencedora: Decorplus Comércio e Representações Decorarte de Mauro José Farias.

PUBLICADO NO D. O. DE ___/___/___
SEÇÃO ____ PÁG. ____

ANEXO B

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO

Prêmio
Rodrigo Melo Franco de Andrade - 1995

O documento que se segue apresenta as linhas gerais do projeto para a produção, promoção e financiamento do ***Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade,*** a serem levadas à consideração de instituições e empresas interessadas em co-promovê-lo, conjuntamente com o IPHAN.

O detalhamento posterior do projeto, especialmente no que se refere aos termos das parcerias e aos recursos envolvidos, será função dos entendimentos entre os interessados, entendimentos esses que o presente documento pretende informar.

A seguir estarão discriminados os seguintes itens:

1. Natureza e escopo da premiação
2. Objetivos
3. Regulamentação
4. Indicação de concorrentes
5. Avaliação e atribuição do prêmio
6. Promoção e divulgação
7. Evento de premiação
8. Financiamento

1. Natureza e escopo da premiação

1.1 Natureza

O prêmio Rodrigo Mello Franco de Andrade (RMFA) tem por objeto as ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Basicamente o prêmio RMFA é uma menção honrosa a ações de preservação que por sua originalidade ou ineditismo, vulto ou caráter exemplar, façam-se dignas de registro, divulgação e reconhecimento público.

O prêmio RMFA será atribuído em seis categorias de ações específicas a seguir:
- apoio institucional e financeiro;
- preservação de acervos culturais;
- gerenciamento e pesquisa no patrimônio natural e arqueológico;
- trabalho comunitário em educação patrimonial, resgate e valorização da memória;
- inventário, referência e pesquisa em acervos e processos culturais;
- divulgação e difusão do patrimônio cultural brasileiro.

Não haverá hierarquia entre as categorias, nem tampouco internamente a elas. Está previsto apenas uma premiação por categoria, perfazendo o total de seis prêmios concedidos, em cada edição.

O projeto da premiação RMFA prevê a concessão de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a cada ganhador, desde que sejam captados recursos externos junto a patrocinadores, ou promotores.

Além da premiação em dinheiro, caso haja, os ganhadores do prêmio RMFA receberão um troféu (um ícone simbólico) e um diploma como reconhecimento de mérito.

1.2 Escopo

O prêmio RMFA possui abrangência nacional. São passíveis de indicação e premiação ações de preservação do patrimônio cultural, desenvolvidas em todo o território nacional por instituições públicas ou privadas, pessoas físicas ou jurídicas.

As ações preservacionistas em questão deverão ter relevância para a memória e a cultura nacionais, podendo abranger qualquer uma das áreas de atividades patrimoniais, a saber: identificação, proteção, conservação e promoção do patrimônio cultural, em toda a pluralidade de seus objetos (bens móveis e imóveis, acervos arquivístico, bibliográfico, museológico e ambiental, processos culturais).

2. Objetivos

A promoção do prêmio RMFA tem por objetivos:

1º - reconhecimento e divulgação de iniciativas no campo da preservação patrimonial que se façam relevantes em função de seu ineditismo, originalidade, vulto ou caráter exemplar;

2º - divulgação do patrimônio cultural brasileiro;

3º - incentivo à participação do maior número possível de parceiros públicos e privados na preservação do acervo patrimonial do país;

4º - divulgação e reforço da imagem institucional e da política cultural do IPHAN e seus parceiros.

3. Regulamentação

3.1 Concorrentes

Poderão concorrer ao prêmio RMFA ações, projetos e programas desenvolvidos por instituições públicas federais, estaduais e municipais, entidades civis, empresas, instituições educativas e culturais e demais entidades envolvidas com a memória, a ciência e a cultura no Brasil.

Estão excluídas as ações promovidas pelo IPHAN, através de seus programas de trabalho, à exceção daquelas levadas a cabo por seus parceiros, com o apoio do Instituto.

3.2 Periodicidade

O prêmio RMFA será oferecido anualmente pelo IPHAN, sempre na primeira quinzena de novembro.

3.3 Tipos de ações passíveis de premiação

São passíveis de premiação os seguintes tipos de ações:

3.3.1 - Projetos ou programas de inventários e/ou cadastro de bens móveis e imóveis, sítios arqueológicos e ambientais, processos culturais, tecnologias patrimoniais.

3.3.2 - Projetos de pesquisa - monografias, ensaios, teses, - relacionados com o estudo e/ou divulgação do patrimônio cultural, a referência cultural e o estabelecimento de significados simbólicos, sócio-culturais de processos sociais relativos à cultura nacional ("cultura viva").

3.3.3 - Aquisição e/ou organização de acervos arquivísticos e bibliográficos.

3.3.4 - Estabelecimento e difusão de banco de dados culturais.

3.3.5 -Trabalhos de conservação e restauração de acervos arquivísticos e bibliográficos.

3.3.6 - Programas de dinamização e de incentivo à pesquisa em acervos arquivísticos e bibliográficos, identificados como de interesse patrimonial e cultural.

3.3.7 - Doações de acervos ou permissão de uso e/ou consulta de coleções particulares e/ou acervos de interesse patrimonial e cultural.

3.3.8 - Ações legais e/ou administrativas de proteção de bens e acervos patrimoniais.

3.3.9 - Projetos de legislação, posturas municipais, planos-diretores, entre outros instrumentos de normalização e gestão de bens e conjuntos urbanos de interesse patrimonial e cultural.

3.3.10 - Projetos de conservação e restauro de bens e acervos móveis e imóveis identificados como de interesse patrimonial.

3.3.11 - Projetos de revitalização de edificações e sítios identificados e/ou protegidos como de interesse patrimonial e cultural.

3.3.12 - Projetos de pesquisa na área de restauração: usos de materiais, soluções alternativas.

3.3.13 - Projetos e/ou programas de treinamento de pessoal na área de restauração de bens móveis e imóveis de interesse patrimonial.

3.3.14 - Projetos editoriais para divulgação e valorização do patrimônio cultural brasileiro.

3.3.15 - Exposições de bens e acervos de interesse patrimonial e cultural.

3.3.16 - Projetos de dinamização de coleções e acervos museológicos e de interação comunitária.

3.3.17 - Campanhas educativas e/ou de divulgação sobre o patrimônio cultural brasileiro.

3.3.18 - Iniciativas de integração do conhecimento sobre os bens e acervos patrimoniais com os currículos escolares de 1º e 2º graus, com as escolas técnicas e universidades.

3.3.19 - Projetos e iniciativas de criação de cursos e/ou núcleos de pesquisa, tendo por objeto o patrimônio cultural brasileiro.

3.3.20 - Iniciativas e projetos de produção e divulgação na mídia de produtos culturais que tenham por objeto o patrimônio cultural brasileiro.

4. Indicação de concorrentes ao prêmio RMFA

A indicação de ações concorrentes ao prêmio RMFA estará baseada na estrutura das 14 Coordenações Regionais (CR) do IPHAN, distribuída por todo o território nacional. Além das CR, a indicação de concorrentes poderá ser feita pelas unidades descentralizadas do IPHAN.

Para efeito deste projeto, consideramos a todos como equivalentes às CR.

Em cada uma de suas CR será formado um conselho de seleção *ad hoc*, por convite do IPHAN, composto por personalidades do meio social, político e cultural local, o qual terá por função indicar, dentre as ações e projetos identificados regionalmente, aqueles que concorrerão ao prêmio RMFA, nomeados pela região.

As ações e projetos indicados em cada CR do IPHAN já estarão distinguidas dentre todas as demais como tendo sido nomeadas para concorrer à premiação nacional, recebendo do Instituto atestado por escrito (certificado) desse reconhecimento.

5. Avaliação e atribuição do prêmio

A contribuição do prêmio RMFA será feita por uma comissão de avaliação nacional, indicada *ad hoc* pelo presidente do IPHAN, especialmente para este fim e a ser composta de personalidades e figuras de notório saber técnico e profissional nas disciplinas e especializações afins com a preservação do patrimônio.

A comissão de avaliação nacional será presidida por um representante do Conselho Consultivo do IPHAN, especialmente indicado por seus pares para este fim.

A avaliação das ações, projetos, ou programas concorrentes ao prêmio RMFA far-se-á tendo para base o material informativo encaminhado pelas CR, quando de sua indicação.

A formação dos dossiês informativos que deverão acompanhar as indicações das CR. será normalizada pelo regulamento do prêmio.

6. Promoção e divulgação

6.1 Etapas da promoção

O projeto do prêmio RMFA prevê a produção de 3 (três) fases distintas:

- momento da indicação de concorrentes;
- momento de avaliação e atribuição da premiação;
- evento de premiação.

6.1.2 - Momento da indicação de concorrentes

Além da formação das comissões regionais de seleção, a realização desta fase demanda a ampla divulgação local do prêmio e da sua mecânica de funcionamento - com o objetivo de envolver a sociedade civil no processo de indicação das ações e projetos - assim como a cobertura jornalística da seleção regional, tendo por foco as ações e projetos em fase de seleção - objetivando principalmente divulgar essas iniciativas, os bens culturais objeto de sua ação e os trabalhos ali desenvolvidos.

6.1.3 - Momento de avaliação e atribuição da premiação

Esta fase será promovida em âmbito nacional, sob a coordenação da administração central do IPHAN, a cargo de seu Departamento de Promoção do IPHAN.

Esta etapa demanda divulgação com abrangência nacional, bem como a produção de matérias jornalísticas mais detalhadas, enfocando as ações e projetos já indicados para concorrer ao prêmio RMFA.

A atribuição da premiação, a nível nacional demandará, também, divulgação e cobertura jornalística por parte das mídias impressa e eletrônica.

6.1.4 - Evento de premiação

A promoção desta etapa demanda a produção de um ato cultural de proporções significativas, bem como sua cobertura jornalística.

Será necessária, ainda, a confecção de ícones e diplomas , para entrega aos ganhadores, bem como a formatação de um arquivo informatizado para registro das ações premiadas.

Por fim, esta fase demandará a produção de material para a divulgação generalizada das ações ganhadoras, bem como do patrimônio cultural por elas beneficiado.

Tal material resume-se a produtos audio-visuais - especiais em vídeo - e **produtos editoriais** - tais como publicações, catálogos, folders etc - a serem definidos posteriormente em projeto editorial próprio.

161

6.2 Promoção dos eventos

Propõe-se que a promoção do prêmio RMFA seja compartilhada com parceiros públicos e/ou privados, que se disponham a um trabalho conjunto e à união das chancelas institucionais em prol da preservação do patrimônio cultural brasileiro.

O presente projeto prevê os seguintes esquemas de parcerias, na promoção do prêmio RMFA:

A - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: coordenação, administração, estrutura executiva e parte do custeio do projeto;

B - Empresa jornalística na área da mídia eletrônica - rede de televisão: divulgação, cobertura jornalística, produção de matérias especiais (especiais de TV, vídeos);

C - Empresa jornalística na área da mídia impressa - jornal de circulação nacional: divulgação, cobertura jornalística, produção de matérias especiais (reportagens temáticas, coberturas especiais);

D - Empresa pública ou privada que possua política de investimento na consolidação da sua imagem institucional: patrocínio.

A co-promoção do prêmio RMFA implica a mobilização de recursos de diversos tipos, por parte dos parceiros, como por exemplo, recursos humanos, recursos técnicos e tecnológicos, espaços publicitários (tempo de programação na TV, espaços nos jornais), além dos recursos financeiros envolvidos na produção dos eventos, conforme ficará discriminado no detalhamento técnico dos projetos de divulgação.

6.3 Divulgação jornalística

6.3.1 Divulgação na TV

O projeto de promoção do prêmio RMFA prevê sua divulgação e cobertura através da mídia eletrônica, em rede nacional.

Estão previstos neste projeto os seguintes programas:

6.3.1.1. Vinhentas de 30 (trinta) segundos: a serem veículadas nos intervalos da programação, informando sobre a premiação, o patrimônio cultural, a ação do IPHAN e o envolvimento dos co-promotores dos eventos.Informará, ainda, sobre as formas para contato - endereço, telefone dos interessados - com os promotores do prêmio RMFA.

6.3.1.2. Tele-jornalismo (noticiário nos tele-jornais): notícias a serem veiculadas na programação de telejornalismo da emissora em rede local e nacional, informando sobre a premiação, bem como sobre as iniciativas de preservação, já indicadas e premiadas.

6.3.1.3. Programas especiais: especiais de TV, com a duração de 10 (dez) a 20 (vinte) minutos, enfocando as iniciativas premiadas. Esses especiais serão editados em vídeo-cassete para divulgação nos circuitos educacional e cultural. Uma de suas cópias, em sistema *master*, será doada ao acervo de vídeos do IPHAN.

9

6.3.1.4. Cobertura do evento de premiação: programa especial, cobrindo todo o evento de premiação, a ser exibido na programação da emissora e da rede. Uma cópia em vídeo, em sistema *master*, passará a fazer parte também do acervo do IPHAN.

6.3.2. Divulgação na mídia impressa

O projeto de promoção do prêmio RMFA prevê, ainda, sua divulgação e cobertura pela imprensa escrita.

Estão previstas nesse projeto as seguintes matérias jornalísticas:

6.3.2.1. Noticiário: acompanhamento sistemático das iniciativas de preservação em processo de seleção, indicadas para premiação e premiadas. Acompanhamento dos processos de seleção regional e nacional.

6.3.2.2. Matérias de divulgação do patrimônio cultural, especialmente daquele objeto das ações indicadas para concorrer à premiação.

6.3.2.3. Cobertura dos processos de indicação e premiação.

6.3.2.4. Cobertura do evento de premiação.

A divulgação e cobertura do prêmio RMFA evidenciará o apoio dos promotores à sua realização.

7. Evento de premiação:

O projeto de promoção do prêmio RMFA conceitua o evento de premiação como o momento culminante do processo e não apenas sua conclusão.

O evento da entrega de prêmios deve funcionar como câmara de ressonância da premiação e, ao mesmo tempo, como momento de divulgação do acervo de bens culturais identificados e protegidos pelo IPHAN.

Assim, o evento de premiação deverá constituir-se num grande ato cultural, envolvendo, além da apresentação das ações premiadas e a entrega dos prêmios, a apresentação de manifestações artísticas relacionadas com nosso patrimônio cultural.

Ao lado disso, o evento de premiação deve constituir momento de divulgação do patrimônio cultural, prevendo-se sua realização, a cada ano, em um monumento ou edifício tombado, especialmente aqueles que são próprios do IPHAN. Nesta ocasião serão apresentadas imagens e informações sobre sua história e suas características estéticas e arquitetônicas ou, ainda, sobre o acervo museológico de que é depositário.

A realização de tal evento demandará produção de caráter profissional, incluindo a produção e a direção artística do ato cultural e sua coordenação, com a direção da cobertura jornalística da televisão.

8. Financiamento

O projeto financeiro do prêmio RMFA prevê a captação de recursos para o financiamento das seguintes atividades:

8.1. Premiação em dinheiro, no montante global de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

8.2. Cobertura jornalística na mídia eletrônica.
8.2.1.Custo da produção de vinhetas de 30 segundos para divulgação do prêmio.
8.2.2.Custo de reportagem para telejornalismo local e nacional.
8.2.3.Custo da produção de especiais (documentários) sobre os ganhadores do prêmio RMFA, aí incluídos os custos para a produção e a edição de vídeo-cassetes para divulgação e arquivo.
8.2.4. Custo da cobertura do evento de premiação.

8.3.Cobertura jornalística da imprensa escrita.
8.3.1.Custo para a produção de reportagens jornalísticas sobre o patrimônio cultural brasileiro, o prêmio RMFA e sobre as iniciativas de preservação concorrentes.
8.3.2. Custo da produção de matérias especiais sobre as ações e projetos ganhadores do prêmio RMFA e sobre o evento de premiação.
8.4. Evento de premiação
8.4.1.Custo da produção do ato cultural.
8.4.2.Custo da confecção dos ícones e diplomas.
8.4.3. Custo do transporte e hospedagem dos premiados.
8.5. Material de divulgação e promoção.
8.5.1.Custo da confecção de cartazes e demais materiais de divulgação.
8.5.2.Custo de produção de vídeos para divulgação e arquivo.
8.5.3.Custo da produção editorial necessária à promoção dos eventos.
8.6. Material de arquivamento.
8.6.1.Custo para a organização de registro informatizado para o prêmio RMFA.
8.6.2.Custo para o arquivamento de vídeos e material editorial.

Estas são, em geral, as grandes linhas que regem o projeto do prêmio ***Rodrigo Melo Franco de Andrade***, (em seu novo formato e em seus novos objetivos) como fator de apoio à política de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1995

9. Orçamento

9.1 - Premiação em dinheiro:
Valor total: R$ 30.000,00

9.2 - Divulgação na mídia eletrônica:

9.2.1. Custo de produção de vinhentas de 30 segundos
Núcleo de vinhetas: 6 (seis): Divulgação do prêmio - 1 (uma); divulgação dos indicados - até e (quatro); divulgação do evento de premiação - 1 (uma).
Custo por minuto: R$ 2.000,00
Custo total: R$ 6.000,00

9.2.2. Reportagens/telejornalismo e especiais de TV
Quantidade: até 6 (seis) programas de 10 minutos cada.
Custo de produção (nã inclui custo/edição):
custo p/ min: R$ 1.100,00
custo até 50 min.: R$ 66.000,00
Custo de edição:
custo de edição de vídeo de 10 minutos (30 a 40 horas de estudio - incluindo mesa de efeitos e caracteres): R$ 4.000,00 (sistema *U-MATIC*)
custo total/edição de 6 programas de 10 minutos (em *U-MATIC*): R$ 24.000,00
Total - R$ 90.000,00

9.3 - Divulgação na mídia impressa.

9.3.1. Custo de produção e publicação de reportagens noticiando o prêmio e as indicações:
Quantidade de matérias previstas: 10 (dez)
Custo unitário: 2 colunas (1/6 de página) R$ 700,00
Total R$ 7.000,00

9.3.2. Custo de produção e publicacão de matérias especiais enfocando as ações premiadas.
Quantidade prevista: até 6 (seis) matérias
Custo para matéria (1/2 página): R$ 2.100,00
Custo para até 6 matérias (1/2 pág.): R$ 12.600,00
Total - R$ 19.600,00

9.4 - Evento de Premiação:

9.4.1. Custo de produção do evento:
Custo de produção para min.: R$ 500,00
Custo de produção para 30 min.: R$ 15.000,00

9.4.2 Pagamento de cachês, direitos e outros despesas: R$ 4.000,00
9.4.3 Confecção de ícones e diplomas:
Quantidades previstas; até 6 (seis) pares.
Custo para par: R$ 400,00
Custo dos 6 pares: R$ 2.400,00

9.5 - Translado e hospedagem:
Custo total: R$ 10.000,00

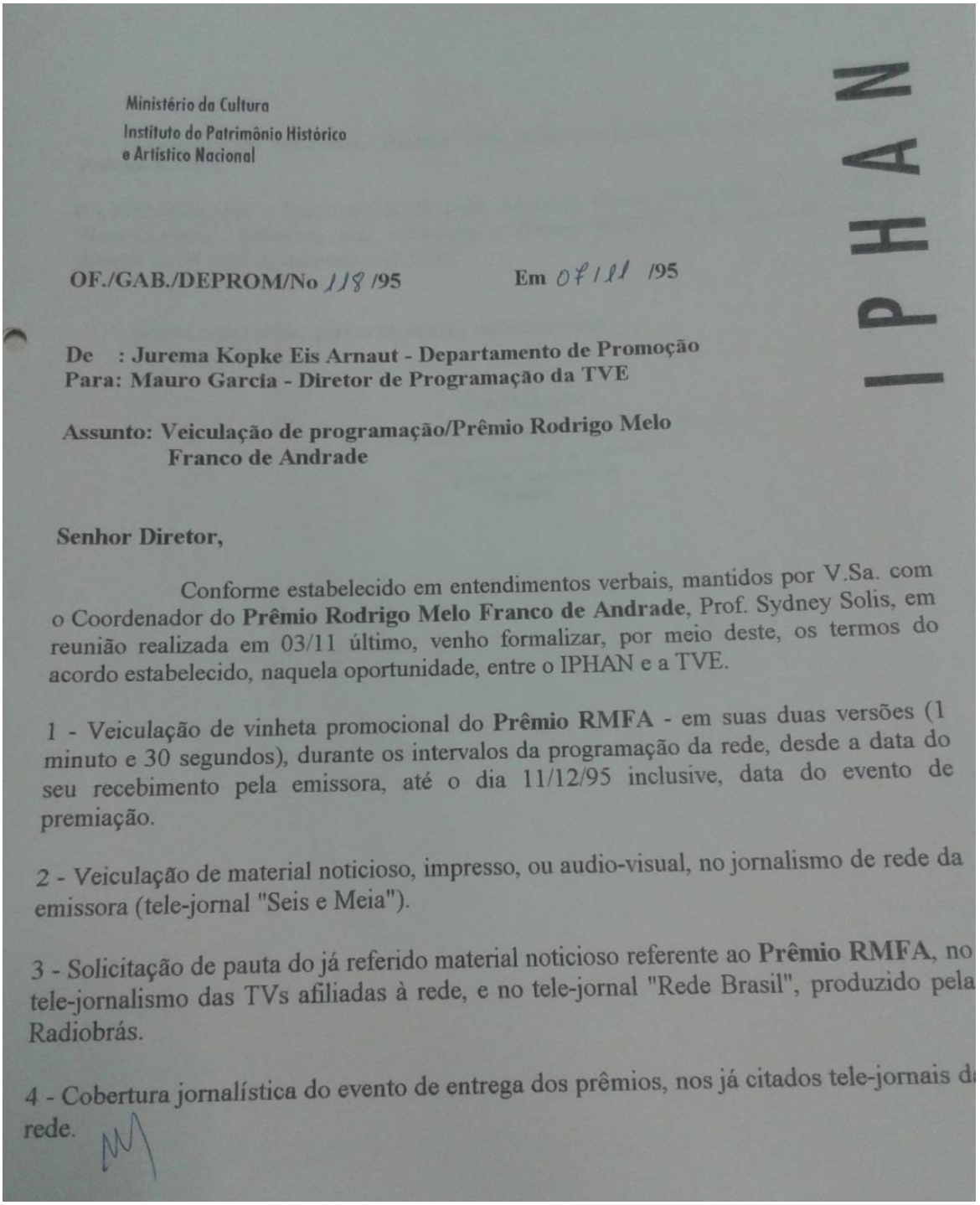
9.6 - Material de Divulgação:

9.6.1. Material impresso:
Custo total: R$ 2.400,00

9.6.2. Material em vídeo (cópias em VHS)
Quantidade: 4 (quatro) para programa: Total 20 (vinte)
Custo unitário: R$ 100,00
Custo total: R$ 2.400,00

9.7 - Coordenação, administração executiva
Valor total : R$ 70.000,00

ANEXO C – Acordo de veiculação de programação PRMFA



Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico
e Artístico Nacional

IPHAN

OF./GAB./DEPROM/No 118 /95 Em 07/11 /95

De : Jurema Kopke Eis Arnaut - Departamento de Promoção
Para: Mauro Garcia - Diretor de Programação da TVE

Assunto: Veiculação de programação/Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade

Senhor Diretor,

Conforme estabelecido em entendimentos verbais, mantidos por V.Sa. com o Coordenador do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**, Prof. Sydney Solis, em reunião realizada em 03/11 último, venho formalizar, por meio deste, os termos do acordo estabelecido, naquela oportunidade, entre o IPHAN e a TVE.

1 - Veiculação de vinheta promocional do **Prêmio RMFA** - em suas duas versões (1 minuto e 30 segundos), durante os intervalos da programação da rede, desde a data do seu recebimento pela emissora, até o dia 11/12/95 inclusive, data do evento de premiação.

2 - Veiculação de material noticioso, impresso, ou audio-visual, no jornalismo de rede da emissora (tele-jornal "Seis e Meia").

3 - Solicitação de pauta do já referido material noticioso referente ao **Prêmio RMFA**, no tele-jornalismo das TVs afiliadas à rede, e no tele-jornal "Rede Brasil", produzido pela Radiobrás.

4 - Cobertura jornalística do evento de entrega dos prêmios, nos já citados tele-jornais d rede.

5 - Divulgação no programa "Paidéia" dos projetos universitários concorrentes ao **Prêmio RMFA**.

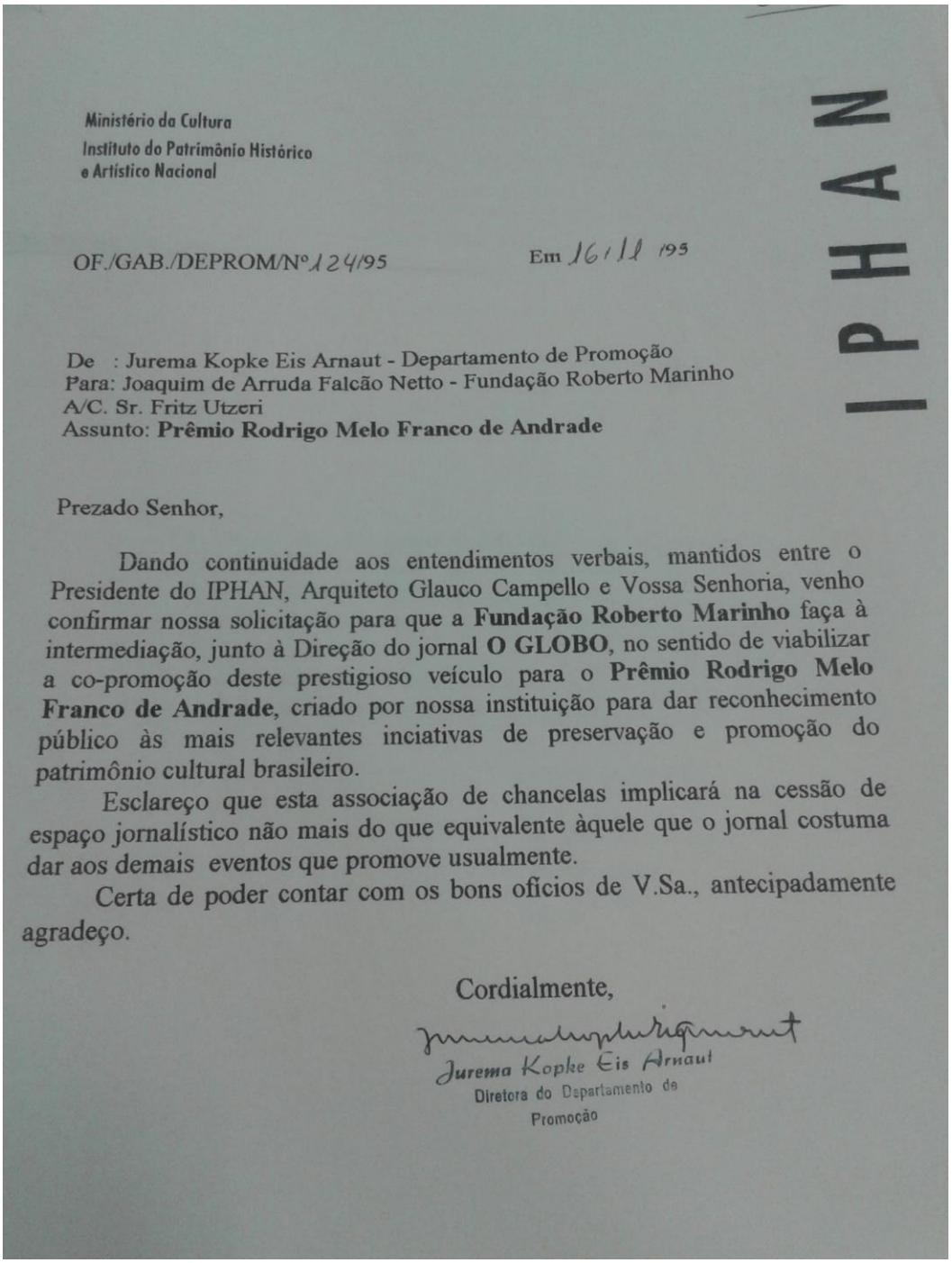
6 - Entrevista com o Presidente do IPHAN, Arquiteto Glauco Campello, no programa "Sem Censura", entrevista esta enfocando o **Prêmio RMFA**, a ser pautada para a semana de 04 a 08 de dezembro de 1995.

Sendo o que tinha, para o momento, subscrevo-me.

Cordialmente

Jurema Kupke Eis Arnaut
Diretora do Departamento de
Promoção

ANEXO D – Solicitação de acordo de veiculação de programação PRMFA



Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico
e Artístico Nacional

IPHAN

OF./GAB./DEPROM/Nº 124/95 Em 16/11 95

De : Jurema Kopke Eis Arnaut - Departamento de Promoção
Para: Joaquim de Arruda Falcão Netto - Fundação Roberto Marinho
A/C. Sr. Fritz Utzeri
Assunto: **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**

Prezado Senhor,

Dando continuidade aos entendimentos verbais, mantidos entre o Presidente do IPHAN, Arquiteto Glauco Campello e Vossa Senhoria, venho confirmar nossa solicitação para que a **Fundação Roberto Marinho** faça à intermediação, junto à Direção do jornal **O GLOBO**, no sentido de viabilizar a co-promoção deste prestigioso veículo para o **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**, criado por nossa instituição para dar reconhecimento público às mais relevantes inciativas de preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro.

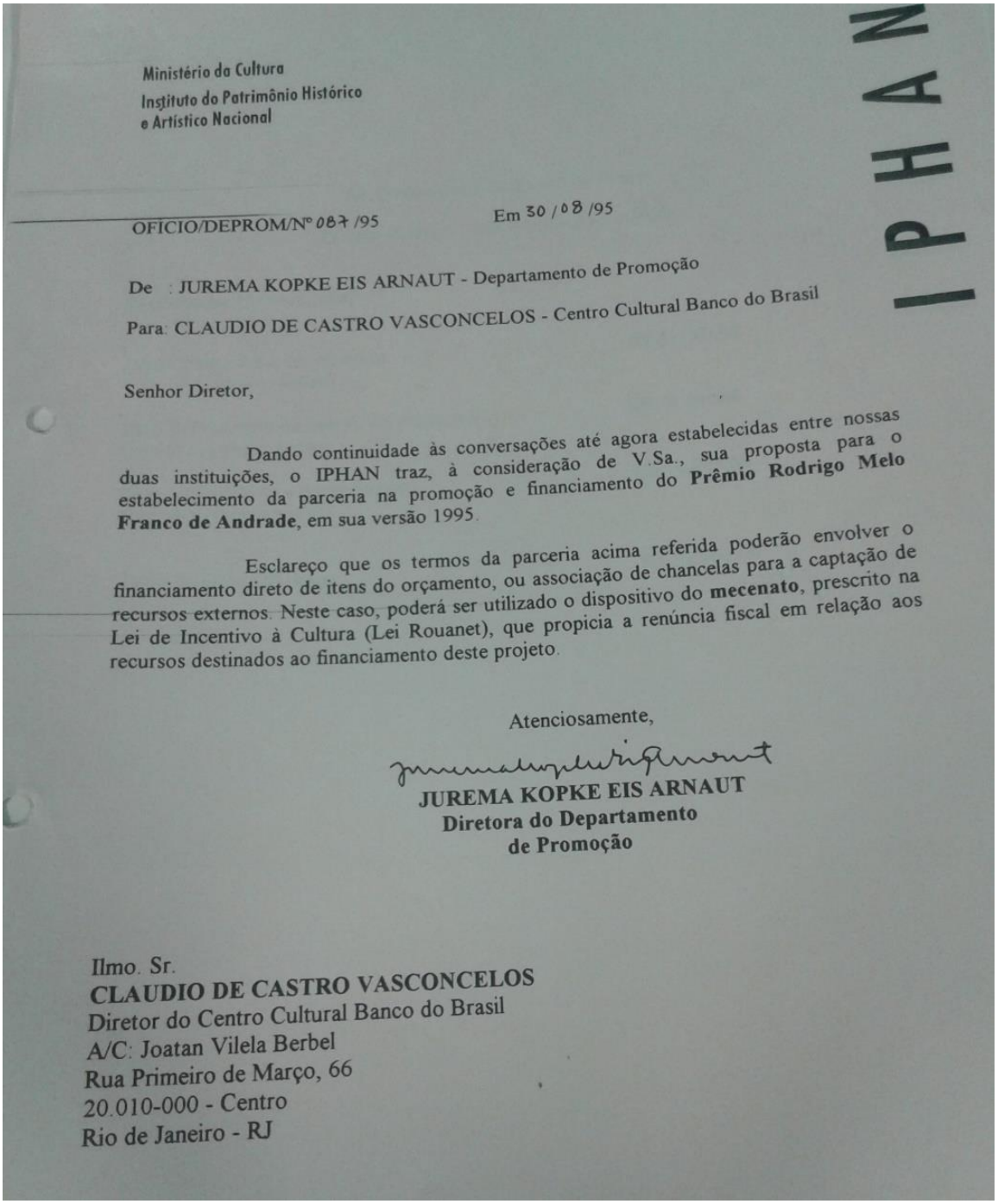
Esclareço que esta associação de chancelas implicará na cessão de espaço jornalístico não mais do que equivalente àquele que o jornal costuma dar aos demais eventos que promove usualmente.

Certa de poder contar com os bons ofícios de V.Sa., antecipadamente agradeço.

Cordialmente,

Jurema Kopke Eis Arnaut
Diretora do Departamento de
Promoção

ANEXO E – Proposta de parceria para o PRMFA



Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico
e Artístico Nacional

IPHAN

OFÍCIO/DEPROM/Nº 087 /95 Em 30 / 08 /95

De : JUREMA KOPKE EIS ARNAUT - Departamento de Promoção

Para: CLAUDIO DE CASTRO VASCONCELOS - Centro Cultural Banco do Brasil

Senhor Diretor,

Dando continuidade às conversações até agora estabelecidas entre nossas duas instituições, o IPHAN traz, à consideração de V.Sa., sua proposta para o estabelecimento da parceria na promoção e financiamento do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**, em sua versão 1995.

Esclareço que os termos da parceria acima referida poderão envolver o financiamento direto de itens do orçamento, ou associação de chancelas para a captação de recursos externos. Neste caso, poderá ser utilizado o dispositivo do **mecenato**, prescrito na Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), que propicia a renúncia fiscal em relação aos recursos destinados ao financiamento deste projeto.

Atenciosamente,

JUREMA KOPKE EIS ARNAUT
Diretora do Departamento
de Promoção

Ilmo. Sr.
CLAUDIO DE CASTRO VASCONCELOS
Diretor do Centro Cultural Banco do Brasil
A/C: Joatan Vilela Berbel
Rua Primeiro de Março, 66
20.010-000 - Centro
Rio de Janeiro - RJ

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico
e Artístico Nacional

IPHAN

Ao Centro Cultural Banco do Brasil

Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade

Proposta de Financiamento:

Item 1. **Premiação em dinheiro** (item 9.1, projeto anexo)	**R$ 30.000,00**
Item 2. **Produção do evento de premiação** (item 9.4, projeto anexo)	**R$ 21.400,00**
Item 3. **Translado e hospedagem** (item 9.5, projeto anexo)	**R$ 10.000,00**
Valor total da solicitação	**R$ 61.400,00**

ANEXO D – ENTREVISTA GRAÇA MENDES – 2017

FICHA TÉCNICA	
Entrevistadora:	Gabriela Sobral Marques Feitosa
Entrevistada:	Graça Mendes é formada em Comunicação Social-Jornalismo, pela Universidade de Brasília. É técnica concursada pelo IPHAN e foi organizadora do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 1999 a 2008, na Coordenação de Difusão e Intercâmbio do Departamento de Articulação e Fomento. Atualmente, trabalha na Assessora de Comunicação da Defensoria Pública Geral da União/Brasília-DF. De 2014 a 2016, quando se desenvolveu esta pesquisa, Graça Mendes participou como jurada das reuniões da Comissão Nacional de Avaliação do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.
Pesquisa e elaboração do roteiro	Gabriela Sobral Marques Feitosa
Meio:	E-mail
Local:	Brasília-DF
Data:	01/04/2017
Sumário da Entrevista:	Surgimento do PRMFA; divulgação do PRMFA junto à imprensa; projeto editorial da Revista do Prêmio.

Gabriela Sobral Marques Feitosa – Graça, identificamos, no curso da pesquisa, que as primeiras edições não possuíam um caráter de premiação pública. Quais foram as motivações, internas, que levaram às mudanças estruturais, a partir de 1994?

Graça Mendes – Sim, mas nas primeiras edições, o prêmio – que era uma medalha – foi atribuído apenas a pessoas que colaboraram com o IPHAN, ao longo de seus 50 anos de existência (a primeira edição do PRFMA data de 1987, em comemoração aos 50 anos do IPHAN). Alguns dos premiados eram antigos servidores do Iphan, outros, apenas colaboradores eventuais.
Porém, não lembro em que ano, o caráter do PRMFA mudou: ele passou a ser atribuído às pessoas de fora da instituição, a empresas, organizações ou instituições públicas que tivessem desenvolvido ações em defesa do patrimônio cultural brasileiro. Portanto, desde essa mudança, ficou bem claro esse objetivo de criar um elo entre a instituição e a sociedade.

GSMF – Durante esta pesquisa, nos concentramos em investigar como se dava a comunicação organizacional e de publicização do Prêmio. Porém, não encontramos como se davam, exatamente, estas etapas. Você poderia nos explicar como eram estas etapas, no período em que atuou como coordenadora do PRMFA?

GM – A divulgação era feita, principalmente, por meio de envio do material informativo (folheto e cartaz de divulgação), acompanhado do edital do Prêmio e de ofício do presidente do IPHAN, para departamentos de patrimônio e secretarias municipais e estaduais, além de entidades e instituições afetas ao tema. A comunicação mais direta era feita pelos superintendentes e suas equipes, com os parceiros locais.

GSMF – Em documentos específicos, identificamos que os departamentos responsáveis pela promoção do PRMFA encontravam dificuldade de realizar parcerias para divulgação. A partir de sua experiência, existia, de fato, esta dificuldade?

GM – As dificuldades que surgiam na divulgação eram relacionadas à obtenção de espaço na imprensa. Quanto menor a cidade, mais fácil era o acesso aos meios de comunicação, portanto em geral a divulgação era satisfatória, com entrevista do superintendente ou técnico do Iphan para jornais ou em programas de rádio ou TV. Nas cidades grandes, as dificuldades de divulgação eram bem maiores.

GSMF – Sobre o produto comunicacional que é arquivado e nominado como Revista Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, você saberia nos informar como foi elaborado seu projeto editorial?

GM – A construção do produto comunicacional foi uma consequência da evolução do PRMFA, ao longo do tempo. A pequena equipe de produção levou a ideia à direção do IPHAN, à época, com a aceitação, desenvolveu o produto, que foi sendo modificado pouco a pouco. Um dos objetivos era, justamente, incrementar a comunicação com o público externo, uma vez que o informativo é distribuído na cerimônia de entrega.